

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Tatiana Almeida de Andrade Dornelles

**FENOMENOLOGIA FEMINISTA:
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Santa Maria, RS
2024

Tatiana Almeida de Andrade Dornelles

**FENOMENOLOGIA FEMINISTA:
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Filosofia**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliana Oliveira Missaggia

Santa Maria, RS
2024

Dornelles, Tatiana Almeida de Andrade
FENOMENOLOGIA FEMINISTA: UMA ANÁLISE CRÍTICA /
Tatiana Almeida de Andrade Dornelles.- 2024.
110 p.; 30 cm

Orientador: Juliana Missaggia
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Filosofia, RS, 2024

1. Fenomenologia Feminista 2. Feminismo 3.
Corporeidade 4. Mulher I. Missaggia, Juliana II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFPM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, TATIANA ALMEIDA DE ANDRADE DORNELLES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Tatiana Almeida de Andrade Dornelles

**FENOMENOLOGIA FEMINISTA:
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Filosofia**.

Aprovada em 29 de fevereiro de 2024.

Prof.^a Dr.^a Juliana Oliveira Missaggia (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof. Dr. Gaspar Miotto (UFSM)

Prof. Dr.^a Fabiana Jordão Martinez (UFCAT)

Prof. Dr.^a Ana Cristina Augusto de Sousa (FIOCRUZ)
suplente

Santa Maria, RS
2024

Para Maria Antônia, que me enche de coragem e de medo.

AGRADECIMENTOS

Quando olho para trás e reflito sobre a jornada que percorri, é impossível não sentir uma profunda gratidão por aqueles que estiveram ao meu lado, sustentando-me e inspirando-me em cada passo do caminho. Neste momento de agradecimento, gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus e a algumas dessas pessoas.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ser a fonte de força, fé e orientação ao longo desta jornada. Sua graça infinita iluminou meu caminho nos momentos mais desafiadores e me deu a coragem necessária para persistir e prudência nos tempos difíceis. Cada desafio foi uma oportunidade para crescer, e sou grata por Ele me permitir concluir essa etapa de minha história.

Agradeço especialmente ao meu esposo, companheiro, debatedor, consultor em tecnologia e pai da Maria Antônia, Paulo Roberto Dornelles Jr. Seu apoio inabalável, compreensão e amor foram a âncora que me manteve firme nos momentos difíceis. Compartilhamos risos e lágrimas, vitórias e desafios, e sua presença significou tudo para mim.

Agradeço também a minha mãe, Gilda Andrade e minha sogra, Lorena Dornelles, que foram nossa super rede de apoio depois da chegada de nossa pequena, o que permitiu que este projeto pudesse seguir adiante. Meu pai, Erasmo Andrade, que sempre nos deu a segurança de nossa capacidade e merecimento em estar aqui. Ainda, uma lembrança especial ao meu sogro, Paulo Dornelles, que nos deixou ano passado, mas esteve sempre presente em nossas vidas, como nosso entusiasmado torcedor.

Agradeço também aos amigos Ceura Fernandes e Gaspar Miotto, por serem nossos exemplos de seriedade, honestidade e dedicação à vida acadêmica, igualmente por não terem perdido a capacidade de se indignar perante malfeitos, desonestidades e imoralidades. Agradeço a Eugênia Rodrigues, e a todas as mulheres que se dedicam a proteger outras mulheres e crianças.

Agradeço à UFSM, pela acolhida e pela oportunidade de estar nesta comunidade, por não ter medido esforços em continuar o programa em meio à pandemia e pela compreensão pelo atraso no cronograma por conta da maternidade. Agradeço também ao corpo docente que tive contato nas aulas. Tudo foi bastante enriquecedor.

Por fim, à minha dedicada professora e orientadora, Dra. Juliana Missaggia, expresso minha profunda gratidão. Sua orientação, paciência e conhecimento foram fundamentais para meu crescimento acadêmico e pessoal. Seu comprometimento com a excelência e sua capacidade de inspirar alcançaram além das salas de aula, das conversas, e dos trabalhos.

Agradeço pela comunicação franca e direta, pelos conselhos, pela escuta e pela infinita paciência. Esse mestrado não teria sequer iniciado se não fosse pela leitura de um artigo da professora Juliana, inspiração para o início de toda ideia do projeto, seguida de uma atenciosa resposta a um email que mandei. A atenção e o carinho com que a professora Juliana imprime seu ofício demonstram que a docência está em seu coração.

Estou imensamente grata por ter pessoas tão incríveis ao meu lado, e esta jornada de agradecimento é dedicada a cada um de vocês.

RESUMO

FENOMENOLOGIA FEMINISTA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

AUTORA: Tatiana Almeida de Andrade Dornelles

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Juliana Missaggia

O presente trabalho nasce do questionamento sobre o que é, afinal, o ser mulher. Nos últimos dez anos, houve exponencial crescimento de movimento político-ideológico que defende a concepção da mulher como produto de um discurso, uma ideia, ou resultado de uma performance. A fenomenologia, com sua base teórica clássica, promete uma abordagem diferente: o encontro com as coisas mesmas. Sob a luz de conceitos da tradição fenomenológica como consciência encarnada, facticidade e mundo de vida, a promessa fenomenológica seria a responsável pela desejada conciliação entre dados da realidade e a abordagem filosófica que protegesse o ser humano do sexo feminino de seu apagamento como grupo político. A fenomenologia revoluciona a filosofia ao afirmar o corpo como categoria imprescindível para pensar o sujeito. Assim, após a apresentação da discussão preambular, expõe-se o que é a fenomenologia, por meio das ideias de seu fundador, Edmund Husserl, e de Merleau-Ponty, um dos principais expoentes da escola, que se dedicou especialmente ao estudo da corporeidade. Por sua vez, Simone de Beauvoir demonstra que esse corpo, esse sujeito, é sempre de determinado sexo, abrindo a era da fenomenologia feminista. Mas a mencionada promessa está sendo cumprida? Essa dissertação propõe-se, então, a fazer uma revisão bibliográfica exaustiva da produção acadêmica brasileira na temática da fenomenologia feminista. Em seguida, percorre a bibliografia estrangeira, especialmente os textos mais icônicos do tema e os livros publicados que mais receberam atenção. Por fim, o quarto capítulo, a partir da revisão bibliográfica, propõe-se a discutir e analisar o estado da arte da fenomenologia feminista, demonstrando a mudança do foco de interesse ao longo dos anos.

Palavras-Chave: Fenomenologia feminista. Feminismo. Corporeidade. Mulher.

ABSTRACT

FEMINIST PHENOMENOLOGY: A CRITICAL ANALYSIS

AUTHOR: Tatiana Almeida de Andrade Dornelles

ADVISOR: Prof. Dr. Juliana Missaggia

The present work arises from the questioning of what, after all, it means to be a woman. In the last decade, there has been an exponential growth of a political-ideological movement that advocates the conception of woman as a product of discourse, an idea, or the result of a performance. Phenomenology, with its classical theoretical foundation, promises a different approach: the encounter with the things themselves. Under the light of concepts from the phenomenological tradition such as embodied consciousness, facticity, and lifeworld, the phenomenological promise would be responsible for the desired reconciliation between the data of reality and a philosophical approach that protects the female human being from being erased as a political group. Phenomenology revolutionizes philosophy by asserting the body as an indispensable category for thinking about the subject. Thus, after the presentation of the preliminary discussion, this work exposes what phenomenology is, through the ideas of its founder, Edmund Husserl, and Merleau-Ponty, one of the main proponents of the school who dedicated himself especially to the study of corporeality. Simone de Beauvoir, in turn, demonstrates that this body, this subject, is always of a certain sex, ushering in the era of feminist phenomenology. But is the mentioned promise being fulfilled? This dissertation, therefore, aims to conduct an exhaustive literature review of Brazilian academic production on the theme of feminist phenomenology. Subsequently, it navigates through foreign literature, especially the most iconic texts on the subject and the published books that have received the most attention. Finally, the fourth chapter, based on the literature review, aims to discuss and analyze the state of the art of feminist phenomenology, demonstrating the change in focus of interest over the years.

Keywords: Feminist phenomenology. Feminism. Embodiment. Woman.

"Toda vez que uma mulher se defende, sem nem perceber que isso é possível, sem qualquer pretensão, ela defende todas as mulheres." –
Maya Angelou

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1. A discussão inicial e a promessa fenomenológica.....	14
Capítulo 2. O que é fenomenologia?.....	19
2.1. Visão Geral.....	19
2.2. Corpo.....	27
Capítulo 3. Fenomenologia feminista.....	35
3.1 Fenomenologia feminista brasileira.....	38
Resultado e discussão da primeira fase.....	41
Análise dos textos.....	45
Resultado e discussão da segunda fase.....	55
Trabalhos mais recentes.....	58
3.2 Fenomenologia feminista internacional.....	60
Livro 1. Feminist Phenomenology.....	60
Livro 2. On Female Body Experience: “Throwing Like a Girl” and Other Essays.....	69
Livro 3. Feminist Phenomenology Futures.....	76
Livro 4. Bodies of Water. Posthuman Feminist Phenomenology.....	83
Livro 5. In Between Latina Feminist Phenomenology.....	84
Livro 6. We Are Not Born Submissive.....	85
Livro 7. Toward a Phenomenology of Sexual Difference.....	86
Livro 8. Rethinking Feminist Phenomenology. Theoretical and Applied Perspectives...	87
Capítulo 4. Análise crítica: possibilidade de a Fenomenologia Feminista constituir-se como ferramenta contra os enganos teóricos do Pós-estruturalismo.....	93
Conclusão.....	102
Referências.....	104

Introdução

O feminismo encontra-se em um impasse latente e encoberto. *Tic-tac*: é possível esperar um pouco, mas a bomba-relógio não se desarmará sozinha. Considerando o que parece ser o discurso oficial do movimento feminista – com exceção das feministas radicais¹ –, o embaraço a ser resolvido será a flagrante contradição entre uma teoria adotada que nega as diferenças inerentes a cada sexo e, ao mesmo tempo, cobra medidas cujas beneficiárias são mulheres.

Se a categoria política *mulher* não existe – ou limita-se a uma categoria fluída e variável, como justificar a necessidade de proteção, cotas, espaços exclusivos e medidas compensatórias? Como conciliar demandas de base identitária se a própria identidade é fluída ou indefinível?

O debate não é trivial, nem pode dar-se o luxo de ser ingênuo. A discussão sobre o *ser mulher* e sobre o papel da mulher é travada há milênios, quase sempre de forma desfavorável às mulheres. Buscou-se a essência da mulher e, como resultado, encontram-se estereótipos e caricaturas, que subjugarão e limitaram as mulheres.

Mas a adoção de uma teoria situada no extremo oposto seria uma solução correta e benéfica às mulheres?

Nesse contexto, concebe-se a opressão de gênero e todas as diferenças entre os sexos como frutos de uma mera construção social e histórica, reduzindo a própria existência de corpos masculinos e femininos a categorias de linguagem. Questiona-se: e como lidar com a realidade de que, por exemplo, as estatísticas criminais mostram que o estupro é essencialmente perpetrado por um corpo masculino, preferencialmente contra corpos femininos, não importando o tempo, a época, o país nem as performances de gêneros de agressor e vítima? Será culpa da mulher por ter sucumbido e aceitado uma construção social que a faz vítima?

Diante de teorias aparentemente utópicas e que desconsideram as necessidades e realidade da categoria mulher, não é mais possível fugir do debate. Dentre os vários campos da filosofia, a fenomenologia emerge com um dos mais promissores em prover o pesquisador

¹ Feministas radicais são o grupo de mulheres que entende que a raiz da opressão feminina está no patriarcado, um modelo de dominação que sustenta a supremacia masculina em detrimento das mulheres. É diferente de outros ramos do feminismo porque, além de não imputar outras variáveis como responsáveis pela opressão das mulheres – como o conflito de classe e racismo, por exemplo, estabelecem o sexo como o fator marcante da violência e abuso masculino, não importando em qual gênero a vítima mulher se identifique ou o algoz homem se identifique. Também é referido como feminismo materialista (MARTINEZ, 2021).

de instrumentos conceituais (e empíricos) para debater o *ser mulher*, sem se submeter ao essencialismo caricatural, nem negligenciar a realidade, as necessidades e as experiências compartilhadas pelas mulheres.

Designa-se fenomenologia um amplo movimento científico e espiritual, extraordinariamente variado e ramificado, ainda hoje vivo, remetendo sempre a Edmund Husserl.

Ao longo dos anos, a fenomenologia fez contribuições importantes para muitas áreas da filosofia e ofereceu análises inovadoras de tópicos como intencionalidade, percepção, corporiedade, emoções, autoconsciência, intersubjetividade, temporalidade, historicidade e verdade. Promoveu também uma crítica direcionada ao reducionismo, objetivismo e cientificismo, e defendeu longamente uma reabilitação do mundo da vida.

Ao apresentar um relato detalhado da existência humana, onde o sujeito é entendido como um ser-no-mundo corporificado, social e culturalmente incorporado, a fenomenologia forneceu contribuições cruciais para uma ampla gama de disciplinas empíricas, incluindo psiquiatria, sociologia, psicologia, estudos literários, antropologia e arquitetura.

Embora muitas das obras clássicas da fenomenologia tenham sido escritas na primeira metade do século 20, a fenomenologia continua a ser uma fonte de inspiração e nos últimos anos tem sido objeto de interesse renovado, especialmente nos chamados estudos de gênero e na ampla gama de estudos sobre questões identitárias.

A presente dissertação intenciona conhecer mais o campo da fenomenologia feminista, com o fito de averiguar se, de fato, é um campo acadêmico que pode ser útil às urgências femininas, sem perder de vista a essencial honestidade intelectual e a busca pelo caminhar em direção à verdade.

No primeiro capítulo, será apresentada a discussão que gerou a necessidade do presente estudo.

No segundo capítulo, apresenta-se uma visão geral da fenomenologia por meio de seus autores mais proeminentes, como Husserl e Merleau-Ponty. Considerando o interesse nas questões do sexo feminino, há um especial ênfase na visão fenomenológica da corporeidade.

O terceiro capítulo discorre sobre a fenomenologia feminista em si, primeiramente traz um conceito geral do que seria esse ramo da filosofia. Depois, na primeira parte, faz a revisão bibliográfica exaustiva da produção acadêmica brasileira na temática da fenomenologia feminista. Na segunda parte, percorre a bibliografia estrangeira, especialmente os textos mais icônicos do tema e os livros publicados que mais receberam atenção.

Por fim, o quarto capítulo, a partir da revisão bibliográfica, propõe-se a discutir se a fenomenologia feminista realmente está apta a instrumentalizar a pesquisadora de gênero de argumentos fortes, precisos e honestos para enfrentar uma ideologia que busca apagar a existência fática da fêmea humana.

Capítulo 1. A discussão inicial e a promessa fenomenológica

O interesse pelo tema da fenomenologia feminista tem como origem a experiência de trabalho anterior da autora e os estudos de sua primeira formação, tanto no nível de especialização, quanto em seu primeiro mestrado, que se concentrou na realidade das mulheres presas.

A vivência e os estudos na temática da mulher presa provocaram distintas reflexões. A primeira é sobre a invisibilidade da mulher presa. São poucas as publicações sobre esse lugar feminino; e é inusitadamente restrito o interesse acadêmico e prático sobre o tema. Regra geral, as políticas penitenciárias são dirigidas para os homens e apenas adaptadas às mulheres. O fato de as mulheres representarem menos de 5% da população prisional pode ser a explicação para esta invisibilidade, mas decerto não é uma justificativa idônea.

A filosofia debate sobre essências há milênios, incluindo sobre o *ser* mulher. A chamada filosofia feminista vem contribuindo com a discussão, especialmente no alerta contra interpretações reducionistas e caricaturais do feminino. “A mulher não existe”, de acordo com o conhecido aforismo de Lacan. Essa polêmica máxima atrai atenção para o uso do artigo definido “a”, sinalizando que essa mulher, de definição precisa, não existe

Existem muitas mulheres. De fato, quem aceitaria o desafio de descrever o que é ser mulher? As mulheres são tão diferentes umas das outras que seria impossível dizer o que é uma mulher sem se descer ao caricato, piegas e, por vezes, até ao ofensivo. No entanto, se o referencial for o homem, é possível apreender uma noção de “mulheridade”? E qual a importância do reconhecimento das mulheres como grupo?

Há um tempo, todos os ramos da ciência, especialmente as ciências humanas e de saúde, enfrentam críticas em relação à ausência do referencial feminino nos seus estudos. Ressentem-se tanto da ausência ou insuficiência de mulheres como protagonistas da epistemologia de cada área, como das abordagens em que o referencial é exclusivamente masculino, tratado como universal. Na filosofia não é diferente.

Filósofos diversos falaram das mulheres. Aristóteles, Rousseau, Kant, Schopenhauer e Nietzsche, entre outros, geralmente o fizeram com uma visão menos favorável da condição feminina e do seu destino como subordinado ao homem

. Outros parecem seguir uma linha mais igualitária, como Diderot, Voltaire e Stuart Mill. Existiram também mulheres filósofas por todo período da história,

como Aspásia, Safo de Lesbos, Theano, Hipácia, Nicarete e Hipárquia, que estão sendo redescobertas e suas contribuições devidamente reconhecidas. Por fim, as filósofas mais recentes estão igualmente conquistando seus espaços, com Simone de Beauvoir, a grande expoente, além de Simone Weil, Rosa Luxemburgo, Lou Andreas-Salomé, Hannah Arendt, Judith Butler, Nancy Fraser, dentre outras .

Ao longo da história, a ideia da existência de uma essência feminina foi idealizada com vistas a conferir um caráter universal à condição da mulher, tratando as diferenças entre homens e mulheres como naturais e inexoráveis, justificando assim um tratamento inferiorizante e tutelar a estas. Explicações pretensamente científicas ou supostamente evidentes se tornaram triviais para fundamentar políticas desfavoráveis às mulheres.

No estudo do tema “gênero e crime”, por exemplo, são recorrentes as críticas ao período do determinismo biológico, do século XIX, cujos autores mais conhecidos foram Cesare Lombroso e William Ferrero, que concentraram seus estudos no atavismo e, no caso da mulher delinquente, em sua fraqueza mental . Suas teorias interpretaram as raízes da criminalidade feminina relacionando-as à sexualidade das mulheres, a qual condicionava a sua posição na sociedade.

A interpretação dos dados biológicos como forças deterministas e justificadoras da desigualdade injusta é um dos motivos pelos quais os movimentos feministas, em geral, defendem a inexistência de um âmago ou uma alma feminina. A maioria destes movimentos adere à diferenciação entre gênero e sexo, associando o gênero a uma mera construção social, e apagando menções a diferenças entre sexos. O construtivismo social propõe uma visão anti-essencialista e anti-realista da mulher e do homem, dependentes do sistema histórico, social e político em que se desenvolve .

Outros ramos, entretanto, tentam conciliar as várias influências que formam um indivíduo, é o caso da biossociologia . São três as principais abordagens biossociais: genética, evolutiva e neurobiológica, todas capazes de dialogar com abordagens sociais. As estatísticas que mostram diferenças sexuais (o maior nível de violência masculina, por exemplo) devem ser explicadas em uma perspectiva evolutiva, mesmo porque as diferenças entre os sexos não são exclusivas da raça humana . O nível mais alto de agressividade nos homens existe desde a infância, com a socialização desempenhando apenas parte de um papel definidor

. O efeito da ação da testosterona no cérebro começa na vida embrionária, sendo esta fase determinante na diferenciação dos sexos em relação à agressividade

. Essas são algumas das conclusões de estudos científicos sobre o tema.

Ao contrário do que se poderia inferir, a liberação feminina não parece exercer grande impacto na diferença comportamental na criminalidade. A evidência histórica recente, por exemplo, não mostra aumento da participação das mulheres no crime proporcional à remoção das barreiras da igualdade de gênero

As diferenças entre homens e mulheres, em relação ao comportamento criminoso, são consistentes independentemente do tempo, cultura e forma de educação das crianças pelos pais . Como consequência, vê-se o reflexo nas taxas criminais. A primeira observação é que os “crimes são desproporcionalmente cometidos por homens” . Na literatura criminológica, há pouca dúvida de que os padrões de crime de homens e mulheres são muito diferentes, tanto na quantidade, quanto no tipo de crime. Essa visão é compartilhada por muitos autores

Na Criminologia, reconhecer estas diferenças entre os sexos significa, no mínimo, repensar as políticas criminais e carcerárias, com a necessidade de que sejam elaboradas políticas públicas respeitando as condições diferenciadas da mulher. O tratamento igual ao dos homens viria em nítido prejuízo às mulheres. Na filosofia e nos movimentos sociais, porém, ainda é majoritária a visão desconfiada de qualquer análise que ressalte as diferenças entre os homens e as mulheres.

Na busca por trabalhos acadêmicos que tratassem sobre o *ser mulher*, poucos pareciam ter interesse em uma maior vinculação corporal ou biológica. Há diversos trabalhos que estudam o *ser mulher* nas perspectivas psicanalíticas, literárias, nas representações artísticas, na visão de filósofos e filósofas e nos movimentos feministas (AQUINO DE SOUZA, 2015; CARVALHO, 2018; CAVALCANTI, 2013; COSTA; PURIFICAÇÃO; TEIXEIRA, 2017; GABRIEL, 2009; HOMEM, 2019; LINO, 2008; MARCHIORATO, 2018; MENDONÇA, 2010; OLIVA, 2013; OLIVEIRA, 2016; PEÑA CORTÉS, 2018; SILVA; LAURENTI, 2017; TORRES; BULHÕES DA SILVA, 2019; VALLE, 2017; VASCONCELOS, 2015; ZOLIN, 2010).

Em regra, a ideia de essencialidade na mulher recebe críticas e reprovações, em razão do uso político desfavorável aos direitos da mulher. Igualmente, as diferenças entre homens e mulheres não são exploradas com exceção das denúncias de opressão e desigualdade entre os gêneros.

Três filósofas parecem reconhecer mais as diferenças. A primeira é Edith Stein, para quem, embora ambos os sexos sejam provenientes da mesma natureza humana, as diferenças entre homens e mulheres são tão acentuadas que é possível se afirmar a existência de uma espécie masculina e de uma espécie feminina . A segunda é Luce Irigaray, que afirma que a libertação da dominação masculina só é possível quando a mulher afirmar sua diferença . A terceira é a própria Simone de Beauvoir. Embora a maioria das comentaristas faça uma leitura de que a filósofa nega as diferenças entre os gêneros, pois “torna-se mulher”, na realidade, Beauvoir marca sim as diferenças biológicas. A autora, no entanto, não aceita é que essas diferenças sejam determinantes incontornáveis de um destino petrificado .

Importante ressaltar que reconhecer as diferenças não equivale a justificar discriminações e injustiças. Entre o essencialismo e construtivismo, certamente há um espaço relevante de ponderações. É necessário conhecê-lo em profundidade e com honestidade intelectual, sem negar o aspecto que possa ser desinteressante à narrativa militante.

Nesse sentido, a Professora Dra Juliana Missaggia chama a atenção para pesquisas acadêmicas que instigam um novo olhar sobre o debate, propondo um retorno a fatores materiais da experiência feminina, sob a luz de conceitos da tradição fenomenológica como “facticidade, mundo de vida e corpo vivo” . Esse olhar permitiria uma análise e uma estruturação do que poderia ser chamado de essencialismo estratégico, a possibilitar a manutenção da categoria política *mulher*.

A promessa fenomenológica seria a responsável pela desejada conciliação entre dados da realidade e a abordagem filosófica. De fato, as autoras que, sem sucumbir ao essencialismo, buscam demarcar as características femininas, o fazem na perspectiva fenomenológica, como Edith Stein. Outras filósofas também buscam estabelecer o diálogo entre feminismo e fenomenologia, tal como Simone de Beauvoir, Iris Marion Young, Silvia Stoller, Margaret Simons, Gail Weiss, Sara Heinämaa, Linda Alcoff, Helen Fielding, além de Judith Butler.

No Brasil, porém, como indicou a Profa. Dra. Juliana Missaggia, a pesquisa acadêmica neste sentido é incipiente . A importância da temática é prática: como

conciliar um discurso anti-essencialista com a necessidade de reivindicar direitos de base identitária?

O elemento basilar da fenomenologia é a noção de que um fenômeno nunca é um dado isolado, mas está rodeado e situado em um horizonte que afeta o significado do que vemos. Um relógio nunca é apenas um relógio, e pensar nele fora do contexto, de suas circunstâncias, é apenas uma discussão vazia e pouco fecunda.

Discussões altamente técnicas e abstratas perdem contato com o assunto real, o que realmente importa: a experiência. Para o fundador da escola fenomenológica, Edmund Husserl, a fenomenologia deve basear suas considerações na maneira como as coisas são experimentadas, e não em abstrações que podem distorcer o que deve ser compreendido

Se existe esta preocupação da tradição fenomenológica em fornecer uma descrição fenomenologicamente sensível das várias estruturas da experiência, esta experiência não pode estar desassociada da realidade biológica do indivíduo, que limita e condiciona sua percepção sensível. Não se trata, obviamente, de individualizar a experiência humana, mas considerar nesta equação a existência, na concepção de Edith Stein, de dois tipos de humanos: o ser humano masculino e o ser humano feminino

Neste sentido, a experiência de ser mulher, de ter um corpo feminino, é compartilhada pela quase totalidade das mulheres, realidade verificável nos medos, receios, inibições e até mesmo nas reações involuntárias produzidas por corpos femininos.

Segundo Alia Al-Saji², há duas estratégias principais para possibilitar o diálogo entre a fenomenologia e o feminismo. A primeira delas é a análise feminista das obras fenomenológicas, que podem se dar de dois modos: pela crítica em relação aos limites desses trabalhos no que dizem respeito às especificidades da mulher e de suas experiências materiais e pela retomada do estudo da obra de filósofas “clássicas” ligadas à fenomenologia. A segunda estratégia é a aplicação do método fenomenológico ou de elementos típicos da fenomenologia a questões e temas tradicionais aos estudos feministas.

No presente trabalho, pretende-se adotar a primeira estratégia. Não se evitará, entretanto, imiscuir-se na segunda estratégia também, uma vez que, segundo a Dra. Juliana Missaggia, as filósofas que desenvolvem estudos de fenomenologia feminista também acabam por apropriarem-se do método e de conceitos típicos da fenomenologia para desenvolver seus próprios projetos em teoria feminista

² Disponível em <https://www.rotman.uwo.ca/feminist-phenomenology-race-and-perception-an-interview-with-alia-al-saji/>, acesso 20/01/21

Assim, no próximo capítulo, será respondida, dentro das limitações deste trabalho, a questão sobre o que é fenomenologia, enfatizando o aspecto da corporeidade.

Capítulo 2. O que é fenomenologia?

2.1. Visão Geral

Fenomenologia é um movimento filosófico do século XX. A fenomenologia, brotada durante a crise do subjetivismo e do irracionalismo, ficou conhecida como movimento filosófico, marcando diversas correntes da filosofia contemporânea.

Fundada por Edmund Husserl (1859-1938), a fenomenologia inicia-se por um movimento de aspecto mais descritivo, derivando para outros aspectos conforme o próprio Husserl evoluía em seus estudos e conforme seus seguidores concentravam-se em outras questões. Edmund Husserl originalmente foi um matemático, embora também tenha estudado filosofia, buscando-a como instrumento para melhor entender a aritmética. Ele obteve sua tese de doutorado em matemática em 1883, e foi apenas nos anos seguintes que se interessou seriamente pela filosofia.

Outros proponentes influentes foram Martin Heidegger (1889-1976), Jean-Paul Sartre (1905-1980), Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), e Emmanuel Levinas (1906-1995), além das filósofas Edith Stein (1891-1942), Hannah Arendt (1906-1975) e Simone de Beauvoir (1908-1986). A influência da fenomenologia é reconhecida especialmente pelo fato de que quase todas as formações teóricas subsequentes na filosofia alemã e francesa podem ser entendidas como extensões ou reações à fenomenologia. Ao longo dos anos, a fenomenologia fez contribuições importantes para muitas áreas da filosofia e ofereceu análises inovadoras de tópicos como intencionalidade, percepção, incorporação, emoções, autoconsciência, intersubjetividade, temporalidade, historicidade e verdade. A escola fez uma crítica direcionada ao reducionismo, objetivismo e cientificismo, e defendeu longamente uma reabilitação do mundo da vida (ZAHAVI, 2019).

Importante lembrar que o termo fenomenologia já fora utilizado por Kant e Hegel, porém Edmund Husserl cunhou um novo sentido ao termo. Kant, ao analisar a estrutura do sujeito e das funções do espírito, estabelece que o conhecimento se reduz ao que aparece, isto é, a fenômenos. Neste sentido, diz-se que a fenomenologia, em sentido filosófico, estava presente em Kant. Hegel, por sua vez, usa o termo na sua obra *Fenomenologia do Espírito*, entendendo a fenomenologia como ciência da experiência e da consciência. Em Hegel, assim, o termo entra definitivamente na tradição filosófica (LIMA, 2014a).

A fenomenologia procura examinar a experiência humana de forma rigorosa, como uma ciência descritiva. Busca investigar aquilo que é genuinamente possível de ser

investigado. É o encontro com as coisas mesmas. Mas a definição de fenomenologia está longe de ser algo incontroverso.

Etimologicamente falando, fenomenologia significa a ciência ou estudo dos fenômenos. Mas o que é um fenômeno? O termo fenomenologia advém do grego *phainesthai*-aquilo que se mostra ou se apresenta- e *logos* – explicação ou estudo: estudo do que se mostra. Fenômeno é aquilo que se mostra, aquilo que se apresenta. O objeto da fenomenologia são os dados na forma que imediatamente se apresentam. Há, assim, um apelo àquilo que é imediato. Porém o maior enfoque é na necessária fidelidade ao modo de ser dos objetos (Lima, 2014a).

Como ponto de partida, Husserl rejeita o que seria um errôneo psicologismo na epistemologia. Haveria uma confusão categorial no psicologismo em relação ao “ato de conhecer” e o objeto do conhecimento. Husserl discorda de autores como John Stuart Mill, que explicava a lógica como a ciência do pensamento. Para o fenomenólogo, e para outros autores que seguiram essa tendência, há uma distinção clara entre o “ato de conhecer” ou pensamento e a conexão lógica dos conceitos.

O primeiro – o pensamento ou ato de conhecer – é um processo psíquico-físico, com duração temporal, que se dá na mente dos indivíduos. O segundo – o objeto do conhecimento - pode existir sem o ato do conhecimento e não necessariamente se submetem a duração temporal, como é o caso dos princípios lógicos e matemáticos. O cálculo não tem tempo, embora a ação de calcular tenha. Por exemplo, o fato de dois mais dois ser quatro independe da operação mental que ocorre na cabeça do indivíduo.

Houve, então, na fenomenologia inicial, essa preocupação de desvincular a lógica da psicologia. E esse é um princípio primordial porque, se há confusão entre o ato de pensar e o objeto, a cada pensamento, há um objeto diferente. Se o objeto é algo particular de cada indivíduo, em tempo e lugar determinados, esse objeto é irrepetível e não compartilhável. Não haveria conhecimento fixo e seria impossível a transmissão de conhecimento, uma vez que dependeria do inviável acesso ao processo mental de outrem.

A mente e o mundo devem ser explorados simultaneamente. Assim, a fenomenologia também rejeita a distinção tradicional entre epistemologia e ontologia. Tradicionalmente, vigorou uma diferenciação entre a maneira como compreendemos e temos conhecimento do mundo, das questões relativas à natureza da realidade. Para a fenomenologia, para que algo conte como real, deve, em princípio, ser algo que possamos encontrar, embora o modo de encontro possa variar: conhecimento perceptivo, engajamento prático e investigação científica são apenas algumas das formas possíveis (ZAHAVI, 2019).

A fenomenologia não se interessa por sujeitos abstratos ou reinos de uma consciência fora do mundo real. A fenomenologia é interessada pela consciência porque é através dela que descobrimos o mundo.

Uma leve digressão é importante ser feita agora. Na tradição filosófica anterior à escola fenomenológica, o fenômeno era entendido também como a maneira como o objeto se mostra ao observador. No entanto, o fenômeno era contrastado com o objeto como ele é em si mesmo. Supunha-se que existiriam a percepção do objeto – o fenômeno – e o próprio objeto. Assim, para se alcançar a verdade do objeto, necessitar-se-ia ir além do meramente fenomenal. A fenomenologia rejeita esse raciocínio.

Os fenomenólogos não aceitam o que se denomina de teoria dualista. Para a doutrina dos dois mundos, haveria uma distinção entre o mundo percebido e o mundo real. Por sua vez, a fenomenologia não nega a distinção entre mera aparência e realidade, consentindo que algumas aparências são enganosas, contudo, não admite a existência de dois mundos, apenas de graus de manifestação. O mesmo objeto pode manifestar-se de uma maneira à primeira vista e de outra maneira após uma investigação científica completa. Para a fenomenologia, afirmar que há um mundo aparente e outro real nada mais é que uma especulação vazia.

Qual o propósito de definir a realidade objetiva como inacessível e incompreensível? Nenhum, o lugar certo para localizar a objetividade é dentro, e não além, do mundo aparente, afirma a fenomenologia.

A fenomenologia rejeita a ideia de que há uma “realidade fora” de um objeto e que há uma “representação do objeto” na nossa mente. A crítica direciona-se a dois aspectos principais. A primeira crítica visa à ideia de uma mediação representacional, a segunda à tentativa de explicar a intencionalidade com base na causalidade.

Em vez de pensar que os objetos precisam ser reproduzidos ou representados internamente para serem experimentados, os fenomenólogos argumentariam que a experiência perceptiva nos apresenta o objeto direta e imediatamente. Em vez de dizer que experimentamos representações, e em vez de pensar na intencionalidade perceptual como uma forma de representação, a percepção é mais bem pensada como uma forma de apresentação. Além disso, deve-se abandonar a ideia de tentar explicar a relação mente-mundo em termos causais. Os objetos no mundo interagem causalmente, mas a mente não é simplesmente um objeto. O fato de ser possível pensar sobre objetos que não existem parece um argumento decisivo contra uma teoria que afirma que um objeto deve influenciar o observador causalmente para que o sujeito tenha consciência dele.

Heidegger, por sua vez, não fala de sujeito intencional, subjetividade ou consciência, mas introduz o termo *Dasein* (que é composto por "Da", que significa "lá", e "sein", que significa *ser*, ou seja, existir ou estando lá). Na obra *Ser e Tempo*, Heidegger dedica-se a analisar as características fundamentais do *Dasein*, em particular seu chamado *ser-no-mundo* (In-der-Welt-sein). O termo *Dasein* designa o tipo de seres que nós mesmos somos, como seres que estamos no mundo, mas não da mesma forma que a água está em um copo ou uma camiseta em um armário. Não somos uma entidade estendida contida em outra estendida entidade. Para Heidegger, o mundo não é a soma ou totalidade dos objetos, mas sim o contexto familiar de significado em que o *Dasein* habita.

Outra concepção interessante é a diferenciação entre a experiência intencional e o objeto intencional. Embora diferentes, são essencialmente relacionados. Uma investigação fenomenológica apropriada da intencionalidade não deve apenas considerar o lado subjetivo, ou seja, a experiência perceptual ou emocional, deve igualmente investigar o objeto percebido ou desejado. O mesmo acontece ao contrário: não se pode analisar o objeto intencional adequadamente sem considerar seu correlato subjetivo, o ato intencional. Uma preocupação central da fenomenologia era precisamente dar conta dessa relação entre o subjetivo e o objetivo. Para Husserl, os maiores e mais importantes problemas da fenomenologia estavam relacionados à questão de como objetividades de diferentes tipos, desde as pré-científicas até aquelas da mais alta dignidade científica, são constituídas pela consciência.

Em coerência com a ideia do real possível, a fenomenologia leva em consideração que um mesmo objeto pode aparecer de várias maneiras diferentes. Por um ou por outro ângulo, de uma ou outra perspectiva, mais ou menos iluminado, conforme percebido, imaginado, desejado, temido, antecipado ou lembrado: infinitos fatores podem fazer variar a doação do objeto – ou seja, como ele aparece ao observador. Ainda, a experiência perceptiva abrange mais do que simplesmente os aspectos momentaneamente visíveis e invisíveis do objeto em questão, também engloba o contexto que estão inseridos observador e objeto.

O tempo e o espaço desempenham um papel relevante na doação do objeto também. O ponto de partida é a perspectiva em primeira pessoa (do eu), uma descrição do que e como aparece à consciência. Não existe um ponto de vista puramente intelectual e não existe uma visão de lugar nenhum, existe apenas um ponto de vista corporificado. Porém, embora a perspectiva sempre parta do eu, o fundamento da lógica não se estabelece na psiquê. O que se busca é a relação que é estabelecida entre o pensar e o pensado, a qual Husserl nomeia de intencionalidade.

Intencionalidade é a característica da consciência de ser consciência de algo, de estar direcionada para objetos. Toda consciência é consciência de alguma coisa, não existindo a ideia de consciência em si mesma. Toda consciência pressupõe uma intenção, que se refere a algo. Quando imaginamos, pensamos, vemos, ouvimos, lembramos, odiamos ou tememos, nós imaginamos algo, pensamos em algo, vemos algo, ouvimos algo, lembramos de algo, odiamos algo ou tememos algo. Intencionalidade, para os fenomenólogos, é o termo genérico para esse apontar-além-de-si próprio da consciência. O termo não deve ser confundido com sua acepção vulgar de finalidade ou propósito .

Ao se extirpar o psicologismo do objeto do conhecimento, esforço empreendido por Husserl em sua obra *Investigações Lógicas*, sobra o conceito de significado. O significado, assim, é compreendido na dimensão da essência, aquela cuja existência independe do sujeito pensante e independe também da própria existência do objeto considerado. O pensar em essências, inclusive de objetos abstratos ou irrealis, é uma das particularidades da espécie humana, impressa em nossa linguagem, mas sem depender dela também .

A essência possui uma consistência interna. É aquilo que faz da coisa o que ela é, e não outra coisa. As essências estão articuladas umas às outras dentro de uma estrutura lógica, não sendo possível a ideia de um significado isolado, pois um significado pressupõe outro significado dentro de um conjunto de relações lógicas. A fenomenologia nasce, assim, como a ciência que busca descrever essas essências, e não os fatos . É a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer.

Passa-se então a uma das questões mais polêmicas e debatidas na fenomenologia: o método fenomenológico.

Husserl defendeu a necessidade de seguir certos passos metodológicos para que a fenomenologia cumpra sua tarefa designada. O método fenomenológico foi proposto pelo filósofo como uma crítica ao método indutivo e ao método dedutivo, estendendo-se ao método experimental, uma vez que, para ele, a instabilidade dos dados empíricos não forneceriam o rigor necessário para a investigação filosófica. Assim, Husserl propôs uma análise compreensiva e não explicativa dos fenômenos, no sentido de considerar o papel da consciência em sua verdade intencional. O *cogito* cartesiano, de uma consciência clara e distinta, é desconsiderado, dando lugar para a noção fenomenológica de “consciência de algo”. O método, tal como Husserl expôs, propõe-se a construir um método seguro, livre de preposições, para todas as ciências.

O primeiro cânone do método proposto por Husserl é a *epoché*. Husserl tomou emprestado o termo grego *epoché* da filosofia antiga. Os antigos cétricos traduziam esse termo para a suspensão do juízo sobre as coisas. Na perspectiva de Husserl, contudo, a *epoché* seria colocar o mundo entre parênteses no momento de análise do fenômeno. Mas como isso se daria? Segundo o autor Dan Zahavi (2019), é neste ponto que as opiniões divergem. Em uma interpretação, o retorno às próprias coisas é um afastamento de teorias, interpretações e construções. Em outra leitura, o que deve ser colocado entre colchetes ou desconsiderado não são apenas as teorias e preconceitos tradicionais, mas também, e ainda mais importante, nossa preocupação habitual e natural com objetos e eventos mundanos.

Ambas as interpretações estão erradas, para Zahavi. Ambas contêm alguns elementos da verdade, mas deixaram de fora a parte importante. A fenomenologia não é uma volta ao objeto, nem um retorno ao sujeito. Além disso, é um erro ver a ambição principal da fenomenologia como sendo a de fornecer descrições detalhadas. A maneira adequada de interpretar a *epoché* é vê-la como envolvendo não uma exclusão da realidade, mas sim uma suspensão de uma determinada atitude dogmática em relação à realidade, uma atitude que é operativa não apenas nas ciências positivas, mas também permeia nossa vida pré-teórica diária. Ao suspender essa atitude, e ao tematizar o fato de que a realidade é sempre revelada e examinada de uma ou outra perspectiva, a realidade não se perde de vista, mas é pela primeira vez tornada acessível à investigação filosófica (ZAHAVI, 2019).

A *epoché*, no entanto, é apenas o primeiro passo. O segundo é o que Husserl chama de redução transcendental. A redução transcendental é a análise sistemática dessa correlação entre subjetividade e mundo, é um movimento reflexivo. Neste momento, passa-se a atenção dos objetos de nossa experiência para o modo como eles são experienciados. Um dos propósitos desses dois movimentos é habilitar nossa capacidade de discriminar características acidentais e contingentes das mais essenciais e necessárias.

Uma das ferramentas empregadas por Husserl em sua busca por estruturas essenciais é a variação eidética. Considerando que os objetos do mundo se apresentam sob perspectivas distintas, o objeto ou o fenômeno deve ser submetido às diversas variações possíveis de perfil, para compreender a essência do objeto em totalidade. A essência constitui aquilo que permanece inalterado, mesmo com a variação de perfil. A variação eidética pode ser vista como um tipo de análise conceitual guiada ou auxiliada pela imaginação e tem um objetivo bem diferente do que o trabalho empírico ou experimental, que não pode substituir. É um processo exigente e aberto, e os resultados são, na maioria dos casos, apenas provisórios.

Por outro lado, à intersubjetividade é atribuída um papel absolutamente central pelos fenomenólogos. A intersubjetividade não é concebida como uma estrutura objetivamente existente no mundo, que pode ser descrita e analisada a partir de uma perspectiva de terceira pessoa. Ao contrário, a intersubjetividade é uma relação entre sujeitos e sua análise completa deve incluir uma referência e uma investigação da perspectiva da primeira pessoa. Ou seja, não é satisfatório simplesmente inserir a intersubjetividade em algum lugar dentro de uma estrutura já estabelecida; antes, as três dimensões “eu”, “outro” e “mundo” pertencem uma à outra, somente podendo ser compreendidas em sua interconexão.

A epoché parte de uma análise baseada na primeira pessoa do singular. Só que tudo o que se obtém no nível da primeira pessoa, a rigor, até que se prove o contrário, tem validade apenas para aquele que realiza a descoberta. Se outro sujeito tiver outro resultado, outro será também o critério de validade, e este poderá reivindicar igual direito ao assentimento. Assim, toda contribuição que o método pode trazer só não será ilusória se conseguir evitar uma recaída no solipsismo. A ruptura do solipsismo, se ela visa alcançar todos os sujeitos racionais, necessita, pelo menos de início, atingir um segundo sujeito, um outro ser consciente. Isso é permitido pela noção de empatia. A mesma autoconsciência, inerente ao uso de "eu" como o sujeito na oração, é posta no outro. . Apesar do caráter direto e imediato da empatia, sempre haverá, e por necessidade, uma diferença entre o que tenho consciência quando empatizo com o outro e o que o outro está experimentando.

Cabe aqui uma outra distinção cara aos fenomenólogos. Existem as essências exatas e as essências morfológicas. Na matemática pura e outras ciências exatas, os objetos podem ser definidos com grande precisão, suas essências são exatas. Nas ciências humanas e sociais, os objetos caracterizam-se por uma indefinição essencial, possuem assim essências morfológicas, cujas definições são apenas aproximadas. É um erro exigir-se a precisão matemática em questões com alto grau de subjetividade, porém não se dispensa o rigor metodológico nas investigações fenomenológicas.

Ademais, Husserl não entendia como objeto da fenomenologia a preocupação em revelar a suposta estrutura essencial de entes ou objetos como casamentos, eleições, clarinetes ou carvalhos (ZAHAVI, 2019). Em vez disso, Husserl investigava tópicos muito mais fundamentais em um nível muito mais alto de generalidade, como as estruturas gerais do mundo da vida, da intencionalidade, da incorporação, da temporalidade, a distinção entre a percepção e a imaginação, entre outros.

Ainda na reflexão sobre o mundo da ciência, os fenomenólogos defendem a reabilitação do mundo da vida, ou seja, que o mundo que vivemos seja uma variável na

equação. Em busca por conhecimento puramente objetivo, a ciência forjou uma prática asséptica, que menoscaba as experiências corporais, sensuais e pragmáticas. A fenomenologia não contesta o valor da ciência e não nega que as investigações científicas podem levar a novos insights e expandir nossa compreensão da realidade. Porém, por colocar de lado o mundo da vida, as ciências naturais não são aptas à pretensiosa tarefa de fornecer um relato exaustivo da realidade.

Como mencionado, não se trata de uma oposição aos métodos e estudos quantitativos. Estes são apropriados, mas apenas quando se trata de questões quantitativas. Na verdade, as descobertas da ciência e da experiência cotidiana não precisam se contradizer. Ambas podem ser verdadeiras de acordo com seus próprios padrões. De maneira mais geral, a diferença entre o mundo da experiência e o mundo da ciência é para os fenomenólogos não uma diferença entre o mundo para nós e o mundo em si, mas uma diferença entre duas maneiras pelas quais o mundo aparece. A objetividade é o resultado de um processo intersubjetivo. É o que podemos concordar no final da investigação. A ciência tem suas raízes no mundo da vida.

Sobre o essencialismo em Husserl, são importantes ainda duas observações. Primeiramente, quando a fenomenologia trata de essências, não está defendendo o essencialismo sócio-biológico criticado por militantes e teóricos de gênero, raça e decolonialismo. Não há a defesa da existência de características inerentes, atemporais e determinantes que definem um indivíduo a depender da classificação que lhe for atribuída.

Em segundo lugar, mesmo entendendo que os objetos podem aparecer de variadas maneiras, a fenomenologia não rompe com a objetividade tal qual o relativismo das teorias construtivistas ou pós-construtivistas. Teóricos relativistas defendem que a objetividade é uma ilusão e que o que entendemos por realidade é puramente convencional, inclusive as diferenças entre os sexos, assunto que interessa ao presente trabalho. Essa radicalização, de certa forma, tem por origem a visão de que somente é ciência o que pode ser quantificado e medido. Inicialmente, a alegação era que a forma, o tamanho e o peso de um objeto são propriedades objetivas, porque poderiam ser descritas com precisão matemática. Por outro lado, a cor, o sabor e o cheiro do objeto são fenômenos subjetivos formados na mente, carecendo de realidade. Essa distinção clássica entre as qualidades primárias e secundárias foi radicalizada ao longo dos anos e, por fim, levou à ideia de que não são apenas certas propriedades do objeto aparente que carecem de objetividade, mas tudo o que aparece. Todo o mundo da experiência é uma construção subjetiva, uma representação ilusória de uma causa física oculta (ZAHAVI, 2019). As consequências dessa crença são assombrosas e estão

impressas nas diversas ideologias e teorias que se mostram alheias ao mundo real, em detrimento das pessoas que serão materialmente afetadas.

Por fim, na última fase de seu pensamento, Husserl aventurou-se no que foi denominado fenomenologia generativa. O foco foi ampliado para investigar o papel constitutivo da tradição e da história, ou seja, a investigação de como as realizações das gerações anteriores operam em nossas experiências individuais.

Uma maneira pela qual esse desenvolvimento é traçado nos próprios escritos de Husserl é por meio de um maior foco em como os tópicos de incorporação, temporalidade e socialidade estão interligados. O corpo está essencialmente envolvido na percepção e na interação com objetos espaciais. Para ele, o mundo nos é dado à medida que é explorado corporalmente, e o corpo nos é revelado em sua exploração do mundo.

Merleau-Ponty foi o fenomenólogo que mais importância atribuiu ao papel da corporificação e da facticidade, componentes essenciais de uma análise fenomenológica da mulher. O corpo, a facticidade e o mundo da vida serão tratados em seguida. Merleau-Ponty também aponta o fato de a fenomenologia permanecer inacabada, ainda em andamento. Porém isso não seria um defeito ou falha que deva ser consertado, mas antes uma de suas características essenciais. A fenomenologia está em constante movimento.

2.2. Corpo

O corpo, ou a corporeidade, é um elemento-chave na fenomenologia. No entanto, os conceitos e fundamentos desse elemento foram mais bem desenvolvidos, ou esclarecidos, por filósofos posteriores a Husserl. Embora os principais temas das investigações filosóficas husserianas transpassem a questão corporal, como estudos da percepção e intersubjetividade, há em Husserl uma pecha de “esquecimento” da questão da corporeidade. Alguns autores atribuem essa pecha à filiação inicial de Husserl a uma filosofia cartesiana (Zahavi), a erros históricos na apresentação da fenomenologia, especialmente ao modo o corpo é concebido na obra *Ideias I* (Juan San Martin) e a interpretações errôneas do tratamento husserliano da corporeidade (Behnke), especialmente pela desconsideração de textos não publicados e dos seminários proferidos pelo filósofo .

No entanto, Husserl tratou de questões da corporeidade desde as primeiras obras, como *Coisa e Espaço*, até a última delas, *A crise das ciências europeias* (RIGHI DE SOUZA, 2016). De forma mais direta, a corporeidade está presente especialmente na obra *Ideias II*, que

faz parte de um conjunto de trabalhos e escritos de Husserl que não foram publicados pelo próprio autor.

Basicamente, o corpo é caracterizado por estar presente em toda experiência perceptiva. É o ponto zero experiencial, em relação ao qual todo objeto aparente é orientado. A consciência corporificada é o ponto de referência em relação a todos objetos perceptivos, sendo o centro em torno do qual e em relação ao qual o espaço se desdobra. Husserl defendeu que toda experiência de mundo pressupõe alguma incorporação, esteja o corpo funcionando como centro estável de orientação, ou ativamente se movendo.

Para a fenomenologia, é indispensável se entender que a investigação do corpo é incompatível com a ideia de vê-lo sob uma perspectiva fisiológica externa, tal como se fosse um objeto. Em verdade, há uma distinção básica entre o estudo da anatomia de um corpo, tal e qual fosse ele apenas um cadáver, e o estudo do corpo vivido subjetivamente, que é a consciência corporificada. Esse último, elemento basilar da fenomenologia, traz consigo o questionamento de como o corpo é vivido por meio de uma perspectiva de primeira pessoa incorporada, com a possibilidade de experimentar e compreender o mesmo corpo de maneiras diferentes. Interessante ainda é a ideia de preponderância do sentido tato sobre o sentido visão. Enquanto o corpo que toca é tocado, o corpo que vê não é reciprocamente visto.

Assim, Husserl, e também Merleau-Ponty, destacam a importância do que eles chamam de dupla sensação ou duplo toque. O fenômeno do duplo toque apresenta a ambígua situação em que a mão alterna entre dois papéis, o de tocar e o de ser tocada. A dor é o símbolo máximo da nossa consciência de ser corporificado. O corpo está presente de uma maneira tão fundamental que normalmente só é notado quando nossa interação habitual com o mundo é perturbada, seja por reflexões voluntárias, seja por reflexões que são forçados sobre nossos corpos por doenças, necessidades físicas, exaustão ou dor. (ZAHAVI, 2019)

Ainda com Husserl, a fenomenologia afasta a discussão dualista clássica sobre corpo e mente. A noção de corporificação, a noção de uma mente corporificada ou de um corpo mental, pretende afastar a ideia dicotômica de mente e corpo. A experiência corporal não se permite ser categoricamente classificada como subjetiva ou objetiva, interna ou externa, física ou psíquica. Esses pares binários perdem o sentido. Além de refutar a ideia básica cartesiana do dualismo mente e corpo, a fenomenologia também não dispensa a consideração de que a consciência incorporada envolve estar situado na natureza e na cultura, que em regra não se escolheu. Englobam-se os contextos históricos e sociológicos, levantando interesses para o papel da historicidade, da generatividade e da sexualidade.

A ideia da corporeidade seguiu sendo explorada pelos autores discípulos de Husserl. Curiosamente, dentre os principais autores da fenomenologia, Heidegger prefere não discutir sobre o corpo. Apenas em um lugar, na obra *Ser e Tempo*, o filósofo menciona explicitamente o corpo, onde afirma que a espacialidade do Dasein está ligada à sua corporeidade, acrescentando, no entanto, que há uma problemática própria do corpo que não deve ser discutida naquela obra. Para Dan Zahavi, “esse silêncio em relação ao corpo é intrigante”

Por sua vez, Maurice Merleau-Ponty trabalhou a questão corporal à exaustão. Merleau-Ponty, com muito mais ênfase que Husserl, atribui importância irrefutável ao papel da corporificação e da facticidade, ou seja, ao papel da situação contingente de nossa existência. Merleau-Ponty inequivocamente restitui ao corpo o papel originário na experiência: o corpo é o esteio do ser no mundo.

Tendo optado pela fenomenologia, Merleau-Ponty não foi um simples seguidor das ideias de Husserl. No prefácio da obra *Fenomenologia da Percepção* (1999), o autor procura dar uma resposta curta à pergunta "O que é fenomenologia?", destacando que a questão está longe de ser resolvida, mesmo meio século após os primeiros estudos de Husserl. Ele adere à definição de que a “fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências” . Porém, complementa afirmando que é também "uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua facticidade" . A fenomenologia não é simplesmente uma forma de essencialismo, é também uma filosofia da facticidade.

Em relação ao conceito fenomenológico fundamental da intencionalidade, o filósofo deixa transparecer uma concordância e um distanciamento da visão husserliana. Para Merleau-Ponty, a intencionalidade designaria uma relação dialética, como um movimento de um pensamento que se faz reciprocamente passando de um termo ao outro. É a partir desse movimento que surge o sentido. Assim, o mundo da percepção ganha centralidade como o nascedouro das significações, sentido de todos os sentidos e solo originário de todos os pensamentos

Ademais, a filosofia do corpo de Merleau-Ponty é considerada um termo metodológico chave, tal como o *cogito* de Descartes. Está em consonância com a fenomenologia original, que visa dismantelar preconceitos filosóficos atendendo ao testemunho das próprias coisas, mas a radicaliza ao mostrar como o testemunho das coisas emerge em um nível perceptivo e corporal, anterior assim à reflexão. A fenomenologia não

pode apenas refletir sobre os fenômenos como dados: ela deve ir mais longe, através do que Merleau-Ponty chama de reflexão radical

A reflexão radical se ancora no irrefletido ao mostrar como ela é engendrada em uma operação criativa que ao mesmo tempo dá origem às coisas significativas e às nossas reflexões conceituais sobre elas.

A tarefa de uma reflexão radical, quer dizer, daquela que quer compreender-se a si mesma, consiste, de uma maneira paradoxal, em reencontrar a experiência irrefletida do mundo, para recolocar nela a atitude de verificação e as operações reflexivas, e para fazer a reflexão aparecer como uma das possibilidades de meu ser

Para Merleau-Ponty, esse projeto metodológico radical se sobrepõe inerentemente a uma filosofia do corpo. Isso porque o corpo se revela como nosso próprio modo de ser no campo fenomenal.

Na obra *Fenomenologia da Percepção*, Merleau-Ponty faz um estudo detalhado do corpo, ultrapassando tanto a concepção materialista da ciência positiva, que considera o corpo como um objeto, quanto a espiritualista que desconsiderava o corpo, fazendo oposição à alma

Merleau-Ponty orientou suas pesquisas para problemas tais como o dualismo consciência-natureza, primado da percepção, a corporeidade do sujeito, a intersubjetividade e a questão do mundo pré-reflexivo. Para fundamentar suas ideias, o filósofo analisa questões como sensações de membros ausentes, a relação dos cegos com a localização corporal, a percepção dos corpos doentes, a experiência do movimento, estudos de patologias e distúrbios visuais e motores, a fala e a expressão. Também fala de espaço, de temporalidade e de liberdade.

Ao descrever o ponto de partida da experiência natural e originária, onde o mundo se constitui como percebido para o sujeito, Merleau-Ponty, seguindo a fenomenologia husserliana, empreende uma operação de "redução fenomenológica", vinculando ao domínio do vivido e do pré-reflexivo a consciência perceptiva. Essa é a instância originária não porque seja anterior, mas porque torna possível a própria experiência. Há uma relação viva entre aquele que percebe com seu corpo e o mundo: a consciência corporificada na relação com o mundo forma o sistema da experiência.

Essa nova concepção traz fortes implicações em uma outra questão filosófica fundamental: o que é a liberdade? O que verdadeiramente significa o livre-arbítrio? Somos determinados pelas circunstâncias do mundo? Merleau-Ponty, no último capítulo da *Fenomenologia da Percepção*, ainda propõe reflexões sobre a essência da liberdade:

O que é então a liberdade? Nascer é ao mesmo tempo nascer do mundo e nascer no mundo. O mundo está já constituído, mas também não está nunca completamente constituído. Sob o primeiro aspecto, somos solicitados, sob o segundo somos abertos a uma infinidade de possíveis. Mas esta análise ainda é abstrata, pois existimos sob os dois aspectos *ao mesmo tempo*. Portanto, nunca há determinismo e nunca há escolha absoluta, nunca sou coisa e nunca sou consciência nua.

Voltando à questão da percepção. Merleau-Ponty alerta o leitor para o fato de que o que é percebido por uma pessoa, ou seja, o fenômeno, acontece num campo do qual ele faz parte. O sujeito no mundo é o corpo no mundo. O sujeito da percepção é o próprio corpo, que percebe, que sente. Assim o conhecimento começa no corpo-próprio. A experiência perceptiva é corporal. Não se trata de uma associação feita pela consciência, pois ela nasce da relação do corpo com o mundo.

Na perspectiva fenomenológica, a dimensão essencial só apresenta sentido se unida à dimensão existencial, ao mundo vivido. Essência e existência apresentam-se como dimensões de um mesmo fenômeno, o ser humano. Nas palavras de Merleau-Ponty, "eu não estou diante de meu corpo, estou em meu corpo, ou antes sou meu corpo".

. A subjetividade coincide com os processos corporais.

Como se pode observar, há uma grande ênfase na filosofia de Merleau-Ponty sobre o clássico problema da relação do mundo exterior com o mundo interior, ou da alma com o corpo. Ainda na obra *Fenomenologia da Percepção*, o filósofo critica firmemente a psicologia clássica:

Se a descrição do corpo próprio na psicologia clássica já apresentava tudo o que é necessário para distingui-lo dos objetos, de onde provém que os psicólogos não tenham feito essa distinção ou que, em todo caso, não tenham extraído dela nenhuma consequência filosófica? É que, por um passo natural, eles se situavam no lugar de pensamento impessoal ao qual a ciência se referiu enquanto ela acreditou poder separar, nas observações, o que diz respeito à situação do observador e as propriedades do objeto absoluto. Para o sujeito vivo, o corpo próprio podia ser diferente de todos os objetos exteriores; para o pensamento não situado do psicólogo, a experiência do sujeito vivo tornava-se por sua vez um objeto e, longe de reclamar uma nova definição do ser, ela se localizava no ser universal. Era o "psiquismo", que opunham ao real, mas que tratavam como uma segunda realidade, como um objeto de ciência, que se tratava de submeter a leis

Esta visão renovada e reestruturada da existência humana forjou a caminhada crítica de Merleau-Ponty, que, em muitas páginas ainda, precisou rebater visões psicológicas

tradicionais. Para ele, os “psicólogos não percebiam que, ao tratar assim a experiência do corpo, eles apenas adiavam, em consonância com a ciência, um problema inevitável” (p. 140).

Ainda, na *Fenomenologia da Percepção*, Merleau-Ponty dedica todo um capítulo ao *corpo sexual*, em que também faz reflexões sobre a psicanálise. Afirma o autor que a psicanálise não é oposta ao método fenomenológico, pelo contrário, contribuiu para seu desenvolvimento ao buscar compreender ao ato humano, ao invés de relacioná-lo a condições mecânicas prévias:

No próprio Freud, o sexual não é o genital, a vida sexual não é um simples efeito de processos dos quais os órgãos genitais são o lugar, a libido não é um instinto, quer dizer, uma atividade naturalmente orientada a fins determinados, ela é o poder geral que o sujeito psicofísico tem de aderir a diferentes ambientes, de fixar-se por diferentes experiências, de adquirir estruturas de conduta

Apesar da dedicação à análise corporal, em todo capítulo sobre o corpo sexual, Merleau-Ponty aparenta centrar-se no corpo masculino, ou pelo menos num suposto corpo sexualmente neutro. Aqui residem várias das críticas que serão arroladas adiante. São constantes as referências como o trecho abaixo:

Pois, lembremo-nos, todos os distúrbios de Schn. resultam de um ferimento circunscrito à esfera occipital. Se no homem a sexualidade fosse um aparelho reflexo autônomo, se o objeto sexual viesse afetar algum órgão do prazer anatomicamente definido, o ferimento cerebral deveria ter como efeito liberar esses automatismos e traduzir-se em um comportamento sexual acentuado.

(...)

O corpo visual é subtendido por um esquema sexual, estritamente individual, que acentua as zonas erógenas, desenha uma fisionomia sexual e reclama os gestos do corpo masculino, ele mesmo integrado a essa tonalidade afetiva. Para Schn., ao contrário, um corpo feminino não tem essência particular: é sobretudo o caráter, diz ele, que torna uma mulher atraente; pelo corpo elas são todas semelhantes. O contato corporal estreito só produz um "sentimento vago", o "saber de um algo indeterminado" que nunca é suficiente para "acionar" a conduta sexual e para criar uma situação que reclame um modo definido de resolução

De fato, há apenas sete menções ao termo *mulher* na obra *Fenomenologia da Percepção*, e uma ao termo *mulheres*, bastante desproporcional relativamente às 139 vezes que aparecem o termo *homem*, somadas às 45 vezes que o termo *homens* é encontrado na obra. Além da quase ausência, pode-se afirmar que a mulher não é protagonista de nenhuma ação ou consideração, exceto de saber como não estragar seu chapéu:

Uma mulher mantém sem cálculo um intervalo de segurança entre a pluma de seu chapéu e os objetos que poderiam estragá-la, ela sente onde está a pluma, assim como nós sentimos onde está nossa mão

Há apenas uma cena de protagonismo feminino, porém quando utilizado o termo *moça*. Trata-se do exemplo dado da moça afônica porque a família não a deixava ter relacionamento com um rapaz. De resto, a mulher ou as mulheres aparecem referenciadas como esposas de um paciente, como motivo de desespero de um homem ou o objeto de seu amor.

Uma das críticas mais permanentes à fenomenologia é que ela se baseia em um apagamento fundamental da diferença, e que seu recuo para as estruturas básicas da experiência muitas vezes ocorre às custas daquelas diferenças que marcam os corpos de maneiras que são ética e politicamente significativas. Em relação ao pensamento de Merleau-Ponty em particular, como já mencionado, feministas têm argumentado que suas descrições do corpo anônimo são tacitamente masculinas, embora se apresentem como universais e gerais. Segundo Ann Murphy, haveria pouca dúvida de que isso é de fato verdade, mas os teóricos interessados em dar voz a experiências específicas de gênero e raça, no entanto, recorreram amplamente à fenomenologia de Merleau-Ponty

Quando de Beauvoir afirma que não se nasce, mas se torna mulher, ela faz referência tácita à crença fenomenológica existencial de que a existência precede a essência, ou que a identidade é um desdobramento expressivo e temporal, e não uma *verdade* essencial ou objetiva. O apelo de Beauvoir à noção de “tornar-se” em *O Segundo Sexo* é feito com referência a Merleau-Ponty, que entendia a identidade como uma realização histórica, contingente e mutável, não como uma entidade estática.

De fato, Merleau-Ponty consistentemente torna problemática a polarização binária de mente e corpo, consciência e mundo, e por esta razão seu próprio projeto concorda muito bem com uma agenda feminista que buscava tornar explícita a difamação da materialidade e da corporeidade que marcou a história da filosofia.

Segundo Ann Murphy, essa dimensão do projeto de Merleau-Ponty apontaria para uma simetria entre seus próprios objetivos filosóficos e os da autora feminista Luce Irigaray, que defendia que a renúncia da filosofia ao corpo está em consonância com uma renúncia e dispensa do feminino. Mesmo crítica à abordagem de Merleau-Ponty, Irigaray defende que a teorização de Merleau-Ponty sobre o corpo vivido pode fornecer uma janela para uma nova

ontologia sexual onde ambos os sexos são representados, mesmo que ele próprio tenha ficado aquém desse ideal

Há também em Merleau-Ponty o interesse pela ideia de hábito, demonstrando a inadequação de várias filosofias do corpo que apelariam apenas para afirmações sobre a consciência do próprio corpo (intelectualismo) ou para concepções mecanicistas e materiais do corpo como uma coisa. Aqui também há confluência com a doutrina de algumas feministas. Iris Marion Young e Gail Weiss, por exemplo, usaram a filosofia de Merleau-Ponty como um recurso para falar sobre a especificidade da experiência do corpo feminino manifestada em uma ampla gama de fenômenos, da vergonha à anorexia, ao “jogar como uma garota”. Como será abordado posteriormente.

A influência de Merleau-Ponty também é evidenciada no chamado “feminismo corpóreo”, um ramo da teoria feminista, surgida na década de 90, que tomava a corporeidade como central na figuração da experiência. O feminismo corpóreo é aquele subconjunto da teoria feminista que enfatiza a importância da encarnação vivida, sexuada, e toma a corporalidade como ponto de partida para qualquer consideração da diferença sexual. Merleau-Ponty figura como um recurso para muitos neste grupo, embora haja uma gama variada de formas de abordagem sobre os temas da corporeidade e da sexualidade. Assim como Merleau-Ponty, o feminismo corpóreo é marcadamente anticartesiano, pois critica a dissociação entre mente e corpo, consciência e corporeidade.

Com críticas e confluências, o feminismo parece encontrar na fenomenologia um profícuo campo de atuação. Mas como, de fato, a fenomenologia feminista vem se apresentando na literatura internacional e na produção acadêmica brasileira? Esse é o assunto do capítulo a seguir.

Capítulo 3. Fenomenologia feminista

No último artigo da obra coletiva *Feminist Phenomenology Future*, coordenada por Helen A. Fielding e Dorothea E. Olkowski (2017), a professora Silvia Stoller, da Universidade de Viena, tenta responder à pergunta “O que é fenomenologia feminista?”. Inicia afirmando que não é uma pergunta fácil de responder, a começar pela definição dos termos. Seria a fenomenologia feminista um tipo de fenomenologia de perspectiva feminista ou um tipo de feminismo que é influenciado pela fenomenologia?

Afirma ainda que a resposta à pergunta “O que é fenomenologia feminista?” depende de como o pesquisador vê a fenomenologia, por um lado, e o feminismo, por outro. Nesse sentido, a opinião entre fenomenólogos e feministas variam bastante. Silvia Stoller afirma que a “fenomenologia feminista” é um termo “guarda-chuva”, que une os mais diversos conceitos. Há pressupostos, métodos e objetos de pesquisa muito diferentes em jogo. É importante se lançar luz sobre a história da pesquisa nesse campo, sobre suas implicações e sobre como a “fenomenologia feminista” foi e é apresentada no campo acadêmico.

É importante lançar também alguma base histórica, segundo a autora. Há duas vertentes sobre o início da fenomenologia feminista. A primeira é que a fenomenologia feminista começa com *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1949. A segunda remonta ao ceticismo e crítica inicial das feministas em relação à fenomenologia clássica, que depois foram substituídos por pesquisas heterogêneas caracterizadas por uma aplicação produtiva da fenomenologia clássica às teorias feministas.

Independentemente da discussão de se Simone de Beauvoir foi ou não uma fenomenóloga genuína, há um consenso de que sua obra sofreu forte influência da fenomenologia, especialmente da ideia de corporeidade de Merleau-Ponty. Silvia Stoller aprofunda a discussão delineando duas fases históricas separadas em relação à história da fenomenologia feminista. Na primeira fase, a fenomenologia feminista foi praticada sem declarar essa linha de pensamento como tal, como a própria Simone de Beauvoir, que rejeitava o título de filósofa. Na segunda fase, na década de 1980, a fenomenologia feminista teria aparecido como tal

Contudo, segundo Stoller, o movimento não foi iniciado por uma fenomenóloga no sentido estrito, mas por uma feminista pós-estruturalista, no caso Judith Butler. O trabalho seminal seria um artigo no qual criticava, do ponto de vista feminista, a fenomenologia da sexualidade de Merleau-Ponty, em que afirmava também que o “feminismo fenomenológico”

não estaria na filosofia fenomenológica, mas nas obras feministas futuras. Assim, foi-se consolidando a ideia do uso da fenomenologia nos campos da teoria feminista e dos estudos de gênero.

Ainda na perspectiva histórica, o passo seguinte da fenomenologia feminista foi a sua institucionalização acadêmica. Esse movimento começou na década de 1990, nos Estados Unidos, demonstrado pelas conferências e pela fundação de organizações. O simpósio “Feminist Phenomenology”, organizado por Linda Fisher e Lester Embree, em 1994, é considerado o evento fundador da fenomenologia feminista institucionalizada. A academia americana já começava a produzir artigos e monografias no tema, atentando à consolidação do ramo. Um dos textos mais aclamados é o ensaio de Iris Marion Young “Throwing Like a Girl: A Phenomenology of Feminine Body Comportment, Motility, and Spatiality” (1989).

Por outro lado, apenas no ano 2000, a fenomenologia feminista chegou à Europa, tendo como marco um workshop internacional em Viena, no qual três obras, hoje consideradas clássicas, foram editadas. Houve também a celebração de autoras anteriores, tidas agora como fenomenólogas clássicas. É o caso da própria Simone de Beauvoir e das filósofas alemãs Edith Stein (1891-1942), Gerda Walther (1897-1977) e Hannah Arendt (1906-1975).

Como já mencionado, as teóricas feministas eram céticas em relação à fenomenologia clássica. Esse ceticismo corresponde à comum resistência à filosofia dominante, considerada masculinista, androcêntrica e misógina. Contudo, houve o reconhecimento da fenomenologia como um conveniente recurso argumentativo. Assim, nas obras contemporâneas, a tradição fenomenológica é utilizada como ferramenta para abordar questões centrais que surgem em um contexto feminista. Representante clássico da fenomenologia, Merleau-Ponty pôde agora “ajudar” a abordar questões-chave do feminismo clássico – neste caso, o problema da naturalização do corpo. Enquanto inicialmente os fenomenólogos eram objeto de crítica feminista, agora seus trabalhos se tornaram um recurso útil para a teorização feminista, incluindo as fenomenologias de Ricoeur, Levinas, Heidegger e do próprio Husserl

Em paralelo, há um outro debate responsável pelo florescimento da fenomenologia feminista no contexto da filosofia feminista. Trata-se exatamente da disputa objeto do presente estudo, que é a conceituação do *ser mulher*, do debate sobre corpo, e do confronto essencialista e não essencialista, em que se poriam de lados opostos os teóricos pós-estruturalistas, como Judith Butler, e fenomenólogos críticos à ênfase exagerada na linguagem e no discurso, própria dos primeiros. Tornou-se imprescindível revisar a crítica pós-estrutural

da fenomenologia e reavaliá-la e seus conceitos básicos. Uma das críticas pós-estruturalista da fenomenologia como filosofia da experiência diz respeito ao suposto imediatismo da experiência perceptiva, pois, para os pós-estruturalistas, a experiência já é interpretada. Também afirmam que o recurso à experiência das mulheres corre o risco de reproduzir sistemas ideológicos, assim haveria o risco de falsamente universalizar a identidade das mulheres. Essa discussão será retomada em capítulo posterior.

De qualquer maneira, é pacífico o entendimento de que a fenomenologia não apenas reabilitou ontologicamente a experiência, mas também a concretizou em termos corporais. Toda experiência é fruto de uma relação e todas as relações são corporificadas, pois o corpo é o veículo do ser-no-mundo. O tratamento fenomenológico do corpo como veículo de experiência que determina a relação do sujeito com o mundo, continua a influenciar a pesquisa feminista como pensamento de encarnação ou de corporificação. Esse movimento considera a experiência do próprio corpo sempre mediada pela cultura; estuda suas inter-relações, principalmente o papel do corpo em dar sentido, bem como o papel da consciência perceptiva incorporada e o alcance de nossas experiências.

Nesse sentido, é importante reconhecer Simone de Beauvoir como pioneira na fenomenologia do corpo encarnado feminino, entendendo que a suposta identidade genérica do corpo respondia a um estilo que foi aprendido e exercido ao longo da vida. Nessa perspectiva, o corpo não consiste em uma essência natural imutável, mas em um processo histórico e existencial capaz de ser descrito em suas manifestações fenomênicas.

Ademais, para Saenz (2014), a fenomenologia oferece recursos metodológicos e conceituais que podem ajudar a superar a oposição entre feminismo da diferença e feminismo da igualdade. E, por sua vez, o feminismo traz concretude à neutralidade abstrata da subjetividade fenomenológica. A compreensão interpretativa dos textos fenomenológicos inspirada no feminismo enriqueceria a autocompreensão sociocultural do presente. Por fim, o anti-reducionismo fenomenológico, com seu constante diálogo com as ciências para além do objetivismo, determinaria também uma fenomenologia feminista interdisciplinar, colocando em evidência feministas como Beauvoir, Irigaray e Butler.

Assim, uma outra forte característica da atual fenomenologia feminista é sua interdisciplinaridade. A fenomenologia feminista deixou vestígios em diversas disciplinas acadêmicas, sendo agora considerada uma abordagem aplicada e não apenas uma subdisciplina da filosofia. Houve ampliação do objeto para não se limitar a questões de mulheres, incluindo-se o debate de raça, orientação sexual, nacionalidade, entre outros.

Essa parece ser a tendência acadêmica, além da autodeclaração de ser um movimento aberto e heterogêneo. O presente trabalho doravante analisará a produção acadêmica nacional e internacional na temática da fenomenologia feminista, buscando conciliar com o interesse acerca da discussão sobre o *ser mulher*. Em seguida, serão relatados os resultados da análise bibliográfica sobre a temática da fenomenologia feminista realizada exaustivamente nas publicações brasileiras.

3.1 Fenomenologia feminista brasileira

Segundo Alia Al-Saji³, como já se mencionou, há duas estratégias principais para possibilitar o diálogo entre a fenomenologia e o feminismo. A primeira delas é a análise feminista das obras fenomenológicas, que pode se dar de dois modos: pela crítica em relação aos limites desses trabalhos no que dizem respeito às especificidades da mulher e de suas experiências materiais e pela retomada do estudo da obra de filósofas “clássicas” ligadas à fenomenologia. A segunda estratégia é a aplicação do método fenomenológico ou de elementos típicos da fenomenologia a questões e temas tradicionais aos estudos feministas. A busca pelos textos levou essas estratégias em consideração.

Para realizar o rastreamento da produção acadêmica brasileira na temática fenomenologia feminista, foram escolhidos dois métodos, ambos executados em agosto de 2021. O primeiro deles foi a busca manual nos bancos de teses e dissertações dos departamentos de filosofia de sete grandes universidades brasileiras: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Nessas, ou bem era revisado todo o acervo das dissertações e teses publicadas dentro do departamento de filosofia, ou era pesquisado o termo “fenomenologia”. Não foi encontrado nenhum material que parecesse tratar sobre fenomenologia feminista, embora tenham sido recolhidos alguns poucos trabalhos na temática fenomenológica geral, especialmente ligados ao tema do *corpo* e da *percepção* que poderia auxiliar o pesquisador que intencione tratar da fenomenologia feminista.

³Disponível em <https://www.rotman.uwo.ca/feminist-phenomenology-race-and-perception-an-interview-with-alia-al-saji/>, acesso 20/01/21

O segundo método de rastreamento foi a utilização da plataforma gratuita *Publish or Perish (PoP)*. O software *Publish or Perish (PoP)* é um programa, disponível na internet⁴, que recupera e analisa citações acadêmicas. Ele utiliza base de dados online, como *Crossref*, *Google Scholar*, *Google Profile*, *Microsoft Academic*, *Scopus* e *Web of Science*. A partir dessas bases, o programa obtém citações brutas, analisa-as e calcula várias métricas de citações.

É necessário eleger uma das bases de dados disponíveis. Neste trabalho, foi utilizada a base do *Google Scholar*, buscando-se no item palavra-chave os termos fenomenologia e feminista, sem incluir citações ou patentes. O resultado geral bruto foi:

1. Anos de publicação: de 1889-2021
2. Número de *papers*: 975
3. Número de citações: 12.373
4. Média de número de autor por artigo: 1,34

São necessárias algumas considerações, porém. O termo foi buscado em português apenas, pois a intenção seria rastrear as publicações brasileiras. Surgiram, no entanto, muitos resultados em espanhol, o que já seria esperado em razão da identidade de grafia, porém, também passaram pelo filtro resultados em francês e alguns em inglês, mostrando que o número absoluto de 975 registros não é fidedigno.

Mesmo desviando um pouco do escopo desta etapa do trabalho – buscar a produção acadêmica brasileira- é interessante apontar algumas curiosidades. O registro que consta como primeiro lugar no ranking de relevância é o artigo *Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista*, de Judith Butler e Marie Lourties, com 949 citações registradas.

Ainda, no resultado, apareceu um livro, em espanhol, de metodologia da pesquisa, chamado *Investigación cualitativa: comprender y actuar*, que aparece como o mais citado com 1198 registros, mas se situa no ranking na 517^a posição de relevância. Os segundo e terceiro colocados em números de citações também são livros de metodologia de pesquisa, ambos em português. Logo após aparece o mencionado artigo de Butler e Lourties em quarta colocação no número de citações.

Antes ainda de filtrar os resultados pelo idioma português, é interessante notar, ao se ler os títulos dos trabalhos, que aparentemente a maioria dos trabalhos não são nem no campo da filosofia estrita, nem tratam a fenomenologia de forma teórica. Talvez a referência à fenomenologia seja mais relacionada ao método fenomenológico.

⁴ Disponível para download em <https://harzing.com/resources/publish-or-perish>.

Igualmente, ao aleatoriamente abrir um desses arquivos que aparentemente não tratam nem de fenomenologia, nem de feminismo, foi possível atestar que os termos “fenomenologia” e “feminista” apenas constavam nas referências bibliográficas do texto, não sendo reproduzidos em nenhum outro momento. Isso demonstra como a pesquisa pelo programa *Publish or Perish (PoP)* é altamente abrangente e que o resultado de 975 registros, após uma pesquisa concluída totalmente, talvez seja representativo de um baixo interesse e baixa produção escrita no assunto fenomenologia feminista. Como teste, foi realizada paralelamente uma pesquisa pelo termo fenomenologia no título e feminista nas palavras-chaves. Foram encontrados apenas 33 artigos, sendo 27 deles em português e todos constavam na pesquisa mais abrangente.

O passo seguinte foi a exclusão manual de todos os títulos que não estivessem em português. Sobraram 376 registros. Ainda em uma análise apenas dos dados da tabela disponibilizada pelo *PoP*, destes 376 registros que sobraram, contam-se nove livros e 367 artigos.

Aprofundando-se mais na análise, vê-se que, dos livros apontados, nenhum se dedica mais preponderantemente à fenomenologia, embora conste em seu conteúdo as palavras-chave fenomenologia e feminista. Os que mais se aproximam são os títulos *Feminismo e política: uma introdução* e *Gênero: conceitos-chave em filosofia*, além da obra traduzida *Sexo, gênero e sexualidades: Introdução à teoria feminista*, em que o verbete “fenomenologia” aparece apenas três vezes⁵. Todos os livros, assim, foram retirados da seleção, iniciando-se a etapa de uma análise mais de mérito do acervo encontrado.

Outro aspecto inusitado encontrado pode ser indício de uma tendência acadêmica. Houve 71 artigos relacionados à temática religiosa, seja pelo assunto do título, seja pela publicação em periódicos de estudos teológicos. Interessante notar o que aparenta ser um crescente interesse na temática do protagonismo feminino nas religiões evangélicas. São variados os registros de pesquisas neste campo, especialmente em textos mais recentes. Esses textos não foram excluídos automaticamente.

Passa-se agora a um novo filtro manual, retirando-se os títulos que evidentemente não tratam sobre mulheres como protagonistas - como alguns títulos sobre racismo em geral, religião em geral e infância-, nem sobre fenomenologia dos corpos. Também foram retirados aqueles artigos que possuíam recortes de abordagem bastante específicos, como a tipificação do feminicídio ou aplicações da fenomenologia na alfabetização, além de análises de poemas ou romances.

⁵ Segundo o buscador interno do Googlebooks.

Sobraram, assim, 210 artigos. Os textos foram analisados um a um, pela leitura do *abstract*, com o objetivo de passar por mais um filtro, desta vez ainda mais criterioso. A busca consistia em textos que: i. tratassem diretamente de fenomenologia feminista; ii. tratassem de aspectos da fenomenologia que pudessem trazer reflexões sobre o *ser mulher*, como questões de corpo e percepção; ou iii. Tratassem sobre identidade feminina, *ser mulher*, ou teoria feminista que discutisse questão de corpo e materialidade.

A grande maioria dos textos não atendeu aos critérios, sendo assim descartados. Dentre várias temáticas excluídas, destacam-se temas como: relação entre feminismo, capitalismo e ecologia; teoria feminista geral; arte e artesanato de mulheres; luta antirracista; produções de mulheres negras; método fenomenológico aplicado na saúde pública; performances de travestis; coletivos de danças; economia popular feminina; silenciamento das divindades femininas; inserção de homossexuais em Igrejas; proibição de sacerdócio da mulher católica; mulheres na ditadura; violência de gênero sem abordagem fenomenológica; corpos de transexuais; teoria queer, entre outros. Vê-se que todos esses assuntos haviam sido selecionados pelo *PoP* quando da pesquisa dos termos fenomenologia e feminista nas palavras-chave.

Também foram retirados aqueles textos de caráter meramente panfletários, reconhecidos pelos raciocínios circulares e as repetições de jargões de movimentos militantes, mas que pouco ou nada agregam ao conteúdo.

Como resultado, restaram apenas 32 artigos. Recordar-se que foram lidos, na primeira fase, apenas os resumos de cada texto, não sendo possível afirmar que todos eles poderão ser contemplados na categoria de produção acadêmica brasileira na temática fenomenologia feminista. Alguns dos textos são traduções, o que embora não seja produção original brasileira, não deixa de ser evidência de interesse nacional no assunto.

Resultado e discussão da primeira fase

Como mencionado anteriormente, após os filtros aplicados, restaram apenas 32 artigos. Foram mantidos os textos relacionados a seguir, com a indicação dos autores e número de citações. Todos os textos estão disponíveis em acervos de fonte aberta, passíveis de serem acessados gratuitamente:

1. *Ser mulher segundo Freud: um caminho para a feminilidade?* Petra Bastone (0);

2. *A teologia sem corpo: uma crítica da teopoética feminista*. Angelica Tostes Thomaz (0);
3. *A freira brasileira desafia o Vaticano: Homenagem a Ivone Gebara*. Amanda Motta Castro (0);
4. *Fenomenologia feminista: contribuições para o estudo das religiões*. Ana Ester Pádua Freire (0);
5. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (tradução). Joan Scott (1);
6. *A influência da religião na construção da identidade feminina e no movimento feminista e de mulheres*. Liria Ângela Andrioli, Rosângela Angelin (3);
7. *Feminismo e Existencialismo*. Thana Mara de Souza;
8. *Simone de Beauvoir*. Heci Regina Candiani (0);
9. *O milagre da multiplicação dos feminismos*. Márcia Ondina Ferreira (0);
10. *O olhar fenomenológico sobre o gênero*. Matheo Bernardino (0);
11. *“Corpos estranhos” na escola: problematizando as questões de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências*. Guilherme Augusto Maciel Ribeiro e Edmar Reis Thiengo (0);
12. *Corpo feminino e liberdade em Beauvoir: uma análise feminista fenomenológica*. Cristiane Moura (0);
13. *História, Fenomenologia e Memória conciliadora: os olhares sobre a biografia de Edith Stein*. Danilo Souza Ferreira (0);
14. *As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea* (tradução). Michèle Barrett (0);
15. *Por uma filosofia/antropologia do corpo: materialismo fenomenológico ou fenomenologia materialista. Entrevista com Jenny Slatman*. Marisol Marini (0);
16. *A complementaridade dos sexos e o conceito pós-moderno de diferença*. Juliano Ribeiro Almeida (0);
17. *Leituras feministas de Merleau-Ponty: do corpo à identidade*. Camila Palhares Barbosa (1);
18. *Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista*. Ingrid Cyfer (35);
19. *Epistemologia feminista, gênero e história*. Margareth Rago (572);

20. *Fenomenologia e feminismo: introdução e defesa de um diálogo fecundo*. Juliana Missaggia (4);
21. *Tornando-se mulher: ethos e identidade na reportagem O nascimento de Joicy*. Amanda Tavares de Melo Diniz (0);
22. *Judith Butler leitora de Merleau-Ponty: Por uma crítica ao corpo com ser sexuado*. Diego Luiz Warmling e Javier Andres Paez (1);
23. *O conceito husserliano de corpo. Sua dualidade e função nas experiências perceptivas*. Juliana Missaggia (1);
24. *Desenvolvimento, teoria feminista e filosofia do direito*. Maria Lucia de Paula Oliveira (0);
25. *A Fenomenologia Existencial: um método de análise desde a existência nua e crua*. Caroline Lisian Gasparoni, Luciane Rocha Ferreira Pielke, Luiz Augusto Passos (0);
26. *Gênero como modalidade existencial*. Matheo Bernardino (0);
27. *A visão de Simone de Beauvoir sobre a condição feminina*. Cinthia Almeida Lima (0);
28. *De objeto a sujeito: uma contribuição feminista à história e à filosofia*. Izilda Cristina Johanson (0);
29. *Autonomia, opressão e identidades: a resignificação da experiência na teoria política feminista*. Flávia Biroli (67);
30. *Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina*. Miriam Adelman (202);
31. *Verbete 'Epistemologia Feminista', de Marianne Janack*. Rafaela Missaggia Vaccari e Gisele Dalva Secco (0);
32. *Feminismo e sujeito político*. Maria Betânia Ávila (41).

De antemão, dos 32 textos selecionados, apenas 11 deles tratam diretamente da fenomenologia e do feminino (textos 4, 8, 10, 12, 13, 15, 17, 18, 20, 22 e 27). O restante foi incluído por atender aos outros critérios mencionados no item metodologia. É o caso, por exemplo, do texto 15 (*Por uma filosofia/antropologia do corpo: materialismo fenomenológico ou fenomenologia materialista*) que, embora não entre no mérito da questão feminina, traz alguns conceitos de fenomenologia que são úteis e esclarecedores ao pesquisador.

Além da questão da quantidade de artigos, outro ponto de interesse na análise bibliométrica da produção acadêmica brasileira é o número de citações registradas. A plataforma *Publish ou Perish (PoP)* contabiliza o número de vezes que cada artigo foi citado em alguma publicação reconhecida pelo sistema.

Dos 32 artigos relacionados, 20 deles não constam como citados em qualquer outra produção reconhecida. Daqueles 11 textos que diretamente tratam de fenomenologia e o feminino, apenas 4 possuem citações registradas (textos 17, 18, 20 e 22). O baixo número de citações é também uma evidência do ainda incipiente interesse brasileiro de pesquisa na temática da fenomenologia feminista⁶.

É possível tecer-se algumas considerações sobre as estratégias mencionadas por Alia Al-Saji e o resultado da presente investigação. A crítica em relação aos limites dos clássicos da fenomenologia aparentemente aparece em apenas três textos (17, 20 e 22), de forma geral e indicativa no texto 20 e aplicada nos textos 17 e 22. Já a retomada das filósofas clássicas aparece em cinco dos textos, mas também são comuns em outros estudos.

Simone de Beauvoir é considerada, pelos comentadores, uma das autoras clássicas da fenomenologia. De fato, há bastante produção acadêmica que tem como objeto o estudo da filósofa, mas poucos relacionam seu trabalho aos cânones da fenomenologia. Em regra, há um predomínio da abordagem puramente feminista, sem ater-se à percepção fenomenológica do *ser mulher*. Edith Stein, igualmente autora clássica da fenomenologia, é objeto de estudos mais relacionados à teologia, em detrimento da percepção feminina, embora a filósofa e santa muito tenha produzido sobre a diferenciação de homens e mulheres. Hannah Arendt, também fenomenóloga, é bastante estudada no Brasil, mas sequer surgiu em qualquer registro relacionado ao feminismo.

Por fim, a aplicação do método fenomenológico ou de elementos típicos da fenomenologia a questões e temas tradicionais aos estudos feministas, explicitamente, parece constar em apenas um texto (10).

Análise dos textos

O primeiro texto (*Ser mulher segundo Freud: um caminho para a feminilidade?*, de Petra Bastone) traz um contraponto à teoria de Freud sobre o “ser mulher”. A autora aponta os

⁶ Sobre textos traduzidos e números de citações, é importante mencionar que o portal PoP contabiliza a quantidade de citações daquela tradução específica. Assim, podem surgir perplexidades como o fato de que o texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, da afamada pesquisadora Joan Scott, possua apenas uma citação. O mesmo texto, em sua versão inglesa original, ou ainda em sua versão espanhola, é amplamente citado em variados trabalhos sobre gênero, inclusive no Brasil.

principais problemas da teoria freudiana por meio dos aportes de principalmente duas obras. A primeira dela é *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, de onde a autora retira a crítica sobre a referencialidade exclusivamente masculina do psicanalista, ou seja, que Freud analisa a mulher por uma matriz masculina de sexualidade e não como um ser autônomo. A segunda obra é *Problema de Gênero*, de Judith Butler, que, por sua vez, problematiza a própria concepção de gênero de Simone Beauvoir. Segundo Butler, Beauvoir erra ao restringir a ideia de construção social ao gênero, pois o sexo seria tão culturalmente construído quanto o gênero. Não há qualquer menção ao termo fenomenologia, exceto o fato de ter sido publicado pela revista *Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenologia*.

O segundo texto (*A teologia sem corpo: uma crítica da teopoética feminista*, de Angelica Tostes Thomaz) traz a denúncia de que o corpo da mulher foi banido da teologia. Por meio do ensinamento da filósofa Ivone Gebara, a autora apresenta as ideias da teologia feminista, propondo uma teologia indecente e a retomada do prazer marginalizado pelo patriarcado. Mais ainda, propõe a teopoética feminista que é “escrever teologia com sangue, com o sangue que corre em suas veias, com o sangue da sua menstruação, com o sangue do rompimento do hímen” (p. 83). Também não há menção ao termo fenomenologia, exceto unicamente na referência bibliográfica ao texto *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*, de Gebara.

O terceiro texto (*A freira brasileira desafia o Vaticano: Homenagem a Ivone Gebara*, de Amanda Motta Castro) faz referência à mesma filósofa do texto anterior: a ex-freira Ivone Gebara. Traz uma pequena biografia de Gebara e suas principais ideias, que rondam nas críticas sobre a maior valorização de um referencial teórico masculino em detrimento do feminino e da necessidade de pesquisar mulheres numa perspectiva feminista. Não traz proposta sobre como fazer essa pesquisa ou como mudar o referencial. Também não há menção ao termo fenomenologia, exceto unicamente na referência bibliográfica ao texto *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*, de Gebara.

O quarto texto (*Fenomenologia feminista: contribuições para o estudo das religiões*, de Ana Ester Pádua Freire) diz apresentar o método fenomenológico de Ivone Gebara, mesma referências dos dois textos anteriores. Afirma que a fenomenologia feminista contribui para o estudo das religiões quando propõe ressignificação de conceitos positivistas e propicia uma metodologia de investigação que tem por base a emancipação feminina e a importância da experiência das mulheres. Traz a conceituação, na perspectiva feminista, de conceitos clássicos da fenomenologia, como redução eidética e redução transcendental. Afirma que a cotidianidade epistemológica, nos estudos teológicos, é o fundamento do método

fenomenológico feminista de Gebara, tendo como consequência, o resgate das histórias bíblicas das mulheres.

O quinto texto (*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, texto traduzido de Joan Scott) é, na sua versão original e na versão castelhana, uma conhecida referência teórica sobre gênero, detendo centenas de citações. A autora traça uma análise histórica da utilização do termo gênero, apontando a evolução de seu entendimento conceitual, desde a acepção ligada à gramática até a apropriação inicial da perspectiva feminista com intenções de enfatizar o caráter social de gênero, em rejeição a uma aura determinista do termo sexo. Ademais, enfatizando o papel das experiências de grupo, Scott afirma que muitos pesquisadores associam a categoria gênero às categorias raça e classe, envolvendo a valorização da narrativa dos oprimidos. Porém, para a autora os três termos não possuem estatutos equivalentes, uma vez que classe indica uma ideia de causalidade econômica e os termos raça e gênero não carregam associação semelhante. A autora também expõe criticamente as visões sobre gênero de algumas correntes de historiadores, psicanalistas, filósofos pós-estruturalistas e de vários autores que falam do “ser mulher” e de seu papel na sociedade. Por fim, Scott traz a sua própria definição de gênero. Embora seja um texto essencialmente feminista, não há menção ao termo fenomenologia, sequer nas referências bibliográficas.

O sexto texto (*A influência da religião na construção da identidade feminina e no movimento feminista e de mulheres*, de Liria Andrioli e Rosângela Angelin), tal como o título indica, estuda como as manifestações religiosas contribuíram para a formação da identidade feminina. Afirma que a identidade feminina está relacionada à naturalização da opressão sobre as mulheres, sendo essa uma construção bem sucedida no decorrer dos milênios. As autoras denunciam o papel negativo da religião cristã em relação ao controle da feminilidade, inclusive no direito das mulheres sobre os próprios corpos. Também não há menção ao termo fenomenologia, exceto unicamente na referência bibliográfica ao texto *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*, de Gebara.

O sétimo texto (*Feminismo e Existencialismo*, de Thana Mara de Souza) tem o objetivo de mostrar a relação positiva entre feminismo e existencialismo, que é uma perspectiva desenvolvida na França a partir da fenomenologia. O existencialismo desvia-se do rigor metodológico da fenomenologia alemã, ocupando-se mais das situações concretas cotidianas, com enfoque na experiência e na noção de facticidade. Um dos filósofos trazidos pela autora e pertinente à temática da fenomenologia feminista é Merleau-Ponty. Embora o filósofo trabalhe bem a questão do corpo, sua referência é um corpo neutro ou, quando fala do corpo sexuado, um corpo masculino, silenciando sobre o corpo feminino. Simone de Beauvoir

adere aos fundamentos de Merleau-Ponty, mas vocaliza a questão feminina: não se pode ocultar que às mulheres são dadas condições distintas às dos homens, seja biologicamente, seja historicamente. Sartre também contribui na discussão ao afirmar que é impossível conceber-se um corpo assexuado, embora o filósofo não discuta gênero em suas obras. Ainda, a autora traz o embate entre as concepções de Judith Butler e de Beauvoir sobre o alcance da significação de construção social da mulher. Enquanto a filósofa americana nega a existência de uma realidade independente de nossas práticas ou linguagem – incluso a distinção entre os sexos -, Beauvoir não rejeita as diferenças biológicas como realidade. Por fim, a autora opina que o feminismo existencialista é aquele que disponibiliza ferramentas teóricas e práticas para se repensar o feminismo real, da vivência das mulheres, nas limitações e experiências femininas, que não podem ser reduzidas à linguagem.

O oitavo texto (*Simone de Beauvoir*, de Heci Regina Candiani) discorre sobre a vida e obra de Simone de Beauvoir, com enfoque em sua principal obra: *O Segundo Sexo*. Afirma a autora que Beauvoir não pretendia escrever uma obra feminista em si, mas sim apresentar uma discussão sobre a condição das mulheres contemporâneas nas sociedades ocidentais, incorporando conceitos centrais como de situação e do Outro. O conceito de situação refere-se ao fato de estarmos posicionados no tempo, no espaço e em relação com os outros sobre condições específicas que não escolhemos nem controlamos. A maneira como Beauvoir enfatiza esses conceitos e sua escolha metodológica por privilegiar as experiências vividas, para a autora, evidenciam a ligação da filósofa francesa com a fenomenologia.

O nono texto (*O milagre da multiplicação dos feminismos*, de Márcia Ondina Ferreira) não possui referência ao termo fenomenologia, sequer na bibliografia. Causa estranheza que tenha sido indicado pela revisão bibliográfica aqui realizada e descrita na parte 1 do artigo. Traz a resenha de alguns livros feministas de correntes diversas e tem como eixo central a negação de que haja qualquer coisa de natural no “ser mulher”.

O décimo texto (*O olhar fenomenológico sobre o gênero*, de Matheo Bernardino) tem por objetivo descrever as possibilidades de leitura de gênero desenvolvidas na orientação fenomenológica, por meio da análise de alguns textos da fenomenologia feminista. Explica que a fenomenologia clássica husserliana não se interessa pela “diferença sexual” por si só, considerando o princípio da atitude transcendental, em que as interpretações corpóreas e concretas, ainda que façam parte da totalidade do ser, devem estar suspensas. Por conta dessa impossibilidade metodológica, as autoras feministas filiaram-se ao arcabouço teórico de Merleau-Ponty, desenvolvendo-o de forma a comportar suas reflexões de gênero e corpo. Além dessas leituras clássica e corporal, o autor faz referência a outras leituras possíveis: a

intersubjetiva e a pós-fenomenológica. Ambas buscam superar as limitações de uma análise natural do ser mulher, seja em termos de intersubjetividade, seja com a inclusão do mundo social e da linguagem, se aproximando mais da linha pós-moderna de Judith Butler, com explícita intenção de incluir na análise a transgeneridade e a ageneridade, além de outros fenômenos relacionados.

O décimo primeiro texto (*“Corpos estranhos” na escola: problematizando as questões de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências*, de Guilherme Ribeiro e Edmar Thiengo) critica a visão dicotômica praticada nas escolas que insistem em ensinar que existem dois tipos de corpos na espécie humana, o feminino e o masculino, alienando os transgêneros. Ao invisibilizar a pluralidade sexual, as escolas estariam reforçando o discurso heteronormativo. Propõem uma nova perspectiva educacional que permite formar alunos capazes “de experimentar, ousar, (de)compor e promover novos encontros” (p. 4542). Não há menção ao termo fenomenologia, exceto unicamente na referência bibliográfica a um texto de Judith Butler.

O décimo segundo texto (*Corpo feminino e liberdade em Beauvoir: uma análise feminista fenomenológica*, de Cristiane Moura) retoma o estudo da obra *O Segundo Sexo*, enfatizando o conceito de corpo fenomenal e a ideia de experiência vivida. Apresenta o debate sobre em que medida a corporeidade fenomenológica da mulher, diferente da masculina, dificultaria sua transcendência à liberdade. Começa por problematizar a concepção do “eu neutro”, delineando a necessidade da pesquisa que relacione o corpo feminino ao mundo, relação de onde decorreria a identidade feminina. Como principal aspecto, aponta a objetificação sexual do corpo feminino que condicionaria a mulher a comportar-se de forma a atrair a menor atenção possível, considerando os riscos que corre. O texto traz bons apontamentos, mas pouco satisfaz os questionamentos que propõe.

O décimo terceiro texto (*História, Fenomenologia e Memória conciliadora: os olhares sobre a biografia de Edith Stein*, de Danilo Ferreira) introduz o olhar fenomenológico de Stein sobre o que é ser mulher. Afirma que Edith Stein propõe compreender a alma feminina por meio da literatura, reconhecendo um traço comum nos tipos femininos representados, que é o desejo de dar e receber amor dentro de uma comunidade e a aspiração de terem mais autonomia e controle sobre suas próprias vidas, em suma, um amadurecimento no amor. Esses traços são diferentes das ambições masculinas, que mais se relacionam a conquistas externas. No entanto, embora fale em “alma feminina”, Stein entende fundamental que as mulheres se percebam como indivíduos, afastando ideias deterministas de categorias grupais.

O décimo quarto texto (*As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea*, tradução do texto original de Michèle Barrett) discute as raízes de um movimento de ideias que tem gerado certas perplexidades entre as feministas. Trata-se de uma doutrina geral que se posiciona por dispensar “coisas” (circunstâncias da vida real como violência de gênero, estupro, baixo salário) e valorizar os jogos de linguagem. Uma possível raiz desse movimento seria o grupo de pensadores genericamente chamados de pós-estruturalistas. Esse grupo, que possui como expoentes os filósofos Lacan, Derrida e Foucault, desafia os pressupostos do materialismo, assim como das suposições acerca da causalidade, inclusive colocando em xeque as hipóteses sobre as origens ou causas da opressão sobre as mulheres. Ademais, esse movimento introduz a ideia de que a linguagem não apenas expressa ideias, mas tem o poder de construir significados. Ainda, a autora traça algumas concordâncias e rejeições do feminismo a alguns dos pressupostos pós-modernos, ainda com bastante enfoque no dualismo homem/mulher. Em contraposição à doutrina que nega a realidade material, a fenomenologia coloca em evidência a experiência, em detrimento ao apego a um modelo social estrutural. Por fim, a autora afirma que, não obstante os problemas das teorias pós estruturalistas, as feministas se apropriaram da ideia porque elas são úteis para debater questões da sexualidade, da subjetividade e da textualidade, hoje prioritárias na agenda feminista. Porém isso não deve converter o feminino ao pós-estruturalismo, que pode buscar, por exemplo, no trabalho de Habermas e na teoria crítica, uma forma de resgatar o feminismo da irracionalidade e das limitações políticas das perspectivas pós-modernas.

O décimo quinto texto (*Por uma filosofia/antropologia do corpo: materialismo fenomenológico ou fenomenologia materialista. Entrevista com Jenny Slatman*, de Marisol Marini) narra a entrevista da autora com Jenny Slatman, professora titular do departamento de *Medical Humanities* da Universidade de Tilburg, Holanda. A professora, que possui formação em fisioterapia e filosofia, relata sua trajetória de pesquisa, discorrendo por problemas que cruzam fronteiras disciplinares na reflexão sobre corpo, trabalho de campo, medicina e experiência. Faz referências especialmente ao trabalho de Merleau-Ponty sobre corpo, porém não há aprofundamento sobre feminismo ou questões especiais de mulheres.

O décimo sexto texto (*A complementaridade dos sexos e o conceito pós-moderno de diferença*, de Juliano Ribeiro Almeida) trata-se de uma pequena comunicação, de uma página, no contexto de um seminário de uma faculdade, em que o autor diz desafiar a doutrina da complementação entre os sexos e dar voz ao pensamento feminista e à teologia *queer*. Segundo ele, dizer que as expressões do ser homem ou do ser mulher estão definidas na natureza é negar a veracidade das diversas identidades de gênero existentes.

O décimo sétimo texto (*Leituras feministas de Merleau-Ponty: do corpo à identidade*, de Camila Palhares Barbosa) afirma que filosofia fenomenológica feminista tem contribuído para a inclusão da experiência do corpo e da própria perspectiva da mulher no debate sobre gênero. Parte do conceito de corpo em Merleau-Ponty, revisando a sua recepção mais clássica por Simone de Beauvoir e Sara Heinämaa, que adotam a perspectiva fenomenológica, e sua articulação mais política proposta por Linda Alcoff. Embora Merleau-Ponty tenha recebido diversas críticas feministas sobre seu conceito de corpo anônimo, é ainda a grande fonte para o debate não só sobre gênero, mas também sobre raça. Por fim, conclui que, sem as experiências pelas quais o corpo do sujeito, com todas suas particularidades, vivencia o mundo, esse sujeito não pode reconhecer-se a si mesmo e a sua relação com aqueles à sua volta.

O décimo oitavo texto (*Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista*, de Ingrid Cyfer) é um dos textos escrito por autora brasileira que mais possui citações. Inicia afirmando que as ideias de Simone de Beauvoir no livro *O Segundo Sexo* não foram tão prestigiadas em seu país de origem como foram nos Estados Unidos, nem durante sua vida, nem após a morte da filósofa. Para a autora, isso se deveu à ascensão do pós-estruturalismo na França, consagrado como referência do movimento feminista especialmente após a publicação do livro *Problemas de gênero*, de Judith Butler, em 1990. Em seguida, detalha o debate teórico entre Butler e Seyla Benhabib, centrado fundamentalmente em suas divergências em relação à concepção do sujeito e o que isso implica politicamente. Enquanto Butler equipara qualquer discurso igualitário – mesmo o feminista – a discursos de poder, Benhabib entende que é necessário criticar a essencialização da mulher e sua pretensa universalidade, porém sem abdicar da pressão política por igualdade de gênero. Concordando com a segunda autora, Cyfer reconhece a fragilidade da concepção de sujeito de Benhabib e propõe a integração à tese original da análise entre corpo e sujeito fundamentada no conceito de mulher que Beauvoir apresenta em *O Segundo Sexo*. A menção ao termo fenomenologia ou correlatos ocorre apenas em duas oportunidades, uma na referência bibliográfica ao livro *Fenomenologia da Percepção*, de Merleau-Ponty e outra quando traz a ideia de Benhabib, inspirada em Hannah Arendt, sobre a constituição do sujeito por meio de uma teia de relações que constitui seu horizonte de interações, que guarda um sentido fenomenológico.

O décimo nono texto (*Epistemologia feminista, gênero e história*, de Margareth Rago) é o primeiro lugar no número de citações constatadas (572), estando muito à frente do segundo (202) e terceiro (67) lugares. É um texto que levanta algumas reflexões sobre a

epistemologia feminista e sua ressonância na historiografia, apontando para a sexualização da experiência humana no discurso. Entende necessária a atenção a um projeto feminista de ciência, trazendo o movimento feminista como protagonista da crítica à epistemologia dominante e da proposição de alternativas. Critica as presunções de objetividade e universalidade do conhecimento, e analisa como os deslocamentos teóricos produzidos pelo feminismo repercutem na produção historiográfica. A única menção ao termo fenomenologia ou correlato aparece em uma conclamação a um pensar na epistemologia feminista para além do marxismo e da fenomenologia.

O vigésimo texto (*Fenomenologia e feminismo: introdução e defesa de um diálogo fecundo*, de Juliana Missaggia) expõe a relação entre fenomenologia e feminismo, afirmando ser esse tema pouco explorado e relativamente novo nos estudos filosóficos, porém apresenta grande potencial. Relaciona autoras consideradas clássicas na fenomenologia, como Hannah Arendt, Simone de Beauvoir e Edith Stein, que trataram do “ser mulher”, assim como autoras contemporâneas como Iris Marion Young, Luce Irigaray, Judith Butler, Linda Alcoff, Sara Heinämaa, Silvia Stoller, Linda Fisher, Dorothea Olkowski, que têm desenvolvido trabalhos relacionando os dois campos. Questiona o porquê de a filosofia feminista ter sido tão influenciada por correntes pós-estruturalistas e, relativamente, tão pouco pelos estudos fenomenológicos. Um dos motivos que é desenvolvido no texto é o debate entre o essencialismo e o antiessencialismo, e a preocupação das feministas com qualquer discurso que pareça limitante e determinista da condição feminina. Embora não se desconheça as limitações da fenomenologia clássica, aponta a autora que a fenomenologia tem um campo muito fértil para o diálogo com o feminismo, seja pelo olhar feminista nas obras fenomenológicas, seja pela utilização do método fenomenológico ou dos elementos típicos da fenomenologia – mormente as ideias de facticidade, mundo da vida e corpo vivo - nos estudos de temas de interesse feministas.

O vigésimo primeiro texto (*Tornando-se mulher: ethos e identidade na reportagem O nascimento de Joicy*, de Amanda Diniz) é uma análise dos estudos da comunicação sobre as estratégias discursivo-argumentativas para construir e legitimar a narrativa, utilizadas por uma reportagem que acompanhou o processo transexualizador de João Batista, que passou-se a chamar Joicy Melo, após realização de cirurgia de redesignação sexual, em 2010. Não há menção ao termo fenomenologia, exceto unicamente na referência bibliográfica a um texto de Judith Butler.

No vigésimo segundo texto (*Judith Butler leitora de Merleau-Ponty: Por uma crítica ao corpo com ser sexuado*, de Diego Warmling e Javier Paez), os autores buscam avaliar quão

produtivas são as derivações da fenomenologia às performances de gênero. Apresentam as concepções sobre percepção e corpo de Merleau-Ponty. Entende o filósofo francês que corpo é a gênese que dá sentido e lugar à experiência e que a sexualidade está presente desde o início, ligada ao ser por inteiro, mediante relações de trocas e reciprocidades. Por outro lado, segundo os autores, ao fim da década de 1980, Judith Butler busca resgatar a relevância da fenomenologia sobre as teorias feministas e de gênero, reconhecendo a importância da máxima “ninguém nasce mulher: torna-se”. Porém, Butler critica a fenomenologia, em especial Merleau-Ponty, acusando-os de, resumidamente, defender uma essência heteronormativa, não-corporificada e fundante do comportamento e de ignorar que as construções de gêneros estão apoiadas em signos culturais, sendo, portanto, performáticos e não expressivos. Por fim, a filósofa americana, indagando se de fato existem “as mulheres”, intensifica sua rejeição à fenomenologia e a Merleau-Ponty e diz que as fenomenologias, ao celebrarem uma realidade inalcançável, disseminam a opressão sexual.

O vigésimo terceiro texto (*O conceito husserliano de corpo. Sua dualidade e função nas experiências perceptivas*, de Juliana Missaggia) apresenta a noção de Husserl sobre o corpo, demonstrando que a fenomenologia da percepção, mesmo fora dos trabalhos de Merleau-Ponty, considera que a corporeidade do sujeito desempenha uma função fundamental. A autora mostra que, embora o corpo seja um tema mais diretamente relacionado à fase tardia do pensamento de Husserl, a fenomenologia husserliana já evidenciava a importância do corpo em sua fase inicial, especialmente pelo desenvolvimento das noções de espacialidade e sensações. Embora a autora exponha detidamente as questões do corpo e da fenomenologia, a menção ao feminismo apenas aparece ao final, para indicar que existe um campo fértil a ser explorado pelas teorias feminista, por meio da apropriação das considerações da corporeidade na filosofia husserliana e da utilização dos elementos conceituais fenomenológicos.

O vigésimo quarto texto (*Desenvolvimento, teoria feminista e filosofia do direito*, de Maria Lucia de Paula Oliveira) expõe teorias feministas que reputa importantes para a discussão sobre a condição da mulher na sociedade e sua inserção política, social e cultural. Traz autoras como Hannah Arendt, Carol Gilligan, Seyla Benhabib, Carol Pateman e Íris Young. Desenvolve o debate entre a demanda por igualdade de gênero e a necessidade de reconhecimento das diferenças entre os sexos, questionando também os estereótipos de gênero que costumam ser utilizados em desfavor das mulheres. A autora expõe com riqueza as teorias que tratam das especificidades da mulher, em um sentido mais ético. Porém só há

duas menções ao termo fenomenologia ou correlato, em referência à fenomenologia do julgamento moral, nada tratando sobre percepção corporal sexuada.

O vigésimo quinto texto (*A Fenomenologia Existencial: um método de análise desde a existência nua e crua*, de Caroline Lisian Gasparoni, Luciane Rocha Ferreira Pielke e Luiz Augusto Passos) tem a pretensão de apresentar a fenomenologia enquanto abordagem metodológica apta a articular o engajamento entre existência e prática pesquisante (sic). Concentra-se especialmente em Merleau-Ponty, embora também trate de Husserl e da fenomenologia existencial de Simone de Beauvoir. Apenas quando menciona a obra *O Segundo Sexo*, o texto faz uma referência breve à teoria feminista, sem aprofundar-se, no entanto, na relação entre fenomenologia e feminismo.

O vigésimo sexto texto (*Gênero como modalidade existencial*, de Matheo Bernardino) entende que discussões de gênero são para as lutas (trans)feministas, afirmando que é um tema caro à “fenomenologia desde Simone de Beauvoir até Judith Butler e outras fenomenólogas feministas contemporâneas” (p. 47). Propõe repensar o conceito de gênero, superando qualquer apego ao binarismo sexual. Do conceito de corporeidade de Merleau-Ponty, o autor conclui que o gênero não é dado pela factualidade de um genital que normativa e socialmente designa ser como mulher ou ser homem. Indica, àqueles interessados em outras perspectivas fenomenológicas sobre gênero, o trabalho de Jacob R. Lau, autor de uma análise autoetnográfica da sua experiência como pessoa trans e mestiço-asiático.

O vigésimo sétimo texto (*A visão de Simone de Beauvoir sobre a condição feminina*, de Cinthia Lima) traz um pouco da visão de Simone de Beauvoir sobre a condição das mulheres. Traz também um pouco das ideias de Sartre sobre existencialismo, liberdade e história e como exerceram influência nos escritos de Beauvoir. Por fim, conclui que não é a diferença biológica a causa da exploração e submissão feminina e sim a história e o desejo masculino de poder. A desigualdade de gênero deve ser superada por meio da conscientização da igualdade de capacidades intelectuais entre homens e mulheres e de que as mulheres não precisam casar ou ter filhos se não desejarem. Além disso, segundo a autora, as mulheres podem exercer atividades realmente produtivas, devem trabalhar, buscar os cargos que almejem, conquistar a independência financeira da mesma forma que os homens, e reconhecer-se como sujeito de direitos. Não há desenvolvimento da perspectiva fenomenológica.

O vigésimo oitavo texto (*De objeto a sujeito: uma contribuição feminista à história e à filosofia*, de Izilda Cristina Johanson) busca discutir a questão do lugar e do papel da mulher na filosofia, que seria indissociável da discussão acerca do lugar e do papel da mulher na vida

em meio à sociedade humana. Para esse debate, a autora expõe as ideias de Simone de Beauvoir, na sua obra magna *O Segundo Sexo*. Por fim, o texto conclui comparando os conceitos de má-fé em Sartre e Beauvoir, afirmando que, embora sejam parecidos, o modo como cada um deles constrói concretamente esse conceito é completamente diferente. Para Beauvoir, a contradição na mulher consiste no ocultamento de sua servidão, ao mascarar sua opressão como uma situação vantajosa e consentida. Não há aprofundamento sobre a questão fenomenológica.

O vigésimo nono texto (*Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista*, de Flávia Biroli) analisa o problema da constituição autônoma das identidades, adiantando que esse não se define na oposição entre autonomia individual e produção social da individualidade. A análise parte do campo da teoria política feminista, trabalhando a partir dos conceitos de “corpo vivido”, de Iris Marion Young, e de “conhecimento vivido”, de Catharine A. Mackinnon. Um dos aspectos dessa crítica ressalta a relação entre os estereótipos e a internalização da opressão, apontando que, embora estejam na base de compreensões socialmente legitimadas do que diferencia mulheres e homens, “a definição de determinados atributos e comportamentos como femininos ocultaria o fato de que não têm quaisquer conexões intrínsecas ou necessárias, mas apenas ideológicas, com as mulheres ou o corpo feminino” (p. 83). É um texto bastante denso e com muitas informações interessantes sobre a relação do ser mulher e o corpo feminino, embora não seja um texto propriamente da fenomenologia.

O trigésimo texto (*Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina*, de Miriam Adelman) questiona se a participação esportiva das mulheres contribui para uma ressignificação da corporalidade feminina. A partir de autoras como Susan Bordo e Judith Butler, a autora busca identificar mudanças nas práticas e representações do corpo feminino que decorrem da atividade esportiva, considerando um ideal histórico de delicadeza e feminilidade. Realiza também entrevistas com atletas, perquirindo suas percepções, de onde concluiu que, embora as atletas de fato participem da “desconstrução” de elementos da estética limitante, continuam em uma cultura na qual aderem ao discurso de que a atividade esportiva pode comprometer a feminilidade da atleta. A única menção à fenomenologia está em um parágrafo que, ao tratar do trabalho de Judith Butler, parece conferir à filósofa americana a reivindicação da necessidade de uma fenomenologia feminista.

O trigésimo primeiro texto (*Verbete 'Epistemologia Feminista'*, de Marianne Janack) é uma tradução, para o português, realizada por Rafaela Vaccari e Gisele Dalva Secco. Traz uma visão geral de vários ramos teóricos que consideram o gênero como marcador

importante. Seus temas centrais são: (a) necessidade de deixar de lado posições de universalidade, objetividade e neutralidade; (b) crítica à racionalidade; (c) defesa do pluralismo na construção dos modelos científicos. Além disso, apresenta a teoria do ponto de vista (*standing point theory*) e também apresenta algumas críticas à teoria da Carol Gilligan, que estuda o diferente desenvolvimento moral das mulheres (ética do cuidado), imputando-a de essencialista. Não há menção ao termo fenomenologia ou correlatos.

Por fim, no último texto (*Feminismo e sujeito político*, de Maria Betânia Ávila), a autora expõe entender o feminismo como prática política e pensamento crítico. Faz um histórico do movimento feminista e de algumas teorias feministas. Conclui que o feminismo realizou uma conquista fundamental na transformação das relações de gênero, permitindo às mulheres o lugar como sujeito político do processo de transformação social. A construção desse sujeito concedeu às mulheres “a possibilidade de romper com a situação de vítimas ou de protegidas e com a fixidez de uma identidade imposta por essa condição” (p. 50). Também não há menção ao termo fenomenologia, exceto unicamente na referência bibliográfica ao livro *Fenomenologia da Percepção*, de Merleau-Ponty.

Resultado e discussão da segunda fase

Da análise do conteúdo dos textos, é possível genericamente se extrair o seguinte quadro:

TEMÁTICA	TEXTO
Fenomenologia geral	15, 23, 25
Fenomenologia e feminismo	4, 10, 13, 12, 7, 14, 17, 20, 22
Autoras da fenomenologia, sem tratar propriamente de fenomenologia	1, 2, 3, 4, 8, 24, 28
Trata relação do <i>ser mulher</i> e corpo, sem tratar propriamente de fenomenologia	2, 18, 29, 30
Feminismo geral, sem tratar de fenomenologia	5, 6, 9, 19, 27, 28, 30, 32
Não faz menção à fenomenologia, ou apenas o faz na bibliografia ou em contexto não correlato	1, 2, 3, 5, 6, 9, 11, 19, 21, 24, 30, 31, 32

Demanda a inclusão de pessoas que não nasceram com o sexo feminino	10, 11, 16, 21, 26
--	--------------------

Cumprе recordar como se deu a seleção inicial dos textos. Foi realizado um rastreamento utilizando a plataforma *Publish or Perish (PoP)*, que consiste em um software que recupera e analisa citações acadêmicas. Esse programa emprega bases de dados online, elegíveis pelo pesquisador, que no presente caso valeu-se da base do *Google Scholar*. Para a busca dos textos, foram utilizados, no item palavra-chave, o termo fenomenologia E o termo feminista. O uso do conectivo E indica que ambos os termos devam aparecer necessariamente. Porém isso não se verificou em muitos casos.

A primeira estranheza é ter o sistema selecionado tantos textos que não possuíam, sequer nos itens não textuais, o termo fenomenologia ou o termo feminista. Na primeira parte do filtro, já se havia chegado a essa perplexidade, porém tal fato também ocorreu dentre os 32 textos da lista final. Os textos 5, 9 e 31 não fazem qualquer menção ao termo fenomenologia ou outro termo correlato, como fenomenológico etc. No texto 1, também não há qualquer menção ao termo fenomenologia, exceto o fato de ter sido publicado pela revista *Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenologia*. Os textos 2, 3, 6, 11, 19, 21, 24, 30 e 31, embora tenham menção ao termo fenomenologia – o que justificaria sua seleção pelo programa –, não tratam propriamente de fenomenologia. A maioria desses apenas apresenta menção à fenomenologia nas referências bibliográficas, pois houve a citação de algum autor cuja obra tenha “fenomenologia” no título, como o livro *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty.

Desta feita, nesta análise inicial sobre a produção acadêmica brasileira na temática da fenomenologia feminina, já é possível excluir treze textos por total impertinência ao tema. Sobram dezenove textos.

Em seguida, é possível excluir os cinco textos que trazem genericamente demanda por inclusão da análise *queer* (textos 10, 11, 16, 21 e 26), sem maiores considerações sobre as mulheres. Essa exclusão se deve à justificativa da presente pesquisa, que, valendo-se da fenomenologia, busca resgatar as experiências das mulheres, que nasceram em um corpo feminino e por isso guardam percepções e experiências próprias que não são compartilhadas por pessoas nascidas com o sexo masculino. Os textos 11 e 21 já haviam sido excluídos pelo primeiro filtro, sobrando assim dezesseis textos.

Oito textos apresentam uma forte perspectiva feminista, mas não tratam propriamente de fenomenologia (textos 5, 6, 9, 19, 27, 28, 30, 32). Desses, seis textos já haviam sido

excluídos pelo primeiro filtro. Dois textos, o 27 e o 28, embora mencionem a fenomenologia em seu conteúdo, não elaboram minimamente o conceito fenomenológico. A fenomenologia apenas aparece mais vezes em razão de reconhecerem o trabalho de Simone de Beauvoir como essencialmente fenomenológico, porém o texto privilegia o aspecto da discussão feministas. Sobram catorze textos.

Dentre os interesses deste trabalho, estava a análise da questão do *ser mulher* e do corpo feminino. Quatro textos apresentam essa discussão, sem, contudo, se valerem da fenomenologia (textos 2, 18, 29, 30). Dois textos, o 18 e o 29, embora mencionem a fenomenologia em seu conteúdo, não elaboram minimamente o conceito fenomenológico. Sobram doze textos.

Por outro lado, três textos (15, 23, 25) tratam propriamente de temas fenomenológicos, porém não envolvem a discussão feminista ou o fazem apenas de forma preambular.

Assim, das 975 referências brutas iniciais, sobram nove textos (4, 10, 13, 22, 12, 7, 14, 17, 20) que foram considerados pertinentes à produção acadêmica na temática da fenomenologia feminista. Os textos 4, 10, 13 e 22, embora estejam constando na lista final de textos da fenomenologia feminista brasileira, não possuem uma ligação forte com o objetivo desta pesquisa, que procura relacionar fenomenologia, experiência feminina e corpo de mulheres. Vejamos.

O texto 4 se concentra no estudo das religiões. Não obstante utilize por bastante vezes o termo fenomenologia e tenha por base a obra *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*, de Ivone Gebara, não há estudo sobre corpo e percepções femininas. Da mesma limitação padece o texto 13, que traz a visão de uma fenomenóloga feminista, Edith Stein, que porém propõe, no momento, compreender a alma feminina por meio da literatura, pouco tratando sobre o corpo.

Por sua vez, o texto 10 faz uma boa apresentação da explicação da fenomenologia clássica e de sua leitura corporal, indicando as implicações para as feministas. Contudo, o autor avança e defende outras referências, que buscariam superar as limitações de uma análise natural do ser mulher: seriam as leituras intersubjetiva e pós-fenomenológica, aproximando-se do entendimento de Judith Butler. Essa aproximação é contrária à proposta que busca o retorno à experiência real das pessoas nascidas mulheres – independentemente de suas orientações sexuais ou performances de gênero. Da mesma forma, aliando-se às doutrinas pós-modernas, o texto 22 apresenta as concepções sobre percepção e corpo de Merleau-Ponty. Porém, aceita as críticas de Butler à fenomenologia e a Merleau-Ponty, que os acusa de, resumidamente, defender uma essência heteronormativa, não-corporificada e fundante do

comportamento e de ignorar que as construções de gêneros estão apoiadas em signos culturais, sendo, portanto, performáticos e não expressivos.

Sobram 5 textos, porém o texto 14, que é um excelente texto, é uma tradução. Foi aqui mantido por demonstrar o interesse pela temática na academia nacional, mas não se pode dizer propriamente que se trata de produção acadêmica brasileira na temática da fenomenologia feminista. Assim, restaram 4 textos, sendo três deles de grande qualidade (textos 7, 17 e 20). Como já adiantado na primeira parte desta pesquisa, realmente a produção brasileira no tema é quase inexistente.

Obviamente a presente investigação possui limitações. A primeira delas é o aspecto humano e falível da pesquisadora, que pode ter deixado passar algum texto importante dentre os 975 registros da plataforma *Publish or Perish*. A segunda limitação, também decorrente da primeira, é o elemento subjetivo na seleção e exclusão dos textos.

Trabalhos mais recentes

Como descrito anteriormente, a pesquisa na ferramenta *Pop* foi realizada em agosto de 2021. Em setembro de 2023, foi feita uma atualização, filtrando-se os resultados para delimitá-los entre 2021 e 2023. Todas as dificuldades relatadas anteriormente permaneceram. Foram mais de 200 resultados, a maioria em espanhol e a maioria impertinente à própria fenomenologia feminista ou ao enfoque deste trabalho.

Após os primeiros filtros, restaram apenas nove textos para uma leitura mais atenta. Além de artigos, havia três dissertações de mestrado, evidenciando-se o interesse acadêmico no tema.

Foram excluídos: a) artigo baseado em relato de mulheres sobre a pandemia da covid19; b) texto que discute se nova lei de violência de gênero protege transgêneros e travestis; c) texto sobre vulnerabilidade de transmulheres; d) dissertação sobre a formação da masculinidade; e) dissertação sobre o feminismo na formação de professores de história; f) texto que diz usar o método fenomenológico para entrevistar vítimas de violência sexual. Sobraram assim os seguintes três textos.

O texto *Fenomenologia Crítica e Feminista*, de Eduardo Marandola Jr, é um ensaio sobre a renovação ou “atualização” da fenomenologia que tem sido operada especialmente por mulheres feministas. O autor executa sua análise a partir da leitura do recém lançado *50 Concepts for a Critical Phenomenology*, refletindo acerca da potência e relevância das contribuições feministas para o pensamento fenomenológico. Dos cinquenta conceitos da

obra, o autor identifica oito que, segundo ele, estão diretamente relacionados com a teoria feminista. Desses oito, pelo menos metade não se refere à mulher especificamente. Um trata de deficiência e outros três de transgêneros/teoria queer.

O verbete *Feminismo e Fenomenologia*, de Luiza Helena Hilgert, afirma que o método fenomenológico, bem como a análise feminista, podem ser investigações oportunas para repensar questões a partir das diferenças ou semelhanças entre os gêneros. A autora afirma ter se debruçado em dezenas de livros e artigos sobre fenomenologia feminista e muitos deles partilham a ideia de que a fenomenologia é o método privilegiado para tratar de questões de gênero por incluir conceitos de corpo vivido e experiência. Porém, a autora diz não concordar com essa ideia. Primeiramente, segundo ela, ao longo da história, muitos filósofos e filósofas buscaram refletir sobre a desigualdade de gênero. Ademais, mesmo teorias universalistas podem fundamentar a igualdade de gêneros. Para a autora, não se trata de método investigativo ou corrente teórica, mas, de escolha. Daí passa a analisar algumas obras – que também estão neste trabalho – e conclui que, em suas evoluções, o feminismo desenvolveu preocupações com raça e classe, e a fenomenologia com o corpo vivido e experiência. Ainda conclui que a tradição heterogênea em que se originam a fenomenologia e o feminismo é a marca que garante o benéfico potencial da aproximação entre ambos.

A dissertação *Subjetividade e opressão a partir do corpo gestante*, de Carolina Bernadini Antoniazzi, é o texto que mais se aproxima do fazer da fenomenologia feminista. Tem como base a obra de Iris Marion Young, propondo-se a um estudo fenomenológico do corpo gestante. Porém, assim como Marion Young, a autora não admite a existência de um corpo prévio à ideologia ou à cultura, filiando-se, ao que parece, a autores pós-modernos. Afirma, por exemplo, que o corpo gestante está situado primordialmente como corpo feminino. O uso do advérbio *primordialmente* passa a ideia que poderia ter uma gravidez num corpo masculino, o que é biologicamente impossível, mas situa a filiação ideológica da autora, que não considera a categoria corpo em seus aspectos biológicos. Igualmente, explica a autora que uma das justificativas para usar o termo corpo gestante é para abarcar a experiência de gravidez de quem não se identifica como mulher⁷.

Esses textos, como se mostrará mais tarde, estão aliados ao que parece ser a tendência contemporânea da fenomenologia feminista.

⁷ Recordamos ao leitor que, neste trabalho, considera-se as categorias "homem", "mulher" e o conceito de corpo em um sentido material e biológico.

3.2 Fenomenologia feminista internacional

Nessa parte da dissertação, por conta da grande quantidade de artigos acadêmicos nos idiomas inglês e espanhol sobre a temática da fenomenologia feminista, foi priorizada a busca por publicações de livros, seja de autoria individual, seja obra coletiva, e por material de autores já consagrados como referências na temática.

Assim, além das obras que já constam como referências no corpo desta dissertação, foram analisadas integralmente mais oito obras diretamente vinculadas à temática da fenomenologia feminista. A intenção principal é realizar um *raio X* sobre o que se discute no tema. Assim, em seguida, será exposta cada obra e tecidas algumas considerações.

Livro 1. Feminist Phenomenology.

A primeira obra analisada é a coletânea de artigos *Feminist Phenomenology*, organizada por Linda Fisher e Lester Embree, publicada no ano 2000

. Linda Fisher é uma pesquisadora referência na temática da fenomenologia feminista e Lester Embree, à época da publicação, estava vinculado ao Centro Avançado de Estudos em Fenomenologia da *Florida Atlantic University*, nos Estados Unidos.

Além da introdução, são 14 artigos, distribuídos em três subtemas: Feminismo na Tradição Fenomenológica da Filosofia (5), Ciência Cultural Fenomenológica (4), Questões na Conjunção da Fenomenologia e do Feminismo (5).

Na introdução, Linda Fischer reconhece a grande importância e o impacto causado pelo livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, considerando-o como a primeira grande obra da fenomenologia feminista.

Ao falar da evolução dos estudos feministas na academia, afirma que o feminismo se relacionou, em maior ou menor grau, mais ou menos positivamente, com a maioria das orientações teóricas que lhe eram contemporâneas, como marxismo, estruturalismo, psicanálise, desconstrução e pós-modernismo. Mas foi diferente com a fenomenologia, por dois motivos: a desconfiança em uma mensagem aparentemente essencialista e a já criticada falta de reconhecimento da experiência das mulheres e a especificidade dessa experiência.

Da mesma forma, segundo Linda Fischer, o feminismo também foi amplamente ignorado pela fenomenologia. Para ela, onde houve algum reconhecimento fenomenológico do feminismo, o foi invariavelmente por parte de alguém que provavelmente se identificaria

como feminista, ou pelo menos, como no trabalho de Edith Stein, o fenomenólogo em questão é uma mulher.

Importante ressaltar que esta obra foi editada há 22 anos, e Linda Fischer ainda informa que parte dos artigos foram pela primeira vez apresentados durante um simpósio em 1994, nos Estados Unidos. Algo que será notado ao longo desta análise é a diferença entre os textos mais antigos deste livro e os textos das coletâneas mais recentes.

O primeiro artigo, da própria Linda Fischer, é intitulado *Phenomenology and Feminism: Perspectives on their Relation*. Neste, a autora examina o contexto e a possibilidade de uma relação entre fenomenologia e feminismo. Começa observando algumas dificuldades ostensivas em ambos os ramos, porém defende que algumas dificuldades são apenas aparentes, muitas vezes baseadas em equívocos ou resistência. Mesmo as dificuldades legítimas são compensadas por certas compatibilidades e perspectivas compartilhadas. Por fim, defende que a fenomenologia feminista é um desenvolvimento viável, potencialmente frutífero e significativo, prometendo aprimorar e estender tanto o feminismo quanto a fenomenologia em novas e importantes direções.

Especificamente, a autora afirma que, frequentemente, os relatos experienciais feministas são rejeitados pelos críticos do feminismo como meramente anedóticos, subjetivistas e não acadêmicos. A abordagem fenomenológica, ao defender a "objetividade subjetiva", poderia fornecer aos relatos feministas a possibilidade de validar reivindicações experienciais por meio de análises de evidências e dados, de modo que tais relatos sejam não apenas aceitáveis, mas legitimados em termos de legitimação fenomenológica (p. 34).

O segundo artigo é de uma outra autora referência da fenomenologia feminista: Linda Martin Alcoff. No artigo *Phenomenology, Post-structuralism, and Feminist Theory on the Concept of Experience*, a autora afirma que a fenomenologia precisa do feminismo, mas não está muito segura se a filosofia feminista necessita da fenomenologia. De início, ela se coloca contra o ceticismo feminista predominante, à época, em relação às reivindicações cognitivas baseadas na experiência, particularmente entre pós-estruturalistas feministas que negam qualquer confiabilidade cognitiva à experiência. O feminismo pós-estruturalista negou amplamente a importância cognitiva da experiência com base no fato de que experiência e subjetividade são produzidas por meio da interação de discursos. Mas com base em alguns bons argumentos, segundo a autora, o pêndulo foi longe demais para a eliminação do papel formativo da experiência no conhecimento. Assim, Alcoff, fundamentada em Merleau-Ponty, enaltece o papel desempenhado pela experiência na construção de sistemas teóricos e valores políticos.

Segundo a autora, enquanto o pós-estruturalismo baseia suas afirmações sobre a inevitabilidade de entendimentos incompletos na natureza da linguagem, a fenomenologia baseia sua explicação principalmente em uma descrição reflexiva da experiência humana vivida. A experiência vivida é aberta, plural, fragmentada e mutável não por causa das limitações da linguagem, mas por causa da natureza da existência corporal e temporal. Assim, foi possível, por exemplo, que Merleau-Ponty falasse sobre a experiência animal, um projeto impensável de dentro de uma teoria baseada apenas na linguagem.

Alcoff reconhece a importância das críticas pós-estruturalistas, especialmente quando desafiam as hierarquias epistêmicas existentes sobre quais tipos de falantes encarnados têm credibilidade e autoridade, e quando levantam questões sobre o status benigno da heterossexualidade institucionalizada. Contudo, a autora exemplifica uma situação especial em que a defesa de uma teoria puramente linguística não tem sentido na vida das pessoas de carne e osso. Questiona ela a relação entre o discurso e a vivência da violência sexual, considerando-se que era algo pouco discutido antes, em que havia uma certa naturalização e aceitação de estupros, especialmente dentro de casamentos. Para ela, é óbvio que estupros ocorriam em encontros e em casamentos antes da década de 1970, quando essas questões começaram a ser amplamente discutidas. Assim como, também fica claro que as mudanças no discurso efetuaram mudanças em pelo menos parte da experiência de tais traumas. Contudo, uma posição que liga a experiência ao discurso seguramente pode sustentar que, antes do discurso do estupro, a experiência em si não poderia ocorrer, ou pelo menos não o tipo de experiência com efeitos posteriores traumatizantes que agora associa-se ao estupro. O pós-estruturalismo, especialmente o foucaultiano, pode levar ao absurdo de considerar o estupro em relacionamentos, por exemplo, como uma ficção inventada por feministas que agora está tendo efeitos materiais ao traumatizar desnecessariamente jovens mulheres impressionáveis

No terceiro artigo, chamado *From Husserl to Beauvoir: Gendering the Perceive Subject*, Debra Bergoffen argumenta que Simone de Beauvoir é melhor compreendida quando lida como uma filósofa cuja contribuição crucial para a filosofia foi identificar o erótico como uma categoria filosófica. Tal leitura também reconhece a orientação fenomenológica de Beauvoir, em sua reformulação da teoria da intencionalidade de Husserl com vistas a desenvolver uma ética da generosidade erótica.

A autora defende a importância da experiência, com fundamento em Merleau-Ponty. Mas também afirma que a “discussão de Merleau-Ponty sobre o corpo sexual, no entanto, é silenciosa sobre as questões do desejo e da diferença” . A importância

de Simone de Beauvoir foi introduzir o conceito de gênero e examinar os processos de generificação, e assim participar do projeto fenomenológico-existencial de historicização do sujeito corporificado. A incorporação subjetiva, observa Beauvoir, é sempre sexuada e generificada.

Distinguindo duas vozes nos textos de Beauvoir, Bergoffen elabora o que ela chama de *voz muda* de Beauvoir - uma voz muitas vezes em desacordo com sua *voz 'existencial'* dominante. Por essa voz muda, o leitor é levado a uma nova compreensão da corporeidade, da carne, do outro e do "nós", formando uma nova ética do erótico.

No quarto artigo, chamado *A Different Voice in the Phenomenological Tradition: Simone de Beauvoir and the Ethic of Care*, a autora Kristana Arp enquadra Beauvoir como precursora da tradição da ética do cuidado na ética feminista. Arp fundamenta sua conclusão no fato de que Simone de Beauvoir publicou o livro *A Ética da Ambiguidade*, em 1947, antes de começar a escrever *O Segundo Sexo*. Embora *A Ética da Ambiguidade* não contenha uma perspectiva explicitamente feminista, segundo Arp, há fortes paralelos com a abordagem da ética posteriormente rotulada de "ética do cuidado", capitaneada especialmente por Carol Gilligan.

O tema do quinto artigo, de Marina Paola Banchetti-Robino, *F.J.J. Buytendijk on Woman: A Phenomenological Critique*, é um exame crítico do livro de Buytendijk *Woman: A Contemporary View*. Segundo a autora, o objetivo de Buytendijk nesse livro é responder a argumentos de Beauvoir no *Segundo Sexo* e fornecer uma perspectiva alternativa sobre a mulher e a "feminilidade". Buytendijk rejeita a forma de existencialismo de Beauvoir (e de Sartre) e suas conclusões sobre a mulher e o mito da "feminilidade". Para ele, um exame minucioso das aptidões físicas básicas da mulher e o desenvolvimento de seu dinamismo mostram que a atividade de cuidar é a que mais se adapta ao modo de movimento "feminino" e é a mais representativa do modo de existência da mulher no mundo. Além disso, ele acredita que essa rejeição do existencialismo seja fundamentada em uma sólida investigação fenomenológica.

Banchetti-Robino examina a crítica à abordagem fenomenológica existencial de Beauvoir acerca da questão da mulher, realizada por Buytendijk, ocasião em que identifica uma série de falhas metodológicas fundamentais. Essas falhas, ela argumenta, minam seu relato e o tornam, em última análise, malsucedido.

O ensaio de Banchetti-Robino ataca uma metafísica de substância naturalista pela qual existe uma natureza separada da cultura chamada "homem" e que esta natureza tem capacidades ou possibilidades eternas e inobserváveis chamadas "feminilidade" e

“masculinidade” que podem ser manifestadas em várias maneiras. Para ela, a fenomenologia é principalmente um método através do qual se investiga os fenômenos à medida que se apresentam à consciência investigadora, não há espaço na fenomenologia para substâncias inobserváveis das quais apenas as manifestações são observáveis. Assim, afirma que o método de Buytendijk é falho quando pressupõe tais substâncias. Por fim, se há dúvida sobre seu método, há dúvida sobre suas conclusões, “pois as conclusões de alguém não podem ser fenomenologicamente fundadas se o método para chegar a essas conclusões não for fenomenologicamente correto”

O sexto artigo chama-se *Listen, and You Will Hear: Reflections on Interviewing from a Feminist Phenomenological Perspective*, de Louise Levesque-Lopman. Neste, a autora desafia os quadros sociológicos tradicionais que obscureceram ou excluíram as realidades da experiência vivida pelas mulheres. Em consonância com uma ênfase recente do pensamento feminista na experiência vivida e no significado da vida cotidiana, Levesque-Lopman explora o potencial da fenomenologia feminista como uma ferramenta de pesquisa cuja orientação é partir da experiência vivida das mulheres. Enaltece a importância da subjetividade consciente.

Quando aplicada à situação de entrevista, tal abordagem envolve o foco na responsividade aberta e na troca recíproca, construindo conexões e atendendo ao significado da experiência dos entrevistados. A autora utilizou essa abordagem em estudo sobre o impacto das novas tecnologias procriativas e reprodutivas nas experiências de gravidez e parto das mulheres, enfatizando um certo escanteio da classe médica do relato de quem deveria ser a protagonista:

O médico foi treinado na objetividade científica para perceber a realidade de acordo com um conjunto específico de teorias médicas. Se o trabalho de parto de uma mulher não se encaixa prontamente nessa tipificação ou tipo ideal, tudo o que ela está experimentando em um determinado momento é descontado: de acordo com o relógio, o corpo da mulher (e seu bebê) não está pronto e ela está fora de controle. Do ponto de vista do conhecimento científico e da dependência da intervenção médica e tecnológica, a mulher não tem recurso, não tem como reivindicar sua experiência como real. Sua subjetividade não tem autoridade neste caso

Levesque-Lopman detalha a relevância e potencial significativo do método fenomenológico, não apenas para esse tipo de estudo, mas para a metodologia feminista e sociológica em geral.

Em *Understanding Children's Gender Beliefs*, sétimo artigo da coletânea, Ann Johnson intenciona explorar o desenvolvimento da classificação de gênero e aquisição de conceitos na infância. Critica a teoria psicológica tradicional nesta área, argumentando que

esses relatos foram governados por vieses racionalistas e naturalistas, que minimizaria dimensões não cognitivas importantes das crenças de gênero das crianças. Por fim, propõe uma abordagem alternativa para as crianças organizarem significados em torno de gênero, particularmente em termos de fundamentos linguísticos, morais e emocionais da crença de gênero.

O oitavo artigo é uma análise crítica aos estudos da sociolinguista Deborah Tannen sobre interação social e comunicação de gênero. Em *Phenomenology in and of Deborah Tannen's Genderlectics*, Lester Embree examina especialmente o trabalho de Tannen sobre estilos de conversação de gênero –ou *genderlects* – e seu impacto. Com base em sua análise de seus relatos teóricos e práticos, ele conclui que a abordagem científico-cultural de Tannen é fundamentalmente reflexiva, teórica e descritiva e, portanto, em última análise, fenomenológica. Assim, o trabalho da linguista sobre a *gênerlética* pode ser visto como um exemplo de ciência cultural fenomenológica.

Para ele, a ênfase na fenomenologia está em seus relatos descritivos. Estes podem ser particulares, que os exemplos mostram de uma maneira. Mas, como exemplos como tais são oferecidos para mostrar, os relatos também podem ser típicos, por exemplo, "As mulheres fazem perguntas para iniciar negociações e os homens fazem perguntas para obter informações". (Embree, p. 169) Por fim, ele defende que a abordagem amplamente fenomenológica de Deborah Tannen pode ser usada para estender seus resultados, para além dos problemas de comunicação e incluir a comunicação não problemática. Se isso fosse observado reflexivamente, analisado, descrito e explicado teleologicamente, para Lester, “poderia revelar um terceiro estilo de comunicação que é andrógino e não de gênero” (Embree, p. 171).

Em *Binary Opposition as an Ordering Principle of (Male?) Human Thought*, no texto do livro, Maxine Sheets-Johnstone pretende examinar os fundamentos para pensar que o pensamento binário (na cultura ocidental, pelo menos) é um princípio ordenador do pensamento masculino. De início, ela faz uma ressalva, afirmando que não entende que haja basicamente uma fenomenologia feminista. O que ela concebe como uma possível fenomenologia feminista é a utilização do método fenomenológico por uma feminista que queira chegar ao fundo de uma investigação.

O que uma mulher vai investigar e trazer à luz através do fazer da fenomenologia, ou seja, aderindo a uma metodologia fenomenológica e descrevendo origens experienciais, pode ser bem diferente do que um homem pode estar inclinado a investigar

No contexto de críticas feministas bem conhecidas de oposições binárias e as associadas valorizações desiguais da filosofia e cultura ocidentais, a autora começa revisando criticamente um estudo das principais oposições binárias do antropólogo Rodney Needham, em particular sua afirmação de que há uma gênese cultural, e não natural, de pares opositivos básicos.

Argumentando que suas análises e conclusões negligenciam experiências cotidianas invariáveis de (todos) corpos humanos vivos, Sheets-Johnstone rejeita a ideia pós-estruturalista que o sexo é uma construção social. Em suma, para ela, a ideia de que masculino e feminino são uma oposição natural que é baseada na experiência de corpos, dos sujeitos encarnados. Exemplifica que se de fato estivessem todos consistentemente nus em vez de vestidos, e por maiores que pudéssemos encontrar as variações intrassexuais visíveis no contorno corporal (altura, mamilos, genitália, tamanho do corpo e assim por diante) dificilmente teríamos dúvidas de que os seres humanos, e na verdade, todas as criaturas que se reproduzem sexualmente vêm em dois modelos básicos: macho ou fêmea.

Para a autora, é apropriado e mesmo vital neste momento recorrer a considerações metodológicas. A ideia - ou alegação - de que se pode encontrar fundamentos corpóreos para conceitos humanos fundamentais significa que algo mais básico deve ser consultado do que os estudos culturais ou as literaturas culturais em geral. O corpo humano não é apenas um universal cultural, uma realidade pan-cultural, mas é uma fonte preeminente de significado, para todos, homens e mulheres.

No décimo artigo, *Friendship, Love, and Experience*, Linda Bell examina o papel da experiência na formulação feminista de ideais como amizade e amor. Tomando como foco o livro publicado postumamente por Allan Bloom, *Amor e Amizade*, Bell detalha como Bloom apoia explicitamente alguns pontos de vista e argumenta contra outros, apelando para sua própria experiência. Para a autora, as análises de Bloom indicam que a experiência é socialmente construída e que pode ser um guia pouco confiável para repensarmos os ideais das relações humanas. Segundo ela, a experiência à qual devemos apelar é informada por ideologias que obscurecem e ocultam as relações de poder. Tal experiência circunscreve e, portanto, limita a imaginação. Dada a construção da experiência pela ideologia e pelas relações de poder, mesmo o uso mais consciente da imaginação pode ter pouco a oferecer àqueles que rejeitam o *status quo* e buscam alternativas com urgência.

O décimo primeiro artigo, de Kathleen Haney, *Edith Stein: Woman and Essence*, empreende um exame da análise fenomenológica da mulher de Edith Stein, com atenção particular para seus *Essays on Woman*. Afirma que, embora o significado do trabalho de Stein

para o feminismo tenha sido pouco explorado, da mesma forma suas reflexões sobre a mulher foram amplamente ignoradas nos círculos fenomenológicos. Ademais, em razão de seu trabalho se pautar muito nas Escrituras cristãs e na tradição católica, por conta de sua conversão, seu feminismo é tudo menos doutrinário.

Central para seu feminismo, por exemplo, é a noção de que a subjugação histórica da mulher, aumentada e tornada mais brutal durante o período moderno, não é um estado natural dos sexos ordenado pelo Criador. Embora Stein afirme que a maternidade é essencial para a feminilidade, ela não acredita que as expressões da natureza materna devam se limitar apenas a gerar e ser mãe dos próprios filhos. Os pontos de vista de Stein têm ressonância e interesse relevante nas discussões contemporâneas, ao mesmo tempo em que apelam para fontes tradicionais e inesperadas, afirma Haney. Um dos aspectos principais é a educação da mulher e a ocupação dos espaços.

Enquanto as primeiras feministas supunham que a emancipação residia na participação da mulher nas instituições, nas universidades e nos negócios, para Stein, a qualidade da educação tem a ver com sua aptidão para o indivíduo, bem como com seu conteúdo. E se, como Stein suspeitava, a universidade for monolítica e inelutavelmente masculina? E se os valores que seus praticantes modernos incutem não forem adequados para a mulher? Assim, a teoria da educação para mulheres de Stein se entrelaça com sua noção de mulher. Da mesma forma, ela reconhece a necessidade de a mulher incorporar alguns valores masculinos. A androginia que Stein recomenda, no entanto, não visa um equilíbrio hipotético. Para Stein, as atividades e inclinações "masculinas" pertencem à composição da mulher se ela quiser alcançar o objetivo maior, sua verdadeira humanidade, que inclui a liberdade pessoal e a autonomia para si e para os outros. Ela procura equilibrar suas tendências para realizar sua natureza feminina, nunca para transformá-la na semelhança de uma natureza do homem.

No décimo segundo artigo, *Authenticity, Feminism, and Radical Psychotherapy*, Dorothy Leland lança um olhar crítico sobre a interpretação de Charles Guignon do relato de autenticidade de Heidegger. Na sua opinião, uma imagem diferente e mais rica do que está envolvido na vida autêntica é gerada quando essa imagem é desenhada a partir da perspectiva de indivíduos cujo "lançamento" inclui ser membro de um grupo marginalizado ou oprimido. Ao considerar ainda o relato de Guignon sobre a dimensão moral da autenticidade e seu papel na psicoterapia, Leland argumenta que esse quadro diferente e mais rico pode fornecer a estrutura para uma versão mais radical da tarefa da psicoterapia, na qual a terapia é compreendida de acordo com o modelo da prática feminista de conscientização.

O décimo terceiro artigo chama-se *Sexual Harassment, Seduction, and Mutual Respect: An Attempt at Sorting it Out*, de William McBride. O autor examina algumas suposições atuais sobre a natureza do assédio sexual. Igualmente, ele considera o tema da sedução, relacionando-o ao significado de assédio sexual. O autor focaliza questões como a análise fenomenológica sobre as relações sexuais e questiona se a própria identidade sexual do filósofo pode prejudicar essa análise. Aqui haveria a importante questão de terem, homens e mulheres, percepções diferentes ou não. Por fim, o autor examina um tipo de conduta humana que constitui um possível ideal nesse domínio, que seria a ideia de respeito mútuo.

No último artigo da obra, *Autonomy and Connectedness*, Mary Jeanne Larrabee analisa os significados dos termos autonomia e conectividade à luz dos debates sobre a unidade e a multiplicidade do eu como realizados na teoria pós-moderna, feminismo, psicoterapia e os escritos de mulheres de cor. Para ela, se há algo que uma abordagem fenomenológica dentro do feminismo pode acrescentar à discussão, pode ser sua capacidade de apontar discrepâncias entre uma experiência realmente vivida de algumas pessoas e as peregrinações linguísticas de algumas outras pessoas. A fenomenologia diferencia entre vários aspectos da experiência humana e suas inter-relações, talvez o suficiente para chamar os “bois pelos nomes”. Também a fenomenologia reconhece as muitas vezes grandes dificuldades de distingui-los uns dos outros, uma vez que o que as pessoas rotulam suas atividades conscientes e seus produtos nem sempre são o que eles veem.

Entre tantos filósofos e escritores, a autora também traz a doutrina de outro ícone da fenomenologia, a escritora Iris Marion Young. Afirma que Young também problematiza a polaridade entre feminismo humanista e ginocêntrico. A questão seria saber se o feminismo significa que buscamos para as mulheres as mesmas oportunidades e privilégios que a sociedade dá aos homens, ou feminismo significa que afirmamos o valor distintivo da feminilidade contra a difamação patriarcal. Porém, Young afirmaria que essas posições não precisam ser mutuamente exclusivas .

Por fim, conclui que os discursos sobre autonomia e conexão são múltiplos e variados. Alguns fios desses discursos brotam de experiências, alguns apontam para esperanças de experiências, alguns são claramente o produto de operações mentais abstrativas ou expressão mítico-poética, às vezes com os mais tênues vínculos com experiências vividas de pessoas reais. Porém todos podem celebrar suas autonomies e conexões, muitas das quais fornecem suas identidades, unidades, inteireza e multiplicidades .

Nesse último artigo, foi enfatizada a posição de Iris Marion Young, que é a autora da próxima obra a ser analisada.

Livro 2. On Female Body Experience: "Throwing Like a Girl" and Other Essays

A segunda obra analisada, editada em 2005, também é uma coletânea de artigos, todos da filósofa feminista Iris Marion Young. Com exceção de um deles, todos os artigos já haviam sido publicados anteriormente, sendo o mais antigo e famoso o *Throwing Like a Girl*, de 1980.

Na introdução da obra, a autora explica que os ensaios assumem uma perspectiva feminista, tanto expressando sexo e subjetividade feminina específica de gênero, quanto alegando que as mulheres não são tão livres quanto deveriam ser. Young faz uma digressão histórica indicando que, embora as teóricas feministas muitas vezes se referissem a fatos e experiências dos corpos das mulheres, nesses primeiros anos elas ainda não haviam desenvolvido métodos teóricos de reflexão sobre a corporeidade feminina. Toma-se como fato que as diferenças corporais das mulheres em relação aos homens fundamentaram ou serviram de desculpa para desigualdades estruturais, sendo essa a razão para que a investigação sobre o status e a maleabilidade dos corpos em relação ao status social ser uma questão de certa urgência.

Vê-se assim a influência direta de Simone de Beauvoir sobre Marion Young. No Segundo Sexo, Simone de Beauvoir denuncia a ideia de que, em relação às mulheres, se fala sobre o "outro", porque o homem não define uma mulher em si mesma, mas em relação a ele. A "mulher é o não essencial versus o essencial. Ele é o Sujeito, ele é o Absoluto; ela é o Outro". Assim, Beauvoir explica que, se existe o "outro" é porque existe "o principal", que são homens.

Contudo, Young enxerga criticamente a fenomenologia existencial, afastando o seu conceito de consciência, pois, segundo ela, mesmo quando corporificado, assume o sujeito como unitário e original à experiência. Os compromissos normativos da fenomenologia existencial expressariam um humanismo ingênuo insuficientemente consciente da pluralidade social e das formas que o poder e a repressão assumem no direito liberal bem-intencionado e na crítica social. Para Young, após ler Lacan, Foucault, Derrida, Kristeva, Deleuze, Irigaray e Bourdieu, não se pode aceitar que a fenomenologia possa descobrir uma experiência corporificada "pura" anterior à ideologia e à ciência. Assim, a própria autora admite que a

maioria dos ensaios deste livro é influenciada por esses escritores frequentemente chamados de pós-modernos e por sua reação crítica à tradição fenomenológica existencial.

Por fim, segundo Young, embora a fenomenologia não possa ser considerada um método rigoroso, ainda oferece uma abordagem única para teorizar a subjetividade. Seria essa a razão de conveniência da atenção acadêmica a Beauvoir, Merleau-Ponty e outros da tradição da fenomenologia. Entretanto, a abordagem fenomenológica existencial visaria falar do ponto de vista da experiência do sujeito constituído, de maneira que complementar, mas não duplicaria os métodos observacionais ou interpretativos de Foucault, Butler ou Bourdieu.

As perguntas de interesse seriam: como meninas e mulheres constituem seu mundo vivenciado por meio de seu movimento e orientação nos lugares? Quais são alguns dos sentimentos de ambivalência, prazer, poder, vergonha, objetificação e solidariedade que meninas e mulheres têm sobre corpos, sua forma, fluxos e capacidades? Como as coisas e as pessoas que tocamos e somos tocados tornam-se um suporte material ou extensão de nós mesmos?

Nesta edição da *Oxford University Press*, foram reunidos 8 artigos que tentam responder a essas perguntas.

O primeiro deles, *Lived Body vs. Gender: Reflections on Social Structure and Subjectivity*, traz uma reflexão especial sobre duas autoras: Toril Moi e Judith Butler.

Young analisa o ensaio *What is a woman?*, em que Toril Moi argumenta que a recente teorização feminista e queer levou ao extremo uma teoria de gênero construtivista. Ao desestabilizar categorias de sexo biológico e identidade de gênero, Moi afirma que as abordagens desconstrutivistas da teorização feminista e queer abriram maiores possibilidades para pensar uma pluralidade de identidades e práticas que se cruzam. Contudo, tornaram um conceito de gênero virtualmente inútil para teorizar a subjetividade e a identidade. Segundo Young, Moi propõe o abandono total do conceito de gênero e a renovação de um conceito de corpo vivido derivado da fenomenologia existencial, como forma de teorizar a subjetividade sexual sem perigo de reducionismo biológico ou essencialismo de gênero. No entanto, Young entende que o argumento de Moi é incompleto, pois há ou deveria haver outros aspectos da teorização feminista e queer que não podem prescindir de um conceito de gênero

Young traz o histórico de que as primeiras apropriações feministas do que até então tinha sido uma obscura distinção psicológica entre gênero e sexo foram muito teóricas e politicamente produtivas: o sexo biológico não teria implicações para as perspectivas de vida de uma pessoa, incluindo a escolha de parceiros sexuais. Porém, segundo ela, esse apelo a um

ideal de androginia durou pouco. Alguns dos textos decisivos da teoria feminista no final da década de 1970 e início da década de 1980 voltaram-se para relatos das especificidades sociais e psicológicas da identidade de gênero feminina e da perspectiva social derivada dos papéis de gênero. Embora não sejam explicadas por distinções biológicas entre homens e mulheres, existem profundas divisões sociais de disposições e experiências de gênero masculinas e femininas que têm implicações para a vida psíquica de homens e mulheres, suas interações uns com os outros, suas disposições para cuidar de filhos ou exercer autoridade. Nessa perspectiva estariam Nancy Chodorow, Carol Gilligan, Nancy Hartsock e outras que geralmente são rotuladas de “essencialistas”.

A teoria queer invadiu essa dissolução da teoria de gênero, especialmente na doutrina de Judith Butler, autora sobre a qual Moi se concentra. Aqui Young relata a já mencionada teoria ideológica de gênero professada por Butler. Em suma, as “mulheres” seriam distintas do sexo biológico feminino, pensar de outro modo reproduziria uma lógica de normatividade heterossexual. O gênero nada mais seria que uma performance social e a própria sexagem dos corpos derivaria de tais performativos.

Como alternativa às categorias de sexo e gênero, Moi propõe retornar ao quadro da fenomenologia existencial em que se apoia Simone de Beauvoir. O corpo vivido é uma ideia unificada de um corpo físico atuando e vivenciando em um contexto sociocultural específico; é corpo-em-situação. A pessoa sempre se depara com os fatos materiais de seu corpo e sua relação com um determinado ambiente. Seus órgãos corporais têm certa sensação, capacidades e funções de maneiras determinadas; seu tamanho, idade, saúde e treinamento a tornam capaz de força e movimento em relação ao seu ambiente de maneiras específicas. Todas essas relações materiais concretas da existência corporal de uma pessoa e seu ambiente físico e social constituem sua facticidade. A pessoa, porém, é um ator; ela tem uma liberdade ontológica para se construir em relação a essa facticidade.

A ideia de corpo vivido, aliás, recusaria a distinção entre natureza e cultura que fundamenta a distinção entre sexo e gênero. O corpo vivido seria sempre inculturado: pelos fonemas que um corpo aprende a pronunciar, pelas roupas que a pessoa veste, pelo que culturalmente se espera ou se exige das mulheres. Para Young, se conceituarmos as identidades individuais como constituídas pelas diversas identidades de grupo – gênero, raça, classe, orientação sexual e assim por diante – parece haver um mistério sobre como as pessoas são individualizadas e como essas diferentes identidades de grupo se combinam na pessoa. Com a ideia do corpo vivido não existe tal quebra-cabeça. Cada pessoa é um corpo distinto,

com características, capacidades e desejos específicos que são semelhantes e diferentes dos outros em determinados aspectos

Também acredita a autora que a teoria feminista e queer não consiste apenas em analisar como os discursos constroem sujeitos. Mas são projetos de crítica social. Esses são esforços teóricos para identificar certos danos ou injustiças ilícitas, localizar e explicar suas fontes em instituições e relações sociais e propor direções para ações institucionalmente orientadas para mudá-los. As estruturas de gênero são historicamente dadas e condicionam a ação e a consciência das pessoas individuais. Finaliza Young afirmando que, sob a influência da teoria de como os corpos vivem seu posicionamento estruturado, pode-se descobrir que uma teoria de gênero desconstrutiva como a de Judith Butler aparece não como uma teoria da determinação ou constituição de sujeitos de gênero, mas como uma teoria dos movimentos variáveis de corpos habituados reagindo, reproduzindo e modificando estruturas

O segundo artigo é o afamado *Throwing Like a Girl*, que se baseia especificamente nas teorias de Maurice Merleau-Ponty e Simone de Beauvoir. Inicia-se trazendo a discussão de Erwin Straus sobre o significado fundamental do espaço lateral, que é uma das dimensões espaciais únicas geradas pela postura ereta humana. Straus acentua a grande diferença na maneira de arremessar dos dois sexos, explicando que a diferença de estilo de arremesso deve-se a uma “atitude feminina” em relação ao mundo e ao espaço. A diferença para ele é de base biológica, embora negue que seja meramente anatômica. As meninas jogam de uma maneira diferente dos meninos porque as meninas são “femininas”. Dessa conclusão, Iris Marion Young desenvolve sua hipótese.

Para a autora, se há de fato estilos tipicamente “femininos” de comportamento e movimento corporal, Straus falha em descrever as modalidades, significados e implicações da diferença entre comportamento e movimento corporal “masculino” e “feminino”. Para ela, toda existência humana é definida por sua situação; a existência particular da pessoa feminina não é menos definida pelos limites históricos, culturais, sociais e econômicos de sua situação.

Dentro da tradição fenomenológica, Merleau-Ponty deu o passo revolucionário de teorizar a própria consciência como corporificada, e Young usa da ambiguidade incorporada de Merleau-Ponty para argumentar que as mulheres muitas vezes experimentam seus corpos como coisas e, nessa medida, permanecem enraizadas na imanência, sempre distante de suas possibilidades transcendentais. Isso estaria evidente ao observarmos as muitas maneiras pelas quais os hábitos incorporados das mulheres parecem mais hesitantes, inseguros e confinados

do que os dos homens. A feminilidade é anunciada em um determinado comportamento, estilo ou orientação corporificada em relação ao mundo.

Young usa a análise de Beauvoir para se envolver especificamente com as experiências incorporadas de espaço, mobilidade e comportamento corporal das mulheres para explicar como meninas e mulheres nas sociedades patriarcais experimentam seus *eus-corporificados* como estranhos, alienados. A experiência incorporada de meninas e mulheres seria uma experiência dramaticamente fraturada, que frequentemente percebe o corpo como um objeto – um impedimento para alcançar seus objetivos – em vez de experimentar o corpo como o veículo através do qual alguém pode habitar seu mundo. O que tipifica a existência feminina nas sociedades patriarcais, afirma Young, é a objetificação. E assim, meninas e mulheres são confrontadas com um duplo vínculo, ou bem abraçam essa objetificação, mas se sentem alienadas, ou bem resistem e são vistas como não femininas, o que pode resultar em marginalização social ou violência.

Ademais, Young traz a ideia do olhar alheio sobre a mulher, que “a mantém em seu lugar”. Esse olha a paralisa e a limita, o que poderia explicar a razão pela qual as mulheres frequentemente tendem a não se mover abertamente, mantendo seus membros fechados em torno de si. A ameaça de ser vista, porém, não é a única ameaça de objetificação que a mulher vive. Ela também vive a ameaça de invasão de seu espaço corporal. A forma mais extrema de tal invasão espacial e corporal é a ameaça de estupro.

Sendo assim, não se trataria de nenhuma diferença física, biológica ou motora que faria com que mulheres e homens arremessassem, no exemplo de Straus analisado por Young, uma bola de diferentes maneiras, mas é a *situação* vivida pelas mulheres, em que estas se veem e são vistas de modo dessemelhante à situação vivida pelos homens.

Young conclui admitindo que o ensaio concentrou sua atenção nos tipos de tarefas físicas e na orientação corporal que envolvem todo o corpo em movimentos grosseiros. Assim, uma investigação mais aprofundada sobre a existência corporal da mulher exigiria olhar para atividades mais sutis e questionar até que ponto pode-se desenvolver uma explicação teórica da conexão entre as modalidades da existência corporal da mulher e outros aspectos de sua existência e experiência.

O terceiro artigo intitula-se *Pregnant Embodiment: Subjectivity and Alienation*, que considera algumas das experiências da gravidez do ponto de vista da mulher grávida. De antemão, ela explica que os fenomenólogos existenciais do corpo geralmente supõem que, na medida em que se adota uma relação ativa com o mundo, não se tem consciência do próprio corpo. Para vários desses pensadores, a consciência do corpo como material pesado, como

físico, ocorre apenas ou principalmente quando a relação instrumental com o mundo se rompe, em fadiga ou doença . E a gravidez é a mais paradigmática experiência de ser lançada na consciência do próprio corpo.

Na experiência da gestante, segundo Young, a materialidade muitas vezes produz uma sensação de poder, solidez e validade. Assim, enquanto nossa sociedade muitas vezes desvaloriza e banaliza as mulheres, considera as mulheres como fracas e delicadas, a mulher grávida pode ganhar um certo senso de autorrespeito. Entretanto, há inúmeras situações objetificantes.

Escritoras feministas costumam usar o conceito de alienação para descrever a existência feminina em uma sociedade e cultura dominada por homens. Alienação aqui significa a objetivação ou apropriação por um sujeito do corpo, ação ou produto da ação de outro sujeito, de modo que ele ou ela não reconheça essa objetivação como tendo suas origens em sua experiência. A relação da gestação e da medicina é exemplificada por Young como intrínseca de um processo alienante. Pressupõe que existe a tendência, dentro da prática ginecológica e obstétrica, de abordar menstruação, gravidez e menopausa como condições com “sintomas” que requerem tratamento. O viés masculino implícito na concepção de saúde da medicina implica que o corpo normal e saudável é imutável. A gestação é mudança.

A tendência da conceituação médica de tratar a gravidez como doença produziria alienação para a gestante. Primeiro, os procedimentos hospitalares normais tornam a mulher consideravelmente mais passiva do que ela precisa ser. Em segundo lugar, é comum a desvalorização da experiência das mulheres durante o parto. Por fim, Young problematiza o ultrassom, que revolucionou a experiência da gravidez e da paternidade expectante ao colocar uma “representação visual do feto no centro, no contexto de um sistema epistemológico moderno que sempre deu prioridade ao visual sobre o tátil ou mesmo o oral”

O quarto artigo é o ensaio *Women Recovering Our Clothes*. O artigo é inspirado no livro *Seeing through Clothes*, em que Ann Hollander argumenta que o significado das roupas é condicionado por imagens pictóricas. Assim, Young traz a questão “como descrever o prazer de uma mulher com roupas?” e desenvolve sua hipótese. Para ela, se a mulher vive sua identificação com as imagens da roupa através da experiência de narrativa cinematográfica, é possível explorar seu prazer nas roupas através da teoria feminista do cinema. Young segue uma estrutura lacaniana para afirmar que as teóricas feministas do cinema desenvolveram um relato de uma experiência feminina de prazer no corpo feminino objetificado dentro de uma ordem patriarcal. Assim, na ordem falocrática, é o sujeito masculino que tem prazer em olhar

para outros objetos que não ele mesmo e que tem prazer em olhar para imagens totalizadas de si mesmo. A ordem falocrática divide o olhar em momentos ativos e passivos. O olhar é masculino, e aquilo para o qual ele olha é feminino. A mulher é apenas falta, o outro que sustenta o sujeito fálico, o objeto que dá força e identidade unificada ao olhar masculino

Em resumo, Iris Marion Young parece afirmar que as mulheres não possuem discernimento e que são doutrinadas sobre o que gostar pelos homens.

O quinto artigo, *Breasted Experience: The Look and the Feeling*, trata da experiência feminina de ter seios. Inicia lamentando a ausência de maiores estudos sobre o tema, e desenvolve o tema de maneira bem ampla, tratando de sensações, tamanhos, decotes, olhar masculino, objetificação, usar ou não sutiã. Vale-se até mesmo da metafísica dos fluidos de Luce Irigaray para tratar sobre o desejo feminino. Explora alguns aspectos da construção cultural dos seios em uma sociedade dominada pelos homens, perguntando como os seios das mulheres podem ser experimentados na ausência de um olhar masculino objetivante. Ainda, afirma que a discussão sobre os seios são um escândalo para o patriarcado porque rompem a fronteira entre maternidade e sexualidade. Por fim, analisa o encontro de uma mulher com o bisturi do cirurgião em seu seio, trazendo a problematização de Audre Lorde sobre a escravização do culto a uma aparência “normal” de uma mulher após a perda dos seios, pois “além de dificultar ou impossibilitar que uma mulher aceite seu novo corpo, também dificulta ou impossibilita que mulheres de um seio se identifiquem”

O sexto artigo, *Menstrual Meditations*, Young diz ter se reconciliado com Simone de Beauvoir após ter feito uma leitura mais madura de *O Segundo Sexo*. A maioria dos tratados feministas, segundo ela, silencia sobre a experiência e o significado social da menstruação. Mas não Simone de Beauvoir. Ela reflete sistematicamente sobre a menarca e suas implicações para a ambivalência das mulheres emergentes sobre seu lugar na sociedade. Ela discute as dificuldades cotidianas que a maioria das mulheres têm em algum momento de suas vidas, acomodando um corpo que possui ciclos às demandas de atividade e modéstia esperadas.

Marion Young denuncia as piadas e julgamentos de nojo associados à menstruação e a expectativa de que meninas e mulheres controlem seus corpos para ocultar esse processo, resultado de uma sociedade falocêntrica. Igualmente questiona o tratamento injusto recebido por mulheres que faltavam trabalho quando estavam em período de menstruação dolorosa, em comparação com homens que também faltavam trabalho por problemas médicos ou pessoais.

Por fim, também analisa a misoginia da rotulação das mulheres de mal-humoradas e fora de controle quando das mudanças de humor na época menstrual.

O sétimo artigo, *House and Home: Feminist Variations on a Theme*, trata da ambivalência dos sentimentos de consciência da tentativa misógina de confinar as mulheres nos seus lares e, ao mesmo tempo, do sentimento comum das mulheres de gostarem de voltar a suas casas e trazer outros aos seus lares. Analisa também o papel da “dona de casa” e do desejo de preservar os valores do lar. Afirma que as feministas não deveriam rejeitar os desejos de uma mulher pelo lar, mas sim deveriam criticar o uso nostálgico do lar, que oferece um descanso permanente da política e do conflito, e que continua a exigir das mulheres que deem conforto a homens e crianças.

O último artigo intitula-se *A Room of One's Own: Old Age, Extended Care, and Privacy*. Neste, Young trata de um tema caro às feministas: o trabalho não remunerado de mulheres ao cuidarem dos doentes e idosos da família. Na prática, são as mulheres que cuidam de idosos frágeis. As mulheres representam 70% de todas as pessoas que cuidam de idosos em particular. As mulheres que prestam cuidados não remunerados a parentes mais velhos muitas vezes o fazem com um custo considerável para si mesmas. Suas oportunidades de desenvolvimento profissional ou maior renda por trabalhar mais horas são circunscritas. Isso considerado, Young adentra no tema da privacidade, ou da falta dela.

Segundo a autora, embora muitas pessoas não tenham, o espaço pessoal é uma necessidade humana, para pessoas de todas as idades. Especialmente os idosos cujas vidas são limitadas física ou economicamente devem ser capazes de receber os cuidados de que necessitam e, ao mesmo tempo, ter controle sobre o espaço pessoal no qual podem se mover e organizar as coisas como quiserem, manter as coisas significativas para eles e manter conversas privadas.

Livro 3. Feminist Phenomenology Futures

A terceira obra analisada é a coletânea de artigos *Feminist Phenomenology Futures*, de autores variados, organizada por Helen A. Fielding e Dorothea Olkowski. São dezoito artigos, divididos em cinco seções, além do texto de introdução e do texto *A Feminist Phenomenology Manifesto*, de Helen A. Fielding.

O objetivo declarado da obra é situar as direções futuras da fenomenologia feminista, defendendo que, nesse momento, a fenomenologia feminista está bem posicionada para assumir um papel de liderança, não apenas em termos de consolidar as metodologias

feministas existentes, mas também em se engajar na difícil tarefa de pensar o real em sua plenitude relacional, agencial, ontológica, experiencial e carnal, abrindo assim possibilidades futuras

Logo no manifesto, Helen Fielding afirma que a fenomenologia feminista é a metodologia do futuro por reconhecer que existem múltiplas maneiras de abordar a experiência de vida. Contudo, nega que isso possa implicar relativismo – isto é, a crença de que todas as abordagens ou maneiras de entender o mundo são igualmente verdadeiras ou igualmente adequadas. A fenomenologia, como tradição, possibilitou relatos da experiência de vida e de um mundo social e não partiu do sujeito pensante racional. Em seguida, Fielding passa a fazer um histórico da fenomenologia feminista, incluindo a já mencionada desconfiança inicial das feministas com os autores clássicos da fenomenologia.

Não obstante negar o relativismo, a autora parece se filiar aos teóricos pós-estruturalistas vindos, segundo ela, da tradição fenomenológica. Traz como exemplos Jacques Derrida e Michel Foucault, que estenderam a compreensão radical de Martin Heidegger da linguagem como a “casa do ser” ao ponto em que os sujeitos são tão moldados pela linguagem e pelo discurso que a agência individual parece desaparecer. Bebendo dessa fonte, segundo Fielding, Luce Irigaray mostrou como o sujeito falante da filosofia ocidental é um sujeito masculino; Judith Butler, como o gênero é produzido discursiva ou performativamente; e Gayatri Spivak, como as feministas são cúmplices do colonialismo que criticam.

Fielding ressalta que, mesmo ao assumirem e se engajarem com esses insights, as teóricas feministas pós-estruturalistas o fizeram cautelosamente, na maior parte evitando os excessos do relativismo - que seria uma das consequências de abandonar a ontologia, ao mesmo tempo em que se baseavam em insights pós-estruturalistas para entender melhor como os humanos são moldados por um mundo social e cultural e, portanto, pelo movimento de opressão. Para Fielding, os insights fenomenológicos, embora nem sempre especificamente nomeados como tal, acompanharam esses projetos. A subjetividade incorporada nunca esteve completamente fora do mapa e reapareceu em formulações como a materialização de gênero de Butler.

Por fim, a autora alega que é a hora de a fenomenologia feminista se firmar, de modo a fornecer a promessa futura de pensar e explicar os sujeitos inter-relacionais como agentes que agem a partir de situações. Seria preciso repensar os sujeitos humanos de novas maneiras, deslocá-los do centro, pensá-los não apenas em termos de sua pluralidade, de sua inter-relacionalidade, mas também em termos de sensibilidade incorporada, habitando a fronteira

entre o reino interior do pensamento e sentimento e o mundo exterior, experiencial que pertence ao social, ético e político.

O primeiro artigo dessa coletânea é o *Using Our Intuition: Creating the Future Phenomenological Plane of Thought*, de Dorothea E. Olkowski. Neste, a autora defende que a intuição seja considerada como um método dentro de uma estrutura, uma estrutura dentro da qual a fenomenologia feminista é o futuro da fenomenologia e, para isso, é necessário se olhar mais de perto a questão da corporeidade. Informa que, por essa razão, as fenomenólogas feministas muitas vezes encontraram sua voz trazendo o corpo para a mente. Na tradição continental, Edith Stein, Hannah Arendt, Simone de Beauvoir e Luce Irigaray são frequentemente reconhecidas por levantar implícita e explicitamente a questão do lugar da mulher na sociedade, na política e na filosofia de uma maneira que tematiza questões de corporificação. Antes da fenomenologia feminista havia pouca discussão na filosofia sobre corporeidade.

Contudo, segundo Olkowski, para entender a corporeidade como um fenômeno vivido e como um conceito, deve haver um domínio vital em relação ao qual a corporificação toma sua forma. Sem isso, há apenas duas facetas – natureza e linguagem – garantindo que o corpo seja um efeito das forças da natureza ou um efeito da atribuição da linguagem. Cada organismo tomado como um conjunto respondendo e engajado com um meio se expressa como uma Ideia. É a Ideia da vida, segundo a autora. Os fatos vitais de um organismo tornam-se inteligíveis como Ideias. A corporeidade é o sensível e o perceptível que faz sentido. Por si só, o corpo é limitado e, por esta razão, as percepções sensoriais nunca são subjetivas: são variações objetivas do campo perceptivo . Conclui a autora que se pode “pressupor a corporeidade como o elo entre natureza e linguagem que a fenomenologia feminista abraça para se mover para seu próprio futuro como o futuro da fenomenologia”

O segundo artigo chama-se *Just Throw Like a Bleeding Philosopher: Menstrual Pauses and Poses, Betwixt Hypatia and Bhubaneswari, Half Visible, Almost Illegible*, de Kyoo Lee. A autora inicia o texto curvando às concepções pós-modernas ao argumentar que não seriam apenas mulheres que menstruam, pois “homens trans” antes da cirurgia de retirada de ovários também menstruam. Em seguida, trabalha o que ela denomina de ativismo menstrual, com toda sua tendência escatológica, pródiga em termos como “candidíase menstrual” e “vagina fluida”. Por fim, denuncia a heterossexualidade normativa.

O terceiro artigo *Transformative Lines of Flight: From Deleuze to Masoch*, de Lyat Friedman, trabalha as oposições entre o sadismo e o masoquismo, contestando uma tendência

a vincular o primeiro aos homens e o segundo às mulheres. Para isso, traz o ensinamento de Gilles Deleuze, que tenta mostrar que o masoquismo não tem nada a ver com as mulheres. Apesar da insistência no imaginário pai-mãe, ao distinguir entre sadismo e masoquismo, duas perversões que não são necessariamente predominantes, Deleuze consegue, segundo a autora, mostrar que existe uma alternativa real à construção edipiana universalizante.

O quarto artigo, *Crafting Contingency*, de Rachel McCann, também se vale especialmente da doutrina de Gilles Deleuze. Segundo a autora, treze anos no século XXI, grande parte da promessa da era pós-moderna começou a se materializar no campo da arquitetura que, para ela, esse sentido arquitetônico está enraizado em uma compreensão crescente do padrão, inspirado no trabalho de Deleuze. A autora afirma que Deleuze defende a desestabilização (desterritorialização) do saber e do eu, e descreve as coisas como existindo no campo imanente com singularidade e alteridade irredutível por meio de relações diferenciais. O texto, que enfoca na criatividade, traz bastante dos conceitos de Deleuze, com diálogos sobre o conceito de carne em Merleau-Ponty. Inclui também uma discussão sobre estruturas sociais opressivas e mulheres negras.

O quinto artigo, *Open Future, Regaining Possibility*, de Helen A. Fielding, inicia afirmando que a abertura ao mundo e ao futuro pertence ao tempo pessoal entrelaçado com o tempo impessoal ou natural, que está no centro da fenomenologia. Desta forma, para a autora, os seres humanos, como sujeitos fenomenais, têm o potencial de promover mudanças. No entanto, como incorporados, eles também têm a capacidade de serem moldados por ele. A fenomenologia nos permitiria explicar a atuação da mudança precisamente porque somos sujeitos fenomenais que se envolvem com o mundo.

Em contraste, embora as abordagens pós-modernas sejam capazes de explicar como os sujeitos são moldados por estruturas formais de cultura e linguagem, elas não são capazes, segundo Fielding, de explicar as maneiras significativas pelas quais determinados sujeitos corporificados assumem o mundo. Os pós-modernos dispensaram, com razão, o sujeito cartesiano que aplica o axioma da razão, o “eu penso” como o fundamento sobre o qual toda certeza e verdade se baseiam. Mas ao não substituir o sujeito como árbitro da razão por aquele que fornece uma explicação sensata ou intuitiva do mundo de um ponto de vista situado, prevalece a estrutura formal que pertence à matemática. O método fenomenológico, alternativamente, conecta a experiência vivida ao conhecimento, trazendo o mundo à aparência por meio do mostrar, que envolve a intuição, incluindo o engajamento perceptivo, afetivo e móvel entrelaçado com a razão.

Já a fenomenologia feminista, para Fielding, traz à tona fenômenos que foram anteriormente preteridos, silenciados ou invisibilizados dentro de estruturas discursivas e de significação impostas.

O sexto artigo, *Of Women and Slaves*, de Debra Bergoffen, traz o questionamento, trabalhado por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, de por que as mulheres não se rebelarem contra suas opressões. A autora informa que Beauvoir oferece várias respostas possíveis para essa pergunta: dependência econômica; cumplicidade; o fato de que as mulheres são divididas por raça, classe, religião, etnia e nacionalidade, e que se identificam com os homens de sua raça, classe, religião, etnia e nacionalidade, em vez de cruzar essas linhas para se identificarem. Porém, Bergoffen argumenta que essas razões, por mais importantes que sejam, não chegam ao cerne da questão, pois são sintomas de uma questão mais fundamental: o vínculo da diferença sexual que promete satisfazer o desejo das mulheres de intimidade. Ademais, Bergoffen retoma a crítica contra Simone de Beauvoir proveniente das feministas da segunda onda e, especialmente, das feministas contemporâneas, que apontam o privilégio epistêmico de Beauvoir e de mulheres brancas.

O sétimo texto, *Unhappy Speech and Hearing Well: Contributions of Feminist Speech Act Theory to Feminist Phenomenology*, de Beata Stawarska, analisa o que ela chama de sentimento de infelicidade do discurso de gênero feminino, dentro do contexto de educação pública em filosofia. Afirma que Simone de Beauvoir teria optado por um estilo autobiográfico ao tratar das questões feministas, no lugar de um estilo analítico. Isso explicaria por que Beauvoir não consegue teorizar efetivamente a diferença sexual, mas apenas acumular informações “mais ou menos positivistas” sobre ela. A fenomenologia feminista serviria como um lembrete de que um ato de fala não é uma questão puramente linguística, mas é moldado pela história herdada de forças sociais e culturais que afetam as formas como o ato de fala é recebido.

Assim, para a autora, uma estratégia emancipatória voltada para retificar a infelicidade do desconhecimento na linguagem deve incluir tanto a audiência quanto o falante. Segue-se que a busca feminista pela própria voz da mulher tem como contrapartida indissociável a busca e o cultivo de um ouvido atento ao outro.

O oitavo artigo, *Adventures in the Hyperdialectic*, de Eva-Maria Simms, inicia afirmando que a maioria dos conceitos merleau-pontianos emprestados pelas feministas vem da *Fenomenologia da Percepção*, uma filosofia que o próprio Merleau-Ponty criticou em seu trabalho posterior por estar muito ligada à perspectiva da percepção e consciência humanas. Sua virada para a ontologia e conceitos como “quiasma”, “carne” e “hiperdialética” foram

tentativas de superar as limitações de uma filosofia da consciência. Assim, a autora se propõe a percorrer o que ela denomina “regiões selvagens” ontológicas de Merleau-Ponty, rastreando o desenvolvimento de sua virada ontológica através do conceito de hiperdialética. Afirma que sua intenção é, ao final, poder responder se a ontologia pode ser produtiva para o feminismo.

Ao final do texto, a autora afirma que vai além do escopo do trabalho responder, de forma mais profunda, quais são as implicações da ontologia de Merleau-Ponty para o feminismo. Porém, segundo Simms, seguindo as leis hiperdialéticas da análise do vestido vermelho, é possível extrapolar o que isso pode significar para gênero e feminismo. Para isso, a autora redige uma pequena tentativa de estruturar uma investigação, com seis pressupostos sobre gênero, como, por exemplo, “meu gênero está ligado à configuração complexa de lugares, pessoas e eventos e existe como uma atividade semiótica de construção de sentido no contexto da história da minha cultura”

O nono artigo, *The Murmuration of Birds: An Anishinaabe Ontology of Mnidoo-Worlding*, de Dolleen Tisawii’ashii Manning, afirma esboçar notas precursoras sobre a ontologia emaranhada da família de “línguas algonquinas norte-americanas, particularmente em relação a mnidoo (espírito/mistério, “potência, potencial”), animacy e pessoas não humanas” (p. 155). Informa também que, uma vez que o conceito mnidoo é difícil de traduzir linguisticamente com todos os seus meandros intactos, ela realiza uma tradução fenomenológica – isto é, uma encarnação experiencial – que, a seu ver, está mais de acordo com a realidade indígena. Em seguida a autora trata de espessamento interdimensional, visão inter-relacional Anishinaabe, encontros não humanos, etc. Por fim, afirma que a estrutura filosófica que procura escapou na troca da experiência vivida, do pensamento, do código, pois ela vive exclusivamente com os Anishinaabe.

O décimo artigo, *Trans-subjectivity/Trans-objectivity*, de Christine Daigle, também bebe preponderantemente da fonte pós-estruturalista, com especial destaque à doutrina de Bruno Latour e Michel Foucault. Anuncia que o produto que emergirá de sua exploração é uma visão do ser humano como trans-subjetivo e trans-objetivo, que seria uma proposta para uma nova ontologia fenomenológica feminista . Conclui então que, como seres “trans ((subj) (obj)) etivos”, não somos apenas constituídos por nós mesmos e pelos outros em inter-relações diretas, mas também constituídos de forma fundamental pelos imaginários sociais e grandes narrativas que permeiam nossas vidas.

O décimo primeiro artigo, *The “Normal Abnormalities” of Disability and Aging: Merleau-Ponty and Beauvoir*, de Gail Weiss, como alguns dos artigos acima, também não trata especificamente de mulheres ou do feminismo. A autora propõe-se a retomar o trabalho

de Beauvoir e Merleau-Ponty uma vez que ambos oferecem muitos insights ricos sobre envelhecimento e deficiência que muitas vezes foram ignorados em favor de temas mais populares que eles abordaram. O objetivo é verificar como essa abordagem pode ser utilizada de forma produtiva para combater a estigmatização deletéria de pessoas e de comunidades idosas e deficientes.

No décimo segundo artigo, *The Transhuman Paradigm and the Meaning of Life*, Christina Schües analisa repercussão sobre as pessoas dos novos avanços da medicina. Inicia por distinguir três significados diferentes da noção de “transhumano” no contexto da biomedicina e da biotecnologia: aprimoramento, pós-humanismo e transplante de material corporal. Informa também que, embora a fenomenologia permita abordar o significado das experiências, para abordar o significado das experiências feitas à luz dessas mudanças de paradigma na medicina, biologia e tecnociências, a fenomenologia deve ser transformada em uma biofenomenologia feminista. Para isso traz exemplos de transplantes de órgãos e irmãos salvadores. Conclui que a fenomenologia precisa se voltar para uma biofenomenologia feminista, cuja tarefa central é revelar pontos cegos epistêmicos; crenças normativas subjacentes sobre as relações, o corpo ou os papéis de gênero; e estruturas sociais ocultas. A fenomenologia feminista daria preferência a uma perspectiva relacional que situa a corporificação e a relação dos humanos como anteriores ao seu individualismo.

No décimo terceiro artigo, *The Second-Person Perspective in Narrative Phenomenology*, Annemie Halsema and Jenny Slatman afirmam que a fenomenologia não deve se concentrar apenas na perspectiva de primeira pessoa, mas também deve considerar a perspectiva de segunda pessoa. Essa segunda pessoa seria o entrevistador, que desempenha um papel maiêutico no processo narrativo. As autoras pretendem explorar a perspectiva da segunda pessoa, com base nas entrevistas em profundidade que realizaram com dezenove mulheres que sofreram amputação de mama ou mastectomia. O objetivo não é analisar o conteúdo dessas entrevistas, mas fazer uma reflexão sobre a própria prática de pesquisa.

O décimo quarto artigo, *Hannah Arendt and Pregnancy in the Public Sphere*, de Katy Fulfer, se propõe a analisar a gravidez na visão de Hannah Arendt. Para a citada filósofa, a reprodução não é uma atividade pública e, por isso, não pode ser uma atividade política. Assim, muitas feministas têm sido céticas em usar Arendt para discutir subjetividade incorporada e justiça reprodutiva, porque ela relega a reprodução ao domínio privado. Porém Fulfer desafia esse ceticismo e afirma que Arendt tem importantes contribuições a dar ao pensamento feminista sobre reprodução. A autora apresenta uma discussão sobre viagens

reprodutivas globais e afirma que as distinções de Arendt entre atividades públicas e privadas não necessariamente ameaçam as condições da agência política das mulheres.

No décimo quinto texto, *Is Direct Perception Arrogant Perception?: Toward a Critical, Playful Intercorporeity*, April N. Flakne afirma que fenomenologia feminista promete inúmeros futuros. A autora analisa como abordagens interacionistas emergentes da cognição social incorporada podem contribuir com fenomenólogas feministas, com enfoque na abordagem por ela denominada de “percepção direta”. A autora diz esboçar uma versão transcendentalista da percepção direta, mostrando como ela pode ser usada para criticar os pressupostos analógicos da metateoria e das abordagens da teoria da simulação para outras mentes. Segundo a autora, as fenomenólogas feministas podem utilizar esses *insights* para criticar pressupostos teóricos internos. Por fim, a autora analisa a acusação de percepção arrogante formulada por Marilyn Frye.

No décimo sexto texto, *Leadership in the World through an Arendtian Lens*, Rita A. Gardiner conjuga os ensinamentos de Hannah Arendt com o relato de mulheres líderes. Afirma que, à medida que mais mulheres assumem papéis de liderança na esfera pública, há uma necessidade de fenomenologistas feministas investigarem como as pesquisas atuais sobre liderança falham em levar em conta o gênero e as inúmeras maneiras pelas quais as mulheres vivem a liderança. A autora alega que uma análise arendtiana nos permite enxergar que os relacionamentos das mulheres, situados, de gênero e corporificados, influenciam a forma como elas lideram no mundo.

O décimo sétimo artigo, *Identity-in-Difference to Avoid Indifference*, de Emily S. Lee, inicia afirmando que as diferenças sexuais e raciais importam. Porém a autora entende que, embora as diferenças sejam importantes, reconhecer nossa semelhança é igualmente importante. O texto pretende fornecer uma breve história da relação filosófica entre identidade e diferença desde suas origens metafísicas no monismo e dualismo até a primeira formulação de Hegel de uma relação dialética entre identidade e diferença. A autora enfoca o texto na questão racial e conclui que, com a ameaça de que as diferenças de raça socialmente construídas sejam ontologizantes e que as especificidades da corporeidade impactem a cognição, deve-se ter uma compreensão de nossa humanidade comum, sob o risco de prevalecerem sinais de indiferença em relação às pessoas consideradas diferentes.

Por fim, o décimo oitavo artigo, *What Is Feminist Phenomenology? Looking Backward and Into the Future*, de Silvia Stoller, traz a explicação, histórico e contexto da fenomenologia feminista, utilizado como referência no início do capítulo 3.

Livro 4. Bodies of Water. Posthuman Feminist Phenomenology

A quarta obra analisada é a primeira que não se trata de coletânea de artigos. É um livro de 2017, com 249 páginas no total, escrito por Astrita Neimanis, sob o título *Bodies of Water. Posthuman Feminist Phenomenology*. A autora parte do pressuposto que somos todos ao mesmo tempo ideia e água. Vivemos no local do significado material exponencial onde a incorporação encontra a água. Assim, não é possível conceber-se o ser humano de maneira dicotômica: por um lado, incorporado (com todos os investimentos culturais e metafísicos desse conceito) e, por outro lado, como ser água (com todas as implicações biológicas, químicas e ecológicas).

Partindo desse entendimento, a autora embrenha-se por discussões diversas de caráter identitário, interrelacionando com questões biológicas do mundo animal. Afirma que o desafio dos corpos aquosos ao individualismo é também um desafio ao falogocentrismo, que é a lógica masculinista da autossuficiênciaafiada. O falogocentrismo apóia o esquecimento dos corpos que gestam, ou seja, das mulheres. Mas, completa a autora, a gestacionalidade aquosa também é decididamente pós-humana, onde os “úteros reprodutivos humanos são apenas uma expressão de uma capacidade facilitadora aquosa mais geral: vida no lago, macaco marinho, sopa primordial, ovo anfíbio, o solo úmido que mantém e cresce a semente”

Livro 5. In Between Latina Feminist Phenomenology

A quinta obra analisada também é um texto único. Trata-se do livro *In Between. Latina Feminist Phenomenology, Multiplicity and Self*, da pesquisadora Mariana Ortega. É uma obra de 2016, com 271 páginas, e editada pela *State University of New York Press*. A autora apresenta o que chama de “teoria da mestiça”, que seria uma teoria da multiplicidade do eu, de eus caracterizados por ser-entre-mundos, ser-em-mundos e devir-com, com inspiração na fenomenologia feminista latina e na fenomenologia existencial. A autora intenciona mostrar que os relatos fenomenológicos feministas latinos do eu e os relatos fenomenológicos existenciais têm várias semelhanças, em especial o compromisso com a experiência vivida

A autora caracteriza o que seria a fenomenologia feminista latina, que pode ser resumida pelas seguintes características: (1) atenção à experiência vivida de latinos nos Estados Unidos; (2) ênfase na experiência cotidiana concreta e incorporada; (3) atenção à

interseção da latinidade com marcadores de raça, sexo, gênero, classe, orientação sexual, habilidade, idade, etnia e assim por diante; (4) ênfase em demonstrar a tomada da experiência do homem branco como norma que deprecia o aspecto generificado ou racializado da experiência latina; (5) sintonia com processos históricos e culturais que reconheçam a heterogeneidade das latinos; e (6) desdobramento crítico do conhecimento experiencial para contestar ou reimaginar noções estabelecidas de latinidade.

A conclusão da obra é que prevalece a arrogância e o *gatekeeping*, que buscam manter a prática da filosofia como um único eixo, qual seja, aquele que destaca e prioriza o pensamento dos homens brancos ou, no máximo, das mulheres brancas. Assim, a autora propõe o desenvolvimento de uma práxis de filosofia interseccional, para que a prática da filosofia permita que textos filosóficos, tradicionais ou contemporâneos, podem ser lidos à luz de preocupações relacionadas à raça, classe, gênero, orientação sexual, capacidade física, nacionalidade e assim por diante.

Livro 6. We Are Not Born Submissive.

A sexta obra analisada é o livro monográfico *We Are Not Born Submissive. How Patriarchy Shapes Women's Lives*, da autora Manon Garcia. Trata-se de um livro de 2021, com 229 páginas e publicado pela *Princeton University Press*. A obra levanta variados questionamentos acerca da condição da mulher, passando desde o desejo da mulher em parecer bonita e a apreciação do olhar masculino, até as várias contradições que parecem emergir do feminismo em geral. Com ênfase nos escritos de Simone de Beauvoir, a autora tem por objetivo examinar a submissão das mulheres aos homens, o que seria estudar as formas complexas pelas quais as hierarquias de gênero na sociedade moldam as experiências das mulheres

De início, a autora faz uma extensa menção à autodeclarada posição privilegiada de Simone de Beauvoir. A fenomenologia feminista construída por Simone de Beauvoir somente pode ser consagrada e reconhecida pela união de dois aspectos fundamentais. O primeiro deles é sobre o fato de Simone ser mulher e poder vivenciar a experiência feminina em primeira mão. O segundo aspecto, de caráter contingente, é a prévia reputação de intelectual da filósofa, que, por confluência de fatores múltiplos, era respeitada por seus pares como se homem fosse.

Garcia demonstra que, como mulher e na medida em que as mulheres tradicionalmente supervisionam a vida doméstica, Beauvoir consegue trazer à luz a vida cotidiana em toda a

sua complexidade, desde as questões filosóficas trazidas pelo trabalho doméstico e trabalho na cozinha até sobre menstruação e puberdade na experiência corporal. Em seus estudos, Beauvoir retém várias coisas de Husserl: primeiro, que a fenomenologia estuda as experiências vividas e mostra que elas nos permitem acessar algo sobre o sentido do mundo. A segunda lição que Beauvoir retém de Husserl, inseparável do foco na experiência vivida, é o lugar central da primeira pessoa. Por fim, é graças a Husserl e seus herdeiros que Beauvoir consegue trazer à tona um dos elementos importantes de qualquer filosofia do comum: o papel do corpo. Ao propor uma fenomenologia da experiência vivida de submissão por todas as mulheres, em todas as idades, em todas as situações, Beauvoir revela o caráter generalizado e quase universal da submissão feminina. Garcia então questiona se as generalizações propostas por Beauvoir são tão válidas quanto ela sugere.

Garcia afirma que Simone de Beauvoir foi atacada várias vezes por não considerar os aspectos raciais e de classe, porém, apesar dessas falhas, *O Segundo Sexo* forneceu às mulheres de todo o mundo uma descrição da feminilidade com a qual elas poderiam se identificar, como os desconfortos da puberdade. Em toda a obra, Garcia enfoca especialmente na questão da submissão feminina em Simone de Beauvoir. Por fim, a autora afirma que as mulheres, mesmo que desejem sua liberdade, sabem que, por causa da estrutura de dominação masculina, buscar a liberdade tem um custo excessivamente maior para elas do que para os homens, como o risco em viagens sozinhas. Em compensação, completa a autora, há recompensas na submissão, como alguém que consegue um emprego apenas por ser uma mulher atraente.

Livro 7. Toward a Phenomenology of Sexual Difference

A sétima obra analisada chama-se *Toward a Phenomenology of Sexual Difference*. Husserl, Merleau-Ponty, Beauvoir, de Sara Heinamaa. O livro propõe-se a estudar *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir dentro dos contextos da filosofia fenomenológica. A autora afirma inserir o tratado de Beauvoir no quadro das reflexões metodológicas de Husserl e Merleau-Ponty e reinterpretar suas tarefas e resultados. Para Heinamaa, a tese “Não se nasce mulher: torna-se mulher” é deturpada quando identificada com a distinção sexo/gênero, pois *O Segundo Sexo* não é uma tese sobre a socialização das mulheres, mas uma investigação fenomenológica sobre a constituição do sentido da diferença sexual. A fenomenologia seria o único quadro em que se pode explicar as conexões entre o trabalho de Beauvoir e o de seus críticos desconstrucionistas, especialmente Luce Irigaray.

Explica Heinamaa que a fenomenologia de Merleau-Ponty inspirou Beauvoir a desenvolver uma nova forma de discutir as relações entre homens e mulheres. Os conceitos modais de estilo, maneira, repetição e variação de Merleau-Ponty permitiram a Beauvoir colocar a questão do ser da mulher de uma nova maneira, não como uma questão de “o que ela é”, mas como uma questão de “como ela é”. Beauvoir não está buscando o conteúdo da feminilidade; ela quer estudar seu status ôntico: como existe a feminilidade, como ela se apresenta a nós, qual é o seu modo de ser . Para Heinämaa, a diferença sexual, na obra de Beauvoir, é fenomenológica, é uma experiência vivida que não pode ser separada entre mental ou física, natural ou cultural.

Heinämaa desenvolve uma fenomenologia feminista que, ao invés de focar nos conceitos, busca compreender os fenômenos sociais enquanto tipos de experiências que constituem e tornam materiais as experiências de gênero. Contudo, essa experiência não pode ser constituída de maneira generalizada ou absoluta, uma vez que existem várias formas de experiências do mundo e do corpo enquanto mulher.

Livro 8. Rethinking Feminist Phenomenology. Theoretical and Applied Perspectives

Por fim, a última obra analisada é a coletânea de artigos *Rethinking Feminist Phenomenology- Theoretical and Applied Perspectives*, organizada por Sara Cohen Shabot e Christinia Landry (2018). Logo de início, as pesquisadoras e organizadoras da obra apresentam o ensaio *The Water We Swim In: Why Feminist Phenomenology Today?* (2018). Neste, tal como o artigo da Silvia Stoller analisado no capítulo XX, há o reconhecimento da obra *O Segundo Sexo* como o texto que iniciou a fenomenologia feminista, e do artigo de Marion Young, *Throwing like a girl*, como a consolidação da temática no meio acadêmico

Igualmente reconhece o ceticismo inicial das teóricas feministas relativamente aos cânones da fenomenologia. Havia a dúvida se a fenomenologia feminista era possível ou mesmo desejável. Apontou-se a sua suposta incapacidade de espelhar a “experiência normal”, uma vez que poderia vir sobrecarregada de muita especificidade ou com política de gênero. Questionou-se até mesmo se o objeto da fenomenologia era adequado ao escopo da filosofia. No entanto, para as autoras, as ferramentas feministas ofereceram à fenomenologia o que outras metodologias não podem, como o próprio questionamento se existem “experiências normais”. O problema seria a noção equivocada de que os relatos de experiências sexuadas e

de gênero são de alguma forma menos verdadeiros do que os relatos formalistas de experiências supostamente neutras relatados pelos autores homens da fenomenologia.

Questionam as autoras sobre o que, mesmo depois de setenta anos desde que *O Segundo Sexo* foi publicado e quase quarenta anos desde que “Jogando como uma Garota” foi publicado, haveria de fato mudado na experiência feminina. A infância ou a iniciação sexual são vivenciadas de maneira diferente para meninas e mulheres jovens do que na época de Beauvoir? Meninas e mulheres jogaram fora as modalidades de motilidade feminina de Young desde os anos 1970? As maneiras pelas quais meninas e mulheres assumiram seu mundo realmente mudaram? Para Shabot e Landry, talvez tenha havido alguma mudança, mas certamente não o suficiente.

Por fim, invocam o movimento #MeToo, iniciado em outubro de 2017 e ainda ativo quando da publicação do livro, para indicar de fato que pouca coisa mudou desde a publicação dos textos citados. Mulheres de todo o mundo compartilham suas experiências de assédio sexual e agressão sexual, mostrando que as mulheres ainda são o Outro, ainda sexualizadas e ainda socialmente moldadas em objetos passivos, imanentes, que se experimentam como fraturados e alienados.

Após este artigo introdutório, há os artigos independentes de variadas autoras. A coleção está dividida em três partes: Perspectivas Fundamentais, Perspectivas Éticas e Políticas, e Perspectivas Incorporadas, todas compostas por quatro artigos cada. Nas três partes há um visível enfoque em gênero, raça e outras políticas identitárias.

O primeiro artigo da parte I é intitulado como *Subject and Structure in Feminist Phenomenology: Re-reading Beauvoir with Butler*. Neste, a autora Beata Stawarska recorre ao trabalho de Judith Butler e sua análise de gênero como uma situação histórica para argumentar que a fenomenologia feminista deve integrar relatos de experiência vivida e considerações estruturais em seu método investigativo. Stawarska aponta a fenomenologia existencial de Beauvoir como exemplar dessa integração.

A autora novamente critica a neutralidade de gênero dos autores clássicos, questionando se seria uma simples omissão ou se haveria intenção de privilegiar corpos masculinos. Igualmente, diz que tal falta de atenção ao gênero poderia indicar uma lacuna acadêmica a ser preenchida por novos estudos fenomenológicos que começam com uma concepção de gênero, mas que devem incluir raça, classe, nacionalidade e outros marcadores significativos de identidade do corpo. Percebe-se que a autora coloca num mesmo patamar de significação ter um corpo de mulher ou ter nascido em um país ou outro.

Ademais, ela concorda com a proposta da autora Johanna Oksala de uma pós-fenomenologia, que se envolveria com relatórios psicológicos e estudos etnográficos e não se limitaria estritamente à experiência de corporificação em primeira pessoa. Para ela, a fenomenologia feminista é amplamente compatível com uma abordagem pós-estruturalista.

No segundo artigo, *Gender Essentialism and Eidetic Inquiry*, Gayle Salamon revisita os debates sobre o essencialismo dentro do feminismo e, ao fazê-lo, reconsidera o impasse filosófico resultante. Ela propõe uma passagem pelos estreitos do determinismo biológico e do construcionismo social através do conceito de variação eidética de Husserl, argumentando que a fenomenologia oferece uma articulação da essência onde a variação e o desdobramento temporal são primários. Essa articulação abre espaço para reconsiderar o essencialismo.

A autora, de fato, traz a discussão sobre a disputa transgêneros versus mulheres, que muitas vezes é ocultada no debate filosófico sobre essencialismo feminino. Há um bom relato sobre os polos da disputa, que seriam os teóricos transgêneros e as feministas radicais, único setor do movimento feminista abertamente crítico à inclusão de pessoas com o sexo masculino na categoria mulher. Entretanto, a autora já claramente assume um dos lados, desde denominando as feministas radicais de TERFs (trans-exclusionary radical feminists), termo considerado pejorativo, seja ao final diretamente advogando por uma essência da mulher como unidade aberta. Isso possibilitaria

pensar mulher como não apenas uma categoria que inclui aqueles seres que têm as características, o comportamento, e corpos que se assemelham à maioria das outras mulheres, mas também uma categoria que pode incluir pessoas cujas histórias podem não espelhar a minha de forma alguma, cujos corpos podem parecer completamente diferentes do meu

O texto três, de Qrescent Mali Mason, oferece o relato de Beauvoir da ambiguidade como um meio de situar a noção de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw no estudo fenomenológico. Com o enfoque identitário de raça, o texto *Intersectional Ambiguity and the Phenomenology of #BlackGirlJoy*, fundamentado nas autoras Audre Lorde e Bell Hooks, se concentra nas experiências de alegria vividas por mulheres negras. Como os três primeiros artigos, a autora também não considera a experiência corporal da mulher como uma categoria superior a outros marcados. Segundo ela:

Apresento a noção de ambiguidade interseccional como uma estrutura fenomenológica para retratar e descrever as vidas daqueles cujas identidades estão situadas na encruzilhada de raça, gênero, classe e muitas outras identidades, como alguém que se identifica (social e politicamente) como um queer Homem latino ou

como uma mulher asiática-americana ou como um homem trans branco dos Apalaches

Em *Doing Time in a For-Profit Space: Renegotiating Identity in the Prison-Industrial Complex*, texto quatro, Gail Weiss concentra-se em mulheres presidiárias que eram as principais responsáveis pela custódia dos filhos antes de entrar no sistema prisional. A autora argumenta que o tempo e o espaço são vivenciados como fragmentados e descontínuos pelo prisioneiro cuja subjetividade é profundamente afetada por pertencer a um público estigmatizado. O texto usa fundamentos da fenomenologia crítica da raça de Linda Martín Alcoff e da fenomenologia crítica do encarceramento de Lisa Guenther.

A visão da autora sobre a fenomenologia feminista não difere das autoras anteriores, que também ampliam o objeto de debate para outros marcadores de identidade, com mesmo grau de importância. Ademais, além de ter inserido em seu artigo questões políticas envolvendo Hilary Clinton e Donald Trump, a autora inclui o debate do abolicionismo penal na temática da fenomenologia feminista.

A parte II da coletânea explora os insights morais e políticos oferecidos na fenomenologia feminista, com especial concentração em desigualdades estruturais.

No texto cinco, *Toward a Feminist Phenomenological Ethics*, Christinia Landry argumenta que, embora a atenção de Beauvoir à subjetividade situada das mulheres complique sua ética da ambiguidade, é também precisamente essa atenção que permite aprofundar e confirmar sua ética. Landry propõe reviver a ética da ambiguidade de Beauvoir por meio de um diálogo com a fenomenologia do visível de Merleau-Ponty. Esse diálogo fornece uma ética incorporada que começa a dar conta das disparidades estruturais entre as experiências vividas dos agentes morais. Aqui, a autora, ao contrário das antecedentes, não expande o objeto, se concentrando na originalidade do texto de Simone de Beauvoir em relação à diferença dos olhares recebidos pelos corpos de meninas e mulheres em relação aos corpos masculinos.

Em *Phenomenology and Politics: Injustice and Prejudices*, texto seis, Christina Schües afirma que a fenomenologia feminista pode fornecer um caminho para a fenomenologia clássica ser usada para fins políticos. Schües consegue isso descompactando as experiências de injustiça (como uma teoria moral) em relação ao preconceito. Aqui também há a apropriação da fenomenologia feminista em favor de uma agenda ampla de representados:

Eu entendo que uma perspectiva feminista não é centrada na mulher nem focada apenas nas preocupações das mulheres. A fenomenologia feminista está empenhada em descobrir e articular como se perpetua a subordinação e a opressão de alguns membros da sociedade; criticar essas práticas e suas consequências; trazer à tona o sofrimento, o silenciamento e o aumento da vulnerabilidade dos indivíduos; vislumbrar formas epistemológicas, éticas e políticas de identificar alternativas estruturais; e, por fim, encontrar metodologias que abordem com perspicácia experiências que podem estar ocultas, invisíveis ou não expressas em linguagem comum

Em seguida, Sonia Kruks retoma o trabalho de Hannah Arendt, no texto sete. Em *Hannah Arendt, Gender, and Political Judgment: A Phenomenological Critique*, a autora afirma que, embora Arendt ofereça recursos importantes para as considerações feministas do julgamento político, ela permanece enredada em uma concepção estreita e intelectualista da mente. Para traçar sua leitura de Arendt, Kruks considera o silêncio das mulheres nos espaços de julgamento político. Ela conclui que o raciocínio político representativo requer um pensamento corporificado e afetivo.

Neste texto, assim como no *Toward a Feminist Phenomenological Ethics*, a autora se concentra na experiência de mulheres, que de fato compartilham entre si comportamentos e sensações semelhantes em relação à desenvoltura pessoal nos debates públicos. Este tipo de reflexão se mostra útil para buscar soluções reais que possam conferir às mulheres maior autoconfiança na manifestação de seus desejos e na atuação na esfera política.

Por fim, em *Fat Temporality, Crisis Phenomenology, and the Politics of Refusal*, texto oito, Kristin Rodier faz estudo sobre obesidade, afirmando que há uma lacuna em relação ao estudo fenomenológico do tempo em sua atenção à temporalidade da gordura. Rodier afirma que tal omissão negligencia a experiência vivida do tempo que é parte integrante da resistência à opressão da gordura, uma resistência que supera aquela apresentada por uma política de recusa. Mais um texto que coloca marcadores de raça, queer, nacionalidade e agora peso como equivalente ao ser mulher.

Os textos da parte III focam nas influências das estruturas de poder sócio-históricas na experiência corporal. O texto 9, *Edible Mothers, Edible Others: On Breastfeeding as Ambiguity*, de Sara Cohen Shabot, analisa a experiência da amamentação. A autora propõe que a experiência da amamentação leva ao extremo a noção de subjetividade ambígua de Beauvoir. Ela propõe usar as lentes da fenomenologia feminista para fornecer uma maneira nova, mais rica e mais complexa de abordar a experiência da amamentação.

A amamentação sugeriria uma subjetividade grotesca, carnal, porosa, fluida, inconstante, que não valoriza a independência ou limites claros, mas reconhece a intersubjetividade como fundamental para o existir como seres corpóreos-comestíveis.

Conclui que a amamentação, quando vivenciada em condições benevolentes, tem o poder de transformar a percepção da mãe sobre sua própria subjetividade e iluminar a ambiguidade geral que caracteriza nossa presença no mundo. Embora seja o assunto exclusivamente de interesse das mulheres, ao final, a autora concede à crítica de que esse debate pode levar ao essencialismo e que não apenas mulheres e mães que amamentam são seres “comestíveis”.

No texto 10, Anna Cook faz um relato fenomenológico dos hábitos de hipervigilância cultivados após um tiroteio na escola. Em *On the Existential Damage of School Shootings*, ela vincula esses cultivos aos hábitos de hipervigilância às modalidades de incorporação feminina de Young. Assim, o assunto feminino é apenas lateral nesta análise sobre a experiência de violência em um tiroteio em escola.

Em *Overturing Feminist Phenomenologies: Disability, Complex Embodiment, Intersectionality, and Film*, texto 11, Jenny Chamarette desenvolve seus argumentos por meio de análise dos filmes *Examined Life* (2009), *#OxfordEducated* (2016) e *Read My Lips* (2001). A autora argumenta que, ao derrubar o sujeito corporificado e suas relações intersubjetivas, as representações cinematográficas de deficiência podem expandir o alcance de nossos insights fenomenológicos feministas. Assim como outras autoras que a precederam, Chamarette amplia a ideia de fenomenologia feminista para abarcar quase tudo, algo já esperado quando se intitula o texto de “Subvertendo Fenomenologias Feministas”:

Como todos os seres humanos, as pessoas que vivem com deficiência também são seres de gênero com experiências corporais complexas do mundo. O gênero é inseparável da raça, deficiência, idade e todas as outras condições da experiência corporal; ergo deficiência também se torna uma preocupação feminista

Por último, o texto 12, Lior Levy desvenda o nascimento do teatro moderno com e através da obra de Henrik Ibsen. Em *Feminist Visions: Theater and Women Spectators*, Levy afirma que a obra de Ibsen e sua expressão dramática das experiências vividas pelas mulheres permitem apreender as modalidades específicas da visão teatral das mulheres espectadoras. É uma análise crítica teatral.

Capítulo 4. Análise crítica: possibilidade de a Fenomenologia Feminista constituir-se como ferramenta contra os enganos teóricos do Pós estruturalismo

A análise dos textos e livros sobre a fenomenologia feminista suscita reflexões importantes. A primeira delas é a observação de um fenômeno: quanto mais recente a obra, menos envolve a categoria sexo. Mais especificamente falando, as obras mais antigas interessam-se pela mulher, entendido como ser humano adulto do sexo feminino, enquanto a literatura mais recente amplia tanto o interesse, absorvendo questões de raça, sociais, identidade de gênero, transhumanismo etc de modo que a mulher enquanto categoria ancorada na materialidade dos corpos é apenas analisada lateralmente.

Tome-se, inicialmente, o primeiro livro analisado. Em *Feminist Phenomenology*, cujos artigos que o constituem foram escritos entre 1994 e 2000, é possível encontrar grande reverência a Simone de Beauvoir, o enaltecimento da experiência das mulheres, análises de questões exclusivamente femininas como gravidez e parto e entendimentos de que a incorporação é sexuada, por exemplo. Vê-se também, por consequência, a rejeição à ideia de que sexo é uma construção social, com a crítica ao pós-estruturalismo, especialmente às teorias puramente linguísticas, que desconsideram como material a experiência de um estupro, por exemplo.

Ainda, sobre a fenomenologia feminista, demonstra-se interesse no histórico da área de estudos, descrição do método fenomenológico, dúvidas sobre a própria existência de uma fenomenologia feminista. Além disso, há indagações sobre a função do feminismo, se se trata da busca pelos mesmos privilégios masculinos ou se há um valor distinto para a feminilidade. Enfim, é uma obra sobre mulher e que interessa à mulher.

O segundo livro analisado, de Marion Young, parece conter esse fenômeno cronológico nele próprio. Os artigos mais antigos da coletânea assumem interesse primordial na incorporação sexuada da mulher. Assim, estão ali tratados temas como a gravidez, fenômeno unicamente ocorrido num corpo biologicamente feminino, junto com a crítica do olhar masculinizado da medicina. Também traz temas sobre a menstruação, igualmente fenômeno unicamente de corpos do sexo feminino. Ainda, trata da experiência de ter seios e do trabalho não remunerado do cuidado a idosos e doentes. E o artigo mais famoso, *Throwing like a girl*, de 1980, em sua conclusão, conclama por investigações mais aprofundadas sobre a existência corporal da mulher. Contudo, o artigo mais recente, que abre a coletânea, alia-se

aos pós-modernos para afirmar que não há uma fenomenologia corporal pura anterior à ideologia.

Ainda na categoria de livros mais antigos, editado em 2003, a sétima obra analisada, *Toward a Phenomenology of Sexuality*, de Sara Heinamaa propõe-se a estudar *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir dentro dos contextos da filosofia fenomenológica. Ela o faz considerando a corporeidade da mulher, a diferença sexual e suas repercussões, sempre sob à luz de uma perspectiva feminista.

As outras obras estão na categoria de recentes, sendo a mais antiga delas editada em 2016.

A terceira obra analisada no capítulo anterior é a coletânea de artigos *Feminist Phenomenology Futures*, editada em 2017 e cujo objetivo declarado é situar as direções futuras da fenomenologia feminista. Logo na introdução, a organizadora da obra, não obstante negar o relativismo, filia-se aos teóricos pós-estruturalistas, incompatíveis com uma teoria fenomenológica da corporeidade, como Jacques Derrida, Michel Foucault e Judith Butler, para quem o gênero é produzido discursiva ou performativamente.

Os artigos que compõem a obra seguem a tendência pós-moderna, trazendo afirmativas como “não apenas mulher menstrua” e consagrando autores como Gilles Deleuze, Bruno Latour e Michel Foucault. Os temas tratados concentram-se pouco em questão de mulheres, com exceção de três artigos que tratam do histórico da fenomenologia feminista, da gravidez e da liderança feminina. De resto, os articulistas debatem arquitetura, espessamento interdimensional, visão inter-relacional Anishinaabe, encontros não humanos, raça, envelhecimento e deficiência, transhumanismo, etc.

O quarto e o quinto livros analisados, publicados em 2016 e 2017, respectivamente, igualmente entram na categoria de literatura recente da fenomenologia feminista que não têm a mulher como assunto principal. O primeiro envereda por discussões diversas de caráter identitário, interrelacionando com questões biológicas do mundo animal. E o segundo traz o foco principal na questão de raça e procedência nacional.

Por fim, a última obra analisada é a coletânea de artigos *Rethinking Feminist Phenomenology - Theoretical and Applied Perspectives*, de 2018. Na introdução, as organizadoras trazem um olhar feminista que questiona o que realmente mudou para as mulheres desde a publicação dos primeiros textos da fenomenologia feminista. Invocando o movimento #MeToo, entendem que as mulheres de todo o mundo compartilham experiências, especialmente de assédio sexual e agressão sexual.

Nessa obra, como exceção ao escanteio da mulher, há um texto que analisa as diferenças entre olhares aos corpos femininos e masculinos e outro texto que, ao estudar a alienação da mulher nos espaços de debates públicos, conclui que o raciocínio político representativo requer um pensamento corporificado e afetivo. Na categoria de exceção, também seria possível incluir o texto sobre amamentação, porém é representativo que ao final a autora curve-se ao *Zeitgeist* e afirme que o debate sobre amamentação pode levar ao essencialismo e que não só mães passam pela situação descrita no texto.

De restante, o preponderante do livro segue os ditames do mencionado fenômeno. Os textos expressamente afirmam que se deve incluir raça, classe, nacionalidade e outros marcadores significativos de identidade dos corpos em geral, ou que a fenomenologia feminista é amplamente compatível com abordagens pós-estruturalistas, ou ainda que pensar em mulher não pode se concentrar apenas na experiência de pessoas que nasceram com o sexo feminino. Ampliando-se os temas de estudo, os artigos falam de raça, abolicionismo penal, obesidade, tiroteio em escola, deficiência física, teatro, etc.

Esse fenômeno da diluição do interesse na mulher à medida que a publicação se aproxima da atualidade, pelo menos nas obras analisadas, não se aplica, contudo, ao livro *We are not born submissive: how patriarchy shapes women's lives*, de Manon Garcia, publicado em 2021. Essa obra foi publicada originalmente em 2018, sob o título *On ne naît pas soumise, on le devient*. É um trabalho que enfoca em Simone de Beauvoir e, além de outros aspectos, mostra como foi deturpada a ideia beauvoirana de que *ninguém nasce mulher, torna-se*, especialmente por Butler, que inferiu a inexistência de uma realidade *mulher* fora da linguagem.

O mesmo fenômeno é identificado nas publicações em português, reforçado com a atualização recente dos textos. Por que isso ocorre especialmente com autoras autodeclaradas feministas? Como o feminismo, que justamente nasceu com o propósito de ter os interesses das mulheres como prioridade, deixou que interesses de outros grupos sociais se sobrepujassem sobre o interesse feminino? Como hipótese a ser lançada, invoquemos a pioneira Simone de Beauvoir.

No Segundo Sexo, Simone de Beauvoir denuncia a ideia de que, com relação a mulheres, se fala sobre o "outro", porque o homem não define uma mulher em si mesma, mas em relação a ele. A "mulher é o não essencial versus o essencial. Ele é o Sujeito, ele é o Absoluto; ela é o Outro (Beauvoir, 1949, p. 4). Assim, Beauvoir explica que, se existe o "outro" é que existe "o principal", que são os homens.

Para a jornalista e feminista radical Eugênia Rodrigues, há uma visão objetivada do "Outro", do que é a mulher, e ao contrário, a mulher é mais do que a ausência do pênis, o nome no papel ou os seios fabricados. Para a autora, embora gênero não seja sexo, em um mundo patriarcal, fabrica-se a partir dele. Meninas e mulheres compartilham a experiência de um corpo mais fraco do que o macho, que menstrua, que engravida (e que há prazo para isso), que é regulado por certos hormônios e que tem uma história comum.

afirma que a humanidade foi construída sob o silêncio de metade da população, sujeitando as mulheres a uma cultura patriarcal que impôs uma imagem de feminilidade, como a concepção do "outro" pelo ser humano masculino. As mulheres ficaram sem voz para interpretar a realidade e sem o poder para mudá-la.

A concepção da mulher como "o outro", silenciada e de casta inferior, desenvolve, é claro, a ideia de que as mulheres devem ser úteis para aqueles de casta superior. É necessário se reconhecer a história da imposição sobre as mulheres para que elas sirvam como um instrumento utilitário masculino. As mulheres são o objeto para atrair homens para lugares, são o objeto da publicidade para vender coisas, são o objeto de prêmios como espólios de guerra, são o objeto da escravidão sexual das milícias muçulmanas, são o objeto para deixar os homens mais calmos, etc.

Outros tantos exemplos podem ser arrolados. Embora haja o entendimento comum sobre a importância de ambos os pais para a saúde mental e formação das crianças, é sob a mãe que recai quase toda a cobrança e pressão da criação dos filhos. As mulheres são úteis para a sociedade e para os descendentes dos homens. É preponderantemente sob a mulher que também recai a responsabilidade pelo cuidado não remunerado dos enfermos, idosos e deficientes das famílias. A mulher é de grande utilidade para a família e para a sociedade, que lhes poupa dos transtornos físicos e financeiros deste encargo.

A história da execução penal, área de expertise desta autora, mostra como as mulheres foram utilizadas como uma ferramenta para melhorar a vida dos homens. Segundo Zedner (1998), por exemplo, na história das prisões, quando os sentenciados ainda eram enviados para colônias de exílio, mulheres também foram enviadas com o objetivo de deixá-los mais calmos. Elas também deveriam funcionar como uma influência moralizante para eles. Como a utilidade é medida por quem se beneficia, pouca atenção foi dada ao fato de que, nessas viagens, as mulheres foram submetidas a vários sofrimentos, desde condições sanitárias inadequadas até prostituição forçada.

A necessidade dos homens também prevaleceu sobre a segurança e o bem-estar das mulheres quando, antes da criação de prisões exclusivas, era comum elas precisarem

compartilhar celas com supostos homens vulneráveis, como homens com transtornos mentais ou informantes (ZEDNER, 1998).

Assim, quando vemos o dito feminismo ampliando a sua preocupação para raça, classe, deficiência física, transgeneridade, nada mais é que a utilização da mulher como escudo protetor – como uma mãe, talvez? – de diversos grupos sociais tomados como vulneráveis. Isso porque, como visto na literatura, a preocupação não é a interseccionalidade que possa se impor sobre uma mulher, como uma mulher negra e pobre. Mas sim com todas as pessoas, do sexo masculino ou do sexo feminino, em relação a raça, classe, identidade de gênero, etc. Daí, como afirmado acima, o interesse na mulher é apenas lateral e não é surpreendente que haja defesa de medidas que possam ser prejudiciais às mulheres, mas que atendam as demandas de outro setor vulnerável.

Em trabalho anterior [refere-se ao trabalho citado no texto], esta autora defendeu a proposta de mudança de concepção de mulher como o "outro" ou "instrumento" para a concepção da mulher kantiana, aquela que tem o direito de ser um fim em si mesma. Para Kant, apenas as coisas podem ser usadas como um meio para atingir um fim [refere-se ao trabalho citado no texto]. Só pensar nas mulheres como uma coisa pode justificar que, sem ouvir as mulheres e sem considerar sua perspectiva de segurança e bem-estar, seja possível usá-las como um meio de proteção para homens alegadamente vulneráveis.

A segunda reflexão concerne ao próprio objeto desta dissertação: em que consiste a fenomenologia feminista? Quando uma autora afirma que seu trabalho está dentro do marco teórico da fenomenologia feminista, o que isso significa? Se é possível concordar que os trabalhos aqui analisados estão na categoria de texto feminista (incluindo esse novo feminismo *mainstream*), é possível afirmar que estão eles também na categoria de texto de fenomenologia?

No capítulo dois, discorreu-se sobre o que é a fenomenologia, com base especialmente nos estudos de seu fundador Edmund Husserl e em outros autores de sua escola. De modo geral, houve uma ênfase na experiência humana, permitindo análises inovadoras de tópicos como intencionalidade, percepção, incorporação, emoções, autoconsciência, intersubjetividade, temporalidade, historicidade e verdade. Defendeu-se assim uma reabilitação do mundo da vida.

Porém, em textos que estariam no campo da fenomenologia feminista, o que mais se destaca são as críticas ao exclusivo referencial masculino nas análises fenomenológicas. Apenas a crítica de um viés masculinista em um texto fenomenológico é suficiente para situar essa crítica na própria fenomenologia? Em variados textos, embora classificados dentro da

fenomenologia feminista, não se constata o fazer fenomenológico. Não há propostas, pouco se fala nos cânones da escola filosófica, nas ferramentas teóricas, ou seja, não são trabalhados aspectos fenomenológicos propriamente ditos. E aqueles textos que alegam trazer uma descrição fenomenológica de algum fenômeno não se diferenciam de qualquer texto descritivo ou analítico. É fenomenológico por mera auto declaração.

A promessa fenomenológica para o feminismo propunha um retorno a fatores materiais da experiência feminina, sob a luz de conceitos como *facticidade*, *mundo de vida e corpo vivo*. Seria a desejada conciliação entre dados da realidade e a abordagem filosófica. Na análise da promessa *versus* realidade, há mais fatos desconcertantes além do acima mencionado.

Como consideração inicial, nota-se que não foi encontrada uma obra aprofundada sobre a fenomenologia feminista geral, tal como há sobre fenomenologia. Os livros publicados são coletâneas de artigos ou monografias sobre temas específicos que dizem usar o método da fenomenologia feminista ou diz ser parte da fenomenologia feminista. O que há de mais curioso é que parte considerável dos textos, apesar de afirmar-se na fenomenologia feminista, sequer trata de mulheres, conforme consignado na primeira das reflexões deste capítulo.

Sobre o conteúdo em si daqueles textos que se interessam pela mulher, poucos trabalham a questão da facticidade, do mundo da vida e da experiência incorporada da mulher. Trata-se, em sua maioria, de textos feministas, que abordam aspectos políticos e sociais da desigualdade de gênero ou questões meramente teóricas e conceituais das temáticas e demandas feministas.

Talvez a grande dificuldade esteja em definir o que é fazer fenomenologia. Não parece haver uniformidade no ponto. Como registrado, poucos textos parecem se preocupar em estabelecer as bases teóricas sobre as quais trabalhará. Na revisão bibliográfica exaustiva que foi feita da produção acadêmica brasileira na temática da fenomenologia brasileira, poucos textos encaixavam-se minimamente no quadro teórico do que seria a fenomenologia, discutido no capítulo dois.

Na produção internacional analisada, tampouco se verifica aderência teórica à fenomenologia. Percebe-se igualmente uma diferença entre os textos mais antigos e os mais recentes. Nos textos mais antigos ainda há preocupação em relacionar o novo tema à fenomenologia clássica. Nos textos recentes não há um compromisso com fundamentação teórica clássica. Propõem-se a criar sua própria interpretação fenomenológica, sem atrelar-se a

um ou outro autor. Outros textos ainda dizem buscar estar além da fenomenologia, a qual afirmam ser incompleta ou desatualizada.

Como exceções, há textos que trabalham fenomenologicamente aspectos femininos como o da gestação, o da amamentação, o das constrictões dos movimentos corporais femininos ou ainda sobre medos e anseios ligados às performances na vida pública da mulher. Das autoras analisadas, Iris Marion Young destaca-se como a que mais se dedicou a usar o instrumental fenomenológico, especialmente o de Merleau-Ponty, na análise da condição feminina, pelo menos em seus textos iniciais. Young ressalta que sua tarefa principal é descrever um estar-no-mundo encarnado num corpo feminino. Essa seria a condição para a experiência de ser mulher dentro de estruturas sociais. Contudo, embora utilizando-se do instrumental da fenomenologia, a autora flerta com o pós-modernismo ao refutar uma experiência encarnada anterior à ideologia.

Iris Young, no seu ensaio *Throwing like a girl*, contido no livro analisado no capítulo 3.2, contesta as ideias de Erwin W. Straus em seu livro sobre psicologia fenomenológica. Straus sugere que meninas têm uma natureza feminina inerente à sua maneira de jogar. Young rejeita essa noção de determinismo biológico, defendendo a posição de Simone de Beauvoir, que negaria a ideia de que diferenças entre homens e mulheres derivam de uma natureza biológica fixa.

Para Young, a existência humana é moldada por situações sociais, culturais e históricas, especialmente para as mulheres, cuja existência é definida por esses fatores. O título do livro, *Throwing like a girl*, ironiza a biologia, demonstrando como a definição do corpo feminino é uma construção social. Ou seja, para Young, o fato de as mulheres terem performances corporais diferentes da de homens deve-se às estruturas ideológicas impostas aos corpos femininos e não à anatomia, à fisiologia, ou quaisquer outras condições naturais. Se essa lógica fosse levada ao extremo, poder-se-ia afirmar que basta que meninas sejam criadas em outro tipo de sociedade para que possam competir fisicamente em igualdade com homens.

Assim, não obstante estar situada no marco teórico da fenomenologia feminista, Marion Young adere à teoria de Judith Butler. No livro *Problemas de Gênero*, inicialmente publicado nos Estados Unidos em 1990, Butler desafiou a noção de que o feminismo deveria ser centrado exclusivamente no sujeito identificado como *mulher*, argumentando que essa abordagem restringiria as possibilidades de outros sujeitos emergirem. Ela criticou a ideia de que o pensamento crítico estivesse apenas ligado à diferenciação binária entre homens e mulheres, o que perpetuaria o que denominou de heteronormatividade.

Para Butler, todo conhecimento sobre o sexo é uma construção, uma concepção sobre a diferença sexual. Homem e mulher são construções simbólicas de uma época. Por fim, a filósofa americana indaga se de fato existem *as mulheres*. Para ela, parece que não. De tal perplexidade, nasceu o interesse pela presente pesquisa.

Como feliz contraponto, alguns dos textos analisados trazem as ferramentas conceituais da fenomenologia para combater as ideias pós-estruturalistas, que relegam a mulher a uma categoria linguística. Nesses textos há o reconhecimento da importância das críticas pós-estruturalistas, que combatem o materialismo puro, aquele que considera a natureza como início e fim da constituição dos indivíduos e desconsidera todas as estruturas sociais nas quais eles estão inseridos.

De fato, trata-se de má-fé negar a influência dos conceitos, das qualificações, das hierarquias e dos valores sobre o próprio corpo do indivíduo e da constituição de sua personalidade. Porém, maior desonestidade ainda é a defesa de que o discurso não só molda como constrói o significado de tudo a partir do nada.

Linda Alcoff afirma que uma teoria puramente linguística não tem sentido para pessoas de carne e osso, mais ainda para a mulher. Um estupro dentro de um casamento sempre foi uma violência sexual para a mulher, mesmo quando não era considerado legalmente e socialmente um estupro. É evidenciando a realidade e materialidade dessas experiências que a fenomenologia surge como uma grande aliada da teoria feminista. Pelo menos, essa seria a promessa.

Outros ramos da ciência, especialmente a neurologia, a genética e a psicologia, indicam que algumas características que diferenciam os sexos remontam a milhares de anos de evolução, imprimindo caracteres físicos e psicológicos aos corpos masculinos e femininos de certo padrão.

Algumas mulheres podem fugir desse padrão? Certamente sim. Alguns homens podem fugir dessas características? Obviamente. Há inclusive pesquisas que indicam que perturbações hormonais na vida intrauterina podem contribuir para que indivíduos se destaquem dos padrões sexuais esperados. Assim, muito do *ser homem* e do *ser mulher* brotará no sujeito independentemente da estrutura social em que vive.

Contudo, há que se ter em conta a explicação da epigenética, muito aclamada atualmente. O estudo da epigenética indica que estímulos ambientais podem ativar determinados genes e silenciar outros. Em outras palavras, a experiência de cada um é capaz de operar transformações profundas no organismo, evidenciando ou não caracteres hereditários.

Quais condições externas de nossa cultura seriam responsáveis pela percepção de si da mulher? Em que medida as mulheres são totalmente responsáveis por seus medos, retrações, timidez? O que é nosso e devemos carregar, e o que é carga alheia que devemos devolver? Quais são as repercussões da violência urbana e doméstica sobre os corpos femininos e os resultados sociais das mulheres? Quais políticas públicas poderiam de fato contribuir para oportunizar às mulheres uma busca por maior igualdade de gênero? E, ainda, o que almejam as mulheres de carne e osso quando buscam a igualdade de gênero? Os questionamentos importantes e interessantes nessa área podem ir longe.

No texto "If 'Woman' is Just an Empty Category, Then Why Am I Afraid to Walk Alone at Night? Identity Politics Meets the Postmodern Subject" , Laura Lee Dows, sem invocar a fenomenologia, traz uma crítica central que incide sobre a desconstrução pós-moderna das identidades, particularmente a ideia de que categorias sociais como "mulher" são meramente construções vazias. Ao questionar a validade dessas abordagens, a autora destaca como, apesar da narrativa pós-moderna sugerir que identidades são fabricações sociais, as experiências reais de medo e insegurança vivenciadas por mulheres, como o medo de caminhar sozinhas à noite, contradizem essa visão.

O texto argumenta que a simples desconstrução das identidades não resolve os dilemas enfrentados pelas mulheres como sujeitos temporais e sociais. Mesmo se aceitarmos que as identidades são construções sociais, as experiências e preocupações individuais de segurança, autonomia e liberdade não podem ser negadas ou reduzidas a meras construções discursivas . Tanto é assim que pessoas trans do sexo feminino continuam a sofrer opressões e violências por parte de pessoas do sexo masculino, indiferentes ao fato de que elas se identificam em seus discursos como homens.

Curiosamente, apesar da posição anti-materialista de Iris Marion Young comentada acima, a autora traz toda uma argumentação em favor da necessidade de, por razões políticas pragmáticas, pensar as mulheres enquanto algum tipo de grupo. É o componente feminista se manifestando.

A autora, após minuciosas análises das estratégias de outros autores para entender as mulheres como um grupo, traz a ideia de *serialidade*, inspirada em Sartre. Para a autora, entender o gênero como serialidade seria uma maneira de se pensar nas mulheres como um coletivo social sem exigir que todas as mulheres tenham atributos ou uma situação em comum .

Questiona-se, porém, se toda essa ginástica argumentativa não seria uma tentativa de solucionar um problema criado por eles mesmos. De fato, só há necessidade de criar-se

categorias abstratas de grupos quando há uma alienação da realidade, da materialidade. Ninguém de boa-fé pode pretender que haja uniformidade no grupo *mulheres*; seria uma tarefa impossível para qualquer grupo de humanos, talvez mesmo de seres vivos.

Quiçá a solução mais eficiente seja a que foi dada pelo conjunto de mulheres entrevistadas na pesquisa sobre o *Ser Mulher*, em Portugal. A pesquisadora Sofia Bergano, sintetizando o que as participantes expressaram relativamente à definição e interpretação da feminilidade, concluiu que, para elas, ser mulher é sobretudo ser diferente dos homens

Conclusão

Em um universo acadêmico e político que caminha claramente para o apagamento da existência material da mulher, a fenomenologia surge como uma aliada. Sob a luz de conceitos da tradição fenomenológica como consciência encarnada, facticidade e mundo de vida, a promessa fenomenológica permitiria uma análise e uma estruturação do que poderia ser chamado de *essencialismo estratégico*, a possibilitar a manutenção da categoria política *mulher*.

O essencialismo é a concepção de que haveria uma essência feminina em toda mulher e essa ideia deturpou-se em raciocínios limitantes e restrições impostas às mulheres ao longo da história. Ao se contrapor a essa ideia, as teóricas feministas empurraram o pêndulo ao outro extremo: não existe nenhuma característica natural da mulher. Os pós-modernistas forçaram ainda mais: sequer existe mulher, o sexo é uma construção social.

A promessa fenomenológica seria a responsável pela desejada conciliação entre dados da realidade e a abordagem filosófica que protegesse a mulher de seu apagamento como grupo político. Após analisar dezenas de textos que estariam no quadro teórico da fenomenologia feminista, infelizmente é possível se concluir que a promessa está longe de tornar-se realidade.

São mais de trinta anos desde que a abordagem da fenomenologia feminista deixou de ser sumariamente rejeitada. E, por um período, houve bastante interesse no tema, traduzidos em eventos, produção de artigos e de livros, quando parecia haver despertado o interesse na experiência material feminina. Simone de Beauvoir evidenciou-se novamente, com novas pesquisas dedicadas às suas descrições do *ser mulher* no livro *O Segundo Sexo*.

Contudo, salvo algumas exceções, quanto mais recente é a obra, menos interesse parece haver na mulher ou na própria fenomenologia. Simone de Beauvoir perdeu *status* também. As menções a sua obra são mais superficiais e, basicamente, se busca explorar o bordão *Ninguém nasce mulher, torna-se* de forma a afirmar que não existe mulher e que os fatores biológicos e materiais podem ser excluídos do conceito de mulher.

A fenomenologia feminista torna-se menos fenomenologia. Diferente das obras iniciais, poucos trabalhos mais recentes tentam situar seus textos nos cânones da escola filosófica, ou vincular-se a algum autor específico. Alguns parecem se contentar em fazer descrições de alguma experiência ou criticar algum aspecto do que eles entendem sobre algum autor da fenomenologia. A ênfase das críticas é em Merleau-Ponty e sua análise supostamente

neutra ou de viés masculino das experiências corporais na obra *A Fenomenologia da Percepção*.

A fenomenologia feminista torna-se menos feminista. Sem ingressar na polêmica de uma teoria supostamente feminista que se alie a uma concepção de que a *mulher* é apenas uma construção social, o fato é que a fenomenologia feminista passou a ampliar seus interesses a todo e qualquer tipo de causa. Assim, em obras da fenomenologia feminista aparecem em grande quantidade temas de raça, classe social, procedência nacional, transgêneros, deficiência, religião, peso corporal, etc. Em menor quantidade, aparecem temas de arquitetura, abolicionismo penal, transhumanismo, experiências xamânicas, entre outras abordagens exóticas que foram relatadas no terceiro capítulo.

Enquadrar seu próprio trabalho na perspectiva da fenomenologia feminista parece ser a chave para poder defender qualquer posição, da maneira que lhe seja mais conveniente. Isso é algo a se lamentar, tanto por quem estuda a fenomenologia quanto por quem se entende feminista. A fenomenologia revoluciona a filosofia ao afirmar o corpo como categoria imprescindível para pensar o sujeito. Simone de Beauvoir demonstra que esse corpo, esse sujeito, é sempre de determinado sexo. A fenomenologia feminista genuína mostra que as mulheres, embora indivíduos distintos entre si, comungam experiências comuns, diferente de pessoas nascidas com o sexo masculino.

Essa pesquisa mostrou um desvio profundo no que se concebia como fenomenologia feminista e nos processos que ela deveria implementar. Mas a causa não é perdida. Pesquisadores, e especialmente pesquisadoras, que possuam interesse na fenomenologia e nas mulheres podem tomar o leme pra si. Pesquisas conscienciosas, comprometidas com a honestidade intelectual e fiéis à base teórica elegida, constrangerão de tal forma os estudos oportunistas que esses preferirão sequestrar alguma outra base teórica para chamar de sua.

Referências

ALCOFF, L. M. Phenomenology, Post-structuralism, and Feminist Theory on the Concept of Experience. Em: FISHER, L.; EMBREE, L. (Eds.). **FEMINIST PHENOMENOLOGY**. New York: Springer-Science+Business Media, B.V, 2000. p. 39–56.

ANTONIAZZI, C. B. **Subjetividade e opressão a partir do corpo gestante**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) —São Paulo: Universidade de São Paulo, 2023.

AQUINO DE SOUZA, C. A Desigualdade De Gênero No Pensamento De Rousseau. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 20, n. 1, p. 146–170, 2015.

BANCHETTI-ROBINO, M. P. F.J.J. Buytendijk on Woman: A Phenomenological Critique. Em: FISHER, L.; EMBREE, L. (Eds.). **FEMINIST PHENOMENOLOGY**. New York: Springer-Science+Business Media, B.V, 2000. p. 83–102.

BATRINOS, M. L. Testosterone and aggressive behavior in man. **International Journal of Endocrinology and Metabolism**, v. 10, n. 3, p. 563–568, 2012.

BEAUVOIR, S. de (2005 (1949)): *El Segundo Sexo*. Madrid: Cátedra, Colección Feminismos.

BERGANO, S. **Ser e tornar se mulher: educação, geração e identidade de gênero**. Tese (Doutorado em Educação). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.

BERGOFFEN, D. From Husser to Beauvoir: Gendering the Perceive Subject. Em: FISHER, L.; EMBREE, L. (Eds.). **FEMINIST PHENOMENOLOGY**. New York: Springer-Science+Business Media, B.V, 2000. p. 57–70.

BERNARD, T. J.; SNIPES, J. B.; GEROULD, A. L. **Vold's Theoretical Criminology**. 7th. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

BRAITHWAITE, J. **Crime, Shame and Reintegration**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1989.

CAMPBELL, A. Gender and Crime: An evolutionary perspective. Em: **Biosocial Criminology. New Directions in Theory and Research**. New York: Routledge. p. 117–136.

CASTRO, S.; CORREIA, A.; SPARANO, M. C. (org) **Psicanálise e Gênero**. São Paulo: ANPOF. 2017.

CHAMARETTE, J. Overturning Feminist Phenomenologies: Disability, Complex Embodiment, Intersectionality, and Film. Em: LANDRY, C.; COHEN SHABOT, S. (Eds.). **Rethinking Feminist Phenomenology. Theoretical and applied perspectives**. London: Rowman & Littlefield International Ltd, 2018. p. 187–209.

CHESNEY-LIND, M. **The Female Offender. Girls, Women, and Crime**. London: Sage Publications Ltd, 1997.

COHEN SHABOT, S.; LANDRY, C. (EDS.). **Rethinking Feminist Phenomenology. Theoretical and applied perspectives.** London: Rowman & Littlefield International Ltd, 2018.

CÔTÉ, S. M. Sex differences in physical and indirect aggression: A developmental perspective. **European Journal on Criminal Policy and Research**, v. 13, n. 3–4, p. 183–200, 2007.

COYLE, A. **Understanding Prisons.** Maidenhead: Open University Press, 2005.

DAIGLE, C. Trans-subjectivity/Trans-objectivity. Em: FIELDING, H. A.; OLKOWSKI, D. E. (Eds.). **FEMINIST PHENOMENOLOGY FUTURES.** Bloomington: Indiana University Press, 2017. p. 183–202.

DALY, M. Evolutionary Perspective on Sex, Gender, and Crime. Em: **The Oxford Handbook of Gender, Sex, and Crime.** London: Oxford University Press, 2014. p. 245–259.

DAVIES, P. **Gender, Crime and Victimisation.** 1th. ed. London: Sage Publications Ltd, 2010.

DORNELLES, T. A. DE A. **PrisioneirXs. Transmulheres nos presídios femininos e o X do problema.** 1ª ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2020.

DOWNS, L. L. If “Woman” is Just an Empty Category, Then Why Am I Afraid to Walk Alone at Night? Identity Politics Meets the Postmodern Subject. **Comparative Studies in Society and History**, v. 35, n. 2, p. 414–437, 1993.

ELLIS, L. A Theory Explaining Biological Correlates of Criminality. **European Journal of Criminology**, v. 2, n. 3, p. 287–315, 2005.

EMBREE, L. Phenomenology in and of Deborah Tannen’s Genderlectics. Em: FISHER, L. (Ed.). **FEMINIST PHENOMENOLOGY.** Embree, Lester: Springer-Science+Business Media, B.V, 2000. p. 153–172.

F. FILHO, J. L. DE. Acerca da fenomenologia existencial de Maurice Merleau-Ponty. Em: **Ensaios sobre Fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty.** Ilheus/BA: Editus, 2014. p. 66–88.

FIELDING, H. A.; OLKOWSKI, D. (EDS.). **FEMINIST PHENOMENOLOGY FUTURES.** Bloomington: Indiana University Press, 2017.

FISHER, LINDA; EMBREE, L. (EDS.). **FEMINIST PHENOMENOLOGY.** New York: Springer-Science+Business Media, B.V., 2000.

GABOR, T. **The Beast Within: Why Men are Violent** by Neil Boyd. Vancouver: Greystone Books. 2000. **Canadian Journal of Criminology**, v. 43, n. 2, p. 290–294, 2001.

GALLAGHER, S.; ZAHAVI, D. **The Phenomenological Mind.** Second edi ed. New York: Routledge, 2012.

GARCIA, M. **WE ARE NOT BORN SUBMISSIVE. How Patriarchy Shapes Women's Lives.** Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2021.

GARTNER, R. Sex, gender, and Crime. Em: TONRY, M. (Ed.). **The Oxford Handbook of Crime and Criminal Justice.** 1st. ed. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 348–384.

HEIDENSOHN, F. **Women and Crime.** London: The MacMillan Press Ltd, 1992.

HEINAMAA, S. **Toward a Phenomenology of Sexual Difference. Husserl, Merleau-Ponty, Beauvoir.** Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 2003.

HOMEM, M. “**A mulher não existe**”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gkoWuEzSeYk>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

IRIGARAY, L. A questão do outro. **Labrys, estudos feministas**, v. 1, n. 2, p. 1–12, 2002.

JAWAHAR, M. C. et al. Epigenetic alterations following early postnatal stress: A review on novel aetiological mechanisms of common psychiatric disorders. **Clinical Epigenetics**, v. 7, n. 1, 14 nov. 2015.

KANT, I. **Fundamentación de la metafísica de las costumbres.** 1ª Traducc. Madri: Ed. San Juan, Puerto Rico, 1921.

LANIER, M. M.; HENRY, S. **Essential Criminology.** 3rd. ed. Philadelphia: Westview Press, 2010.

LARRABEE, M. J. Autonomy and Connectedness. Em: FISHER, L.; EMBREE, LESTER (Eds.). **FEMINIST PHENOMENOLOGY.** New York: Springer-Science+Business Media, B.V, 2000. p. 267–292.

LARRAURI, E.; GELSTHORPE, L. Gender and Crime in Europe. Em: BODY-GENDROT, S. et al. (Eds.). **The Routledge Handbook to European Criminology.** London and New York: Routledge, 2014. p. 188–203.

LEVESQUE-LOPMAN, L. Listen, and You Will Hear: Reflections on Interviewing from a Feminist Phenomenological Perspective. Em: FISHER, L.; EMBREE, L. (Eds.). **FEMINIST PHENOMENOLOGY.** New York: Springer-Science+Business Media, B.V, 2000. p. 103–132.

LIMA, A. B. M. **ENSAIOS SOBRE FENOMENOLOGIA: HUSSERL, HEIDEGGER E MERLEAU-PONTY.** Ilheus/BA: Editus, 2014a.

LIMA, A. B. M. A relação sujeito e mundo na fenomenologia de Merleau-Ponty. Em: **Ensaio sobre Fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty.** Ilheus/BA: Editus, 2014b. p. 88–101.

LINO, A. C. **Belo e Sublime: a Mulher e o Homem na Filosofia de Immanuel Kant.** Dissertação de Mestrado—[s.l.] Universidade Federal de Ouro Preto, 2008.

LÓPEZ SÁENZ, M. C. Fenomenología y feminismo. **Daimon**, n. 63, p. 45–63, 2014.

MALLICOAT, S. L. **Women and Crime. A Text/Reader**. California State University, Fullerton.: Sage Publications Ltd, 2012.

MARCHETTI, X. G. **Sexualidad diversa y discriminación. Una mirada desde el Derecho Internacional de los Derechos Humanos**. Madrid: Editorial Académica Española, 2011.

MARION YOUNG, I. **On Female Body Experience: “Throwing Like a Girl” and Other Essays (Studies in Feminist Philosophy)**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MASON, Q. M. Intersectional Ambiguity and the Phenomenology of #BlackGirlJoy. Em: LANDRY, C.; COHEN SHABOT, S. (Eds.). **Rethinking Feminist Phenomenology. Theoretical and applied perspectives**. London. New York: Rowman & Littlefield International Ltd, 2018. p. 51–67.

MCIVOR, G. The nature of female offending. Em: SHEEHAN, R; MCIVOR, G; TROTTER, C (Eds.) **What Works with Women Offenders**. New York: Routledge. p. 1–22.

MERLEAU-PONTY, MAURICE.; MOURA, C. A. R. DE. **Fenomenologia da percepção**. Porto Alegre: Martins Fontes, 1999.

MISSAGGIA, J. Fenomenologia e feminismo: introdução e defesa de um diálogo fecundo. Em: PACHECO, J. (ORG) (Ed.). **Mulher & Filosofia. As relações de gênero no pesamento filosófico**. Porto Alegre: Editora Fi, 2015. p. 157–179.

MOORE, L.; SCRATON, P. Doing gendered time. The harms of women’s incarceration. Em: **Handbook of Prisons**. London: Routledge, 2016. p. 549–567.

MORRIS, D. Body. Em: **MERLEAU-PONTY: KEY CONCEPTS**. New York: Routledge, 2014. p. 111–120.

MORRISON, W. **Theoretical Criminology: from modernity to post-modernism**. London: Cavendish Publishing Limited, 1995.

MURPHY, A. Feminism and race theory. Em: DIPROSE, R.; REYNOLDS, J. (Eds.). **MERLEAU-PONTY. KEY CONCEPTS**. New York: Routledge, 2014. p. 197–206.

NEIMANIS, A. **Bodies of Water**. London: Bloomsbury Academic, 2017.

OLIVEIRA, P. A. **Entre a mulher e o feminino: uma leitura psicanalítica da feminilidade**. Belém: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2016.

OLKOWSKI, D. E. Using Our Intuition: Creating the Future Phenomenological Plane of Thought. Em: FIELDING, H. A.; OLKOWSKI, D. E. (Eds.). **Feminist Phenomenology Futures**. Bloomington: Indiana University Press, 2017. p. 3–20.

ORTEGA, M. **In-Between Latina Feminist Phenomenology, Multiplicity, and the Self**. New York: State University of New York Press, 2016.

PENNA, A. G. **Introdução à Psicologia Fenomenológica**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001.

PORTNOY, J. et al. Biological Perspective on Sex Differences in Crime and Antisocial Behavior. Em: **The Oxford Handbook of Gender, Sex, and Crime**. [s.l: s.n.]. p. 260–285.

RIGHI DE SOUSA, L. **O Corpo Na Obra Ideias Iide Husserl:Esquecimento, Sensações, Ponto-Zero**. Santa Maria: Universidade Federal De Santa Maria. Centro De Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2016.

RODRIGUES, E. **“Fora da caixa”: a construção da “criança trans” no jornalismo brasileiro**. Monografia (Graduação em Jornalismo) Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro., 2017.

SALAMON, G. Gender Essentialism and Eidetic Inquiry. Em: COHEN SHABOT, S.; LANDRY, C. (Eds.). **Rethinking Feminist Phenomenology. Theoretical and applied perspectives**. London: Rowman & Littlefield International Ltd, 2018. p. 33–50.

SANTOS, S. DE L. Originalidade e precaridade do método fenomenológico husserliano. Em: **Ensaio sobre Fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty**. Ilheus/BA: Editus, 2014. p. 15–46.

SCHÜES, C. Phenomenology and Politics: Injustice and Prejudices. Em: COHEN SHABOT, S.; LANDRY, C. (Eds.). **Rethinking Feminist Phenomenology. Theoretical and applied perspectives**. London: Rowman & Littlefield International Ltd, 2018. p. 103–120.

SCOTT, K. Violence Against Children in Families. Em: GARTNER, R; MCCARTHY, B (Eds.) **The Oxford Handbook of Gender, Sex, and Crime**. Oxford: Oxford University Press, p 402-426.

SHEERAN, R.; MCIVOR, G.; TROTTER, C. (EDS.). **What Works With Women Offenders**. 1st. ed. New York: Routledge, 2007.

SHEETS-JOHNSTONE, M. Binary Opposition as an Ordering Principle of (Male?) Human Thought. Em: FISHER, L.; EMBREE, L. (Eds.). **FEMINIST FENOMENOLOGY**. New York: Springer-Science+Business Media, B.V, 2000. p. 173–194.

SILVESTRI, M.; CROWTHER-DOWEY, C. **Gender & Crime**. London: Sage Publications Ltd, 2008.

SIMMS, E.-M. Adventures in the Hyperdialectic. Em: OLKOWSKI, D.; FIELDING, H. (Eds.). **FEMINIST PHENOMENOLOGY FUTURES**. Bloomington: Indiana University Press, 2017. p. 141–153.

SMART, C. **Women, Crime and Criminology: A feminist critique**. 1st. ed. London: Routledge & Kegan Paul Ltda., 1976.

SMITH, G. T. Long-Term Trends in Female and Male Involvement in Crime. Em: TONRY, M.; GARTENER, R.; MCCARTHY, B. (Eds.). **The Oxford Handbook of Gender, Sex, and Crime**. 1th. ed., Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 139–157.

STOLLER, S. What Is Feminist Phenomenology? Looking Backward and Into the Future . Em: FIELDING, H.; OLKOWSKI, D. (Eds.). **FEMINIST PHENOMENOLOGY FUTURES**. Bloomington: Indiana University Press, 2017. p. 328–354.

TORRES, I. C.; BULHÕES DA SILVA, A. M. Para uma fenomenologia da alma feminina: o protagonismo e a visibilidade da mulher. **SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos – UFAM**, v. 19, n. 1, p. 58–76, 2019.

WALSH, A. **Biology and Criminology. The Biosocial Synthesis**. 1st. ed. New York: Routledge, 2009.

WALSH, A.; BEAVER, K. M. Introduction to Biosocial Approach. Em: WALSH, A.; BEAVER, K. M. (Eds.). **Biosocial Criminology. New Directions in Theory and Research**. London and New York: Routledge, 2009. p. 7–28.

WARMLING, D. L.; PAEZ, J. A. JUDITH BUTLER LEITORA DE MERLEAU-PONTY: POR UMA CRÍTICA AO CORPO COM SER SEXUADO. **Princípios: Revista de Filosofia**, v. 27, n. 52, p. 265–303, 2020.

WYKES, M.; WELSH, K. **Violence, Gender & Justice**. London: Sage Publications Ltd, 2009.

ZAHAVI, D. **Phenomenology The Basics**. London and New York: Routledge, 2019.

ZEDNER, L. Wayward Sisters. The Prison for Women. Em: MORRIS, N.; ROTHMAN, D. J. (Eds.). **The Oxford History of The Prison. The Practice of Punishment in Western Society**. New York. Oxford: Oxford University Press, 1998.